

A FEA e a USP respeitam os direitos autorais deste trabalho. Nós acreditamos que a melhor proteção contra o uso ilegítimo deste texto é a publicação online. Além de preservar o conteúdo motiva-nos oferecer à sociedade o conhecimento produzido no âmbito da universidade pública e dar publicidade ao esforço do pesquisador. Entretanto, caso não seja do interesse do autor manter o documento online, pedimos compreensão em relação à iniciativa e o contato pelo e-mail bibfea@usp.br para que possamos tomar as providências cabíveis (remoção da tese ou dissertação da BDTD).

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

**ESTUDO E CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DA POPULAÇÃO QUE VIVE
SOZINHA EM CENTROS URBANOS BRASILEIROS**

Adriana Beatriz Madeira

Orientador: Prof. Dr. José Augusto Giesbrecht da Silveira

SÃO PAULO

2005

Prof. Dr. Adolpho José Melfi
Reitor da Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Maria Tereza Leme Fleury
Diretora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Eduardo Pinheiro Gondim de Vasconcellos
Chefe do Departamento de Administração

Prof. Dr. Isak Kruglianskas
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração

M1812

T658.83 M1816
T88311
20600028592



Powered by RfidProStar - www.icprocess.com.br

ADRIANA BEATRIZ MADEIRA

DEDALUS - Acervo - FEA



20600028592

**ESTUDO E CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DA POPULAÇÃO QUE VIVE
SOZINHA EM CENTROS URBANOS BRASILEIROS**

Dissertação apresentada ao Departamento de
Administração da Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade da
Universidade de São Paulo como requisito
para a obtenção do título de Mestre em
Administração.

USP - FEA - SBD
DATA DA DEFESA 21 / 11 / 05

Orientador: Prof. Dr. José Augusto Giesbrecht da Silveira

SÃO PAULO
2005



Dissertação defendida e aprovada, em 21.11.2005, no Programa de Pós-Graduação em Administração, pela seguinte comissão julgadora:
Prof. Dr. José Augusto Giesbrecht da Silveira
Prof. Dr. Claudio Felisoni de Angelo
Prof. Dr. Andréa Lago da Silva

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Madeira, Adriana Beatriz

Estudo e caracterização do perfil da população que vive sozinha em centros urbanos brasileiros / Adriana Beatriz Madeira.

-- São Paulo, 2005.

224 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2005

Bibliografia

I. Pesquisa de mercado 2. Marketing 3. Consumidor 4. Varejo I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. II. Título.

CDD – 658.83

À minha mãe.

Agradeço ao Professor Doutor e orientador José Augusto Giesbrecht da Silveira pela disponibilidade, apoio e estímulos diários e incansáveis. Por seu eterno incentivo a inovação, qualidade e perfeição.

Agradeço ao Professor Doutor Cláudio Felisoni de Ângelo por seu suporte e incentivos e a toda a equipe do PROVAR que colaborou e vibrou a cada etapa deste trabalho.

Agradeço ao Professor Doutor Ronaldo Zwicker pela orientação detalhada e atenção constante durante toda a minha trajetória nesta escola.

Agradeço à Professora Doutora Maria Aparecida Gouveia por todas as orientações relativas ao tratamento dos dados e pelo entusiasmo com que se colocou a disposição.

Agradeço aos colegas e professores Luiz Paulo Lopes Fávero e Nuno Fouto pela disponibilidade e ajuda em todos os momentos.

Agradeço ao Sr. Luis leme e ao Jorge do IBGE por todas as informações e a disponibilidade de ajudar sempre.

Agradeço a Fanny Moore por todos os conhecimentos compartilhados.

Agradeço a Solange Kanso El Ghaouri do IPEA que mesmo a distância forneceu informações decisivas para a coleta de dados.

Agradeço ao colega de mestrado Eduardo Vieira Santos Paiva pela grande ajuda nos cálculos de salários mínimos.

Agradeço toda a equipe do PPGA, secretaria de pós-graduação, biblioteca e UPD da FEA/ USP pela ativa colaboração.

Agradeço a minha querida e estimada amiga Flávia André por incentivar e acreditar em minha capacidade de conquistar este título.

Agradeço a minha mãe, Marlene Madeira, por seus altos padrões de qualidade e por me fazer perseguir o crescimento e melhorias sempre. E por ser a amiga de todas as horas.

RESUMO

Há alguns anos atrás poucas eram as pessoas que moravam sozinhas. As famílias eram normalmente numerosas e tinham por hábito agregar parentes próximos. As famílias vêm encolhendo, os casamentos são mais tardios, o número de divórcios é crescente e os homossexuais já não tem o mesmo temor em assumir a opção sexual e levar uma vida independente. O segmento é amplo e mistura vários perfis. O estudo do fenômeno da existência dos indivíduos que vivem sós é recente e carece de detalhamento. Faz-se necessário primeiramente observar, descrever e classificar o fenômeno para que se possa explicar, compreender e então prever este mesmo fenômeno. É exatamente este o foco do trabalho. Construir os subsídios necessários para poder prever o fenômeno. Os dados analisados referem-se a oito primeiras capitais estaduais: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Recife e Porto Alegre. A escolha das cidades obedece ao critério de tamanho da população total de cada uma em relação à população total brasileira. A análise foi elaborada a partir de dados secundários provenientes de Censos do IBGE das últimas quatro décadas disponíveis – 1970, 1980, 1991 e 2000. Verifica-se que o segmento se compõe de uma multiplicidade de sub-segmentos variando em sexo, idade, renda, condição de aposentadoria ou não, alfabetizados ou analfabetos e da condição de seus domicílios de residência. Além do fato desses sub-segmentos se distribuírem geograficamente de maneira heterogênea entre as cidades estudadas. O panorama sugere ser crucial considerar o aumento da população que vive sozinha quando se fala das questões ligadas ao consumo, à produção de bens, à organização do espaço urbano e ao meio-ambiente (em termos ecológicos). Acredita-se que o fenômeno causará mudanças nos processos produtivos, nos hábitos de consumo e no tratamento dos resíduos industriais e residências.

ABSTRACT

Years ago few people used to live alone. Families were large and aggregate other relatives than parents, sons and daughters. Nowadays, families are getting smaller, people decide to get married latter, divorces are increasing and homosexuals feel more comfortable to assume their sexual preferences and to live independent lives. The segment is wide and constitute as with many profiles. The research of single households is recent and rare. Therefore, first of all it's necessary to observe, to describe and to classify the single households to be able to explain, to understand and then to foresee this phenomenon. This is the purpose of the research: to develop the bases to foresee this phenomenon. The cities considered are São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Recife and Porto Alegre. They are the first eight Brazilian cities in terms of population. The database was developed from 1970, 1980, 1991 and 2000 Brazilian Census – IBGE. The segment constitute many and different niches in terms of sex, age, income, retired condition, knowledge of reading and writing and domicile. They are also heterogeneous in geographic terms. Hence, it is fundamental to consider the increase of single households when analyzing consumption, production, urbanism, and ecology. As a result, it seems to impact production process, consumer behavior and recycling needs.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	3
LISTAS DE TABELAS	4
LISTAS DE GRÁFICOS	5
1. CAPÍTULO 1 – O PROBLEMA DA PESQUISA	6
1.1. Introdução	6
1.2. Formulação da situação problema.....	7
1.3. Objetivos do estudo.....	8
1.4. Justificativa do estudo	9
2. CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1. Introdução	12
2.2. O conceito de segmentação de mercado	12
2.2.1. Justificativa da abordagem	14
2.2.2. Evolução do conceito	15
2.2.3. Tipos de segmentação de mercado.....	17
2.2.4. Critérios para uma segmentação efetiva.....	32
2.2.5. Métodos para mensuração e análise de segmentos	32
2.3. O segmento da população que vive sozinha	36
2.3.1. Europa	37
2.3.2. Ásia.....	38
2.3.3. Estados Unidos	39
2.3.4. Brasil	41
3. CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA DE PESQUISA.....	43
3.1. Introdução	43
3.2. Análise Multivariada.....	44
3.3. Métodos e técnicas estatísticas para tratamento dos dados censitários.....	45
3.4. Métodos e técnicas estatísticas empregadas no estudo	46
4. CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS DADOS	49
4.1. Introdução	49
4.2. Objetivo principal – análise dos resultados.....	51
4.2.1. População que vive sozinha e a população total	51
4.2.2. População que vive sozinha – caracterização socioeconômica.....	58
4.3. Objetivos específicos – análise dos resultados	81
4.3.1. Os aposentados	81
4.3.1.1. São Paulo	81
4.3.1.2. Rio de Janeiro	83
4.3.1.3. Salvador	85
4.3.1.4. Belo Horizonte.....	87
4.3.1.5. Fortaleza	88
4.3.1.6. Curitiba	89
4.3.1.7. Recife.....	90
4.3.1.8. Porto Alegre.....	92
4.3.2. Os não aposentados	93
4.3.2.1. São Paulo	93
4.3.2.2. Rio de Janeiro	96
4.3.2.3. Salvador	99
4.3.2.4. Belo Horizonte.....	101
4.3.2.5. Fortaleza	104

4.3.2.6.	Curitiba.....	106
4.3.2.7.	Recife.....	108
4.3.2.8.	Porto Alegre.....	110
4.3.3.	As cidades e os aposentados.....	112
4.3.4.	As cidades e os não aposentados.....	114
5.	CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES	117
5.1.	Introdução.....	117
5.2.	Inferências específicas – cada cidade.....	117
5.2.1.	São Paulo.....	117
5.2.2.	Rio de Janeiro.....	118
5.2.3.	Salvador.....	118
5.2.4.	Belo Horizonte.....	119
5.2.5.	Fortaleza.....	120
5.2.6.	Curitiba.....	120
5.2.7.	Recife.....	121
5.2.8.	Porto Alegre.....	121
5.3.	Inferências gerais.....	122
6.	CAPÍTULO 6 – LIMITAÇÕES DO ESTUDO E RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS	125
6.1.	Limitações do estudo.....	125
6.2.	Recomendações para pesquisas futuras.....	126
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128
	ANEXOS	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Segmentação de mercado segundo Blackwell, Miniard e Engel	19
Quadro 2 – Segmentação de mercado segundo Weinstein	23
Quadro 3 – Segmentação de mercado segundo Czinkota, Kotabe e Mercer	24
Quadro 4 – Segmentação de mercado segundo Boone e Kurtz	24
Quadro 5 – Processo de segmentação de mercado.....	27
Quadro 6 – Segmentação de mercado segundo Lambin	28
Quadro 7 – Segmentação de mercado segundo Kotler	30
Quadro 8 – Segmentação de mercado segundo Haley	31
Quadro 9 – Variáveis e categorias	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População total de pessoas – IBGE X IPEA	51
Tabela 2 – Percentual de crescimento entre Censos	52
Tabela 3 – População total de pessoas em domicílios particulares permanentes IBGE.....	54
Tabela 4 – Percentual de participação de uma pessoa em relação ao total de pessoas em domicílios particulares permanentes – IBGE.....	54
Tabela 5 – Total de domicílios particulares permanentes	55
Tabela 6 – Total de domicílios com uma pessoa em relação ao total de domicílios IBGE/ IPEA.....	56
Tabela 7 – Percentual de domicílios com uma pessoa em relação ao total de domicílios	56
Tabela 8 – Total de pessoas que vivem sozinhas	57
Tabela 9 – Média de pessoas por domicílio	57
Tabela 10 – Aposentado ou outra condição	59
Tabela 11 – Percentual de aposentados em relação ao total da população	59
Tabela 12 – Percentual de não aposentados em relação ao total da população	60
Tabela 13 – Sexo	61
Tabela 14 – Percentual de homens na população.....	62
Tabela 15 – Percentual de mulheres na população	62
Tabela 16 – Faixa etária	64
Tabela 17 – Percentual de participação da faixa etária entre 20 e 29 anos na população.....	65
Tabela 18 – Percentual de participação da faixa etária entre 30 e 39 anos na população.....	65
Tabela 19 – Percentual de participação da faixa etária entre 40 e 49 anos na população.....	66
Tabela 20 – Percentual de participação da faixa etária entre 50 e 59 anos na população.....	67
Tabela 21 – Percentual de participação da faixa etária com 60 anos ou mais na população.....	67
Tabela 22 – Alfabetizados e analfabetos	68
Tabela 23 – Percentual de alfabetizados na população	69
Tabela 24 – Percentual de analfabetos na população	69
Tabela 25 – Salário mínimo nominal e salário mínimo atualizado para 2000	71
Tabela 26 – Renda em faixas de salários mínimos	72
Tabela 27 – Rendimento entre ½ e 1 salário mínimo.....	73
Tabela 28 – Rendimento acima de 1 e até 2 salários mínimos	73
Tabela 29 – Rendimento acima de 2 e até 3 salários mínimos	74
Tabela 30 – Rendimento acima de 3 e até 5 salários mínimos	75
Tabela 31 – Rendimento acima de 5 e até 10 salários mínimos	75
Tabela 32 – Rendimento acima de 10 e até 15 salários mínimos	76
Tabela 33 – Rendimento acima de 15 e até 20 salários mínimos	77
Tabela 34 – Rendimento superior a 20 salários mínimos	77
Tabela 35 – Sem rendimento.....	78
Tabela 36 – Condição de ocupação do domicílio	79
Tabela 37 – Imóvel próprio.....	80
Tabela 38 – Imóvel alugado	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de crescimento entre Censos	52
Gráfico 2 – Percentual de pessoas que vivem sozinhas em relação ao total da população em domicílios particulares permanentes - IBGE	55
Gráfico 3 – Percentual de domicílios com uma pessoa em relação ao total de domicílios	57
Gráfico 4 – Média de pessoas por domicílio.....	58
Gráfico 5 – Percentual de aposentados em relação ao total da população.....	60
Gráfico 6 – Percentual de não aposentados em relação ao total da população.....	60
Gráfico 7 – Percentual de homens na população	62
Gráfico 8 – Percentual de mulheres na população	63
Gráfico 9 – Percentual de participação da faixa etária entre 20 e 29 anos na população.....	65
Gráfico 10 - Percentual de participação da faixa etária entre 30 e 39 anos na população.....	66
Gráfico 11 - Percentual de participação da faixa etária entre 40 e 49 anos na população.....	66
Gráfico 12 - Percentual de participação da faixa etária entre 50 e 59 anos na população.....	67
Gráfico 13 - Percentual de participação da faixa etária com 60 anos ou mais na população.....	68
Gráfico 14 – Percentual de alfabetizados na população.....	69
Gráfico 15 – Percentual de analfabetos na população.....	70
Gráfico 16 – Rendimento entre ½ e 1 salário mínimo	73
Gráfico 17 – Rendimento acima de 1 e até 2 salários mínimos	74
Gráfico 18 - Rendimento acima de 2 e até 3 salários mínimos.....	74
Gráfico 19 - Rendimento acima de 3 e até 5 salários mínimos.....	75
Gráfico 20 - Rendimento acima de 5 e até 10 salários mínimos.....	76
Gráfico 21 - Rendimento acima de 10 e até 15 salários mínimos.....	76
Gráfico 22 - Rendimento acima de 15 e até 20 salários mínimos.....	77
Gráfico 23 - Rendimento superior a 20 salários mínimos.....	78
Gráfico 24 – Sem rendimento	78
Gráfico 25 – Imóvel próprio.....	80
Gráfico 26 – Imóvel alugado.....	81

CAPÍTULO 1 – O PROBLEMA DA PESQUISA

1.1. Introdução

Há alguns anos atrás poucas eram as pessoas que moravam sozinhas. As famílias eram normalmente numerosas e tinham por hábito agregar parentes próximos. As famílias vêm encolhendo, os casamentos são mais tardios, o número de divórcios é crescente e os homossexuais já não tem o mesmo temor em assumir a opção sexual e levar uma vida independente. O segmento é amplo e mistura vários perfis. São jovens que querem se casar mais tarde, pessoas separadas, viúvos e o público GLS (gays, lésbicas e simpatizantes). No mercado brasileiro destaca-se a presença do público *single*, palavra de origem inglesa incorporada ao vocabulário da língua portuguesa e que significa pessoa que vive sozinha.

Este trabalho tem por finalidade observar, descrever e classificar as características da população que vive sozinha em capitais brasileiras. Pode-se dizer o objetivo maior da ciência é descobrir, criar ou inventar leis e teorias para explicar, compreender, prever e controlar os fenômenos. Primeiramente a ciência deve objetivar um determinado propósito, um fenômeno que sirva de foco para investigação. Depois, toda a ciência pressupõe a existência de uniformidade ou regularidade subjacente ao fenômeno que compõe o seu propósito. E por fim, a descoberta destas uniformidades intrínsecas leva a regularidades empíricas, generalizações, leis, princípios e teorias. A unidade da ciência emerge da aceitação comum das metodologias das ciências para a justificação de um conhecimento, ou seja, a confirmação, validação e fortalecimento deste conhecimento (HUNT, 1983, p. 16/ 20).

Apesar da observação, descrição e classificação de um fenômeno serem importantes para a ciência, a explicação do fenômeno continua a ser a razão principal da ciência, sem ela não há ciência. A explicação de um fenômeno constitui a base para o que poderá acontecer a partir dele, para se poder prever um fenômeno (HUNT, 1983, p. 83/84).

Geralmente, a maioria dos filósofos da ciência concordam, que para se procurar uma resposta que explique o motivo da ocorrência de um determinado fenômeno é em ultimo caso, dado determinadas condições antecedentes, que o fenômeno é de certo modo esperado. Par tal, deve-se atender a quatro critérios. O primeiro é que qualquer modelo que dê sentido

explicativo deverá de alguma maneira demonstrar que o fenômeno a ser explicado era esperado. Um modelo explicativo deverá ser pragmático. O terceiro critério garante que as explicações devem ser objetivas no sentido de se poder confirmá-las, atestá-las, serem certificáveis. O quarto e último critério exige que as explicações apresentem conteúdo empírico, ou seja, que sejam testáveis na prática (HUNT, 1983, p. 84/85).

O estudo do fenômeno da existência dos indivíduos que vivem sós é recente e carece de detalhamento. Faz-se necessário primeiramente observar, descrever e classificar o fenômeno para que se possa explicar, compreender e então prever este mesmo fenômeno. É exatamente este o foco do trabalho. Construir os subsídios necessários para se poder prever o fenômeno.

1.2. Formulação da situação problema

A taxa de crescimento e a dimensão da população são com frequência considerados fatores importantes para as mudanças verificadas no meio-ambiente. Porém, estas estatísticas podem mascarar alterações substanciais no número de moradores por unidade habitacional e os efeitos que isto causa. Esta dinâmica influencia o consumo *per capita* como, por exemplo, de energia, de água e assim em diante. Causa uma alteração no *habitat* em função de todas as atividades relacionadas à construção e manutenção deste novo número de moradias e de suas especificidades (LIU *et al*, 2003). O número de habitações vem aumentando substancialmente além do crescimento demográfico. Qual o impacto desta mudança em nosso meio-ambiente? E dos hábitos de consumo deste modelo de estrutura habitacional e social?

Este trabalho tem como campo de estudo a administração, o assunto refere-se a segmentação de mercados e o tema aborda a população que vive sozinha. Objetiva responder, admitindo-se que a população que vive sozinha cresce a taxas maiores do que as verificadas para a população total, de que modo estas taxas vêm crescendo? Quais as variáveis observadas podem descrever e classificar as características socioeconômicas desta população?

As restrições operacionais específicas para este estudo são:

- A análise foi elaborada a partir de dados secundários provenientes de Censos do IBGE das quatro décadas – 1970, 1980, 1991 e 2000.
- Os dados analisados referem-se a oito capitais estaduais: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Recife e Porto Alegre. A escolha das cidades obedece ao critério de tamanho da população total de cada capital em relação à população total brasileira – oito primeiras capitais.

1.3. Objetivos do estudo

O objetivo principal do estudo é descrever e classificar o comportamento de crescimento da população que vive sozinha e as suas características socioeconômicas.

Os objetivos específicos são identificar através de tratamento estatístico:

- A taxa de crescimento da população que vive sozinha através das décadas para as cidades estudadas de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Porto Alegre e Recife.
- Classificar e descrever cada sub-segmento (grupo) que compõe o segmento de indivíduos que vivem sozinhos – o seu perfil geodemográfico e socioeconômico.
- A taxa de evolução dos perfis de cada sub-segmento que compõe o segmento de indivíduos que vivem sós.
- Os conjuntos de cidades que possuem os mesmos sub-segmentos que compõem o segmento de indivíduos que vivem sozinhos em 2000.

O objetivo secundário é fornecer dados socioeconômicos e demonstrar a tendência de crescimento da população que vive sozinha para a avaliação das implicações deste fenômeno e para tomadas de decisão nos setores de:

- Varejo,
- Indústria,
- Urbanismo e Arquitetura,
- Administração pública,
- Meio-ambiente (ecologia).

1.4. Justificativa do estudo

A população que vive sozinha constitui um público com grande potencial de vendas, não somente por conta do perfil de consumo, mas também pelo próprio número de pessoas nessa condição. Segundo o IBGE, enquanto em 1991 5,7% dos domicílios tinha apenas um morador, em 2000 a participação chegava a 9,1% (PACHECO, 2003; NIGRO, 2001; MARIZ, BOCCIA, 2003).

Acredita-se que haverá diminuição do número de pessoas por família, bem como envelhecimento da população brasileira, principalmente em razão do aumento da expectativa de vida. Pode-se também adicionar a esse panorama algumas melhorias sociais para a população referente ao nível educacional, serviços de distribuição de água e tratamento de esgoto. Além da crescente globalização da economia mundial, a facilidade de informação acabará por influenciar decisivamente os costumes das pessoas. Ressalte-se que as mudanças nas proporções das faixas etárias da população resultarão em modificações no consumo (Resultados: perfil do consumidor do futuro. Disponível em < www.google.com >. Acesso em 09/04/2003).

O perfil e o comportamento dos consumidores para este milênio apresentarão novas tendências, levando a mudanças substanciais nos hábitos de consumo. Assim, na identificação de um nicho de mercado, todas variáveis devem ser analisadas para a determinação dos caminhos a serem tomados para a instalação, execução e, principalmente, para o sucesso de uma atividade empreendedora.

Pode-se antever algumas tendências, de acordo com o que se espera do consumidor deste milênio (TONET, 2002):

- maior número de pessoas que moram sozinhas;
- compra de um determinado produto em menor quantidade de uma só vez, como, por exemplo, a venda de banana em "buquês" e não mais em pencas, couve-flor e repolho em tamanhos menores (cabeças pequenas);
- aumento do consumo de produtos de preparo rápido e de fácil consumo;
- o consumidor ganhará cada vez mais atenção nas estratégias de marketing;
- maior número de mulheres que trabalham fora de casa e redução do tempo disponível para o preparo das refeições;
- aumento do consumo de produtos congelados ou resfriados;
- aumento do consumo de produtos desidratados ou liofilizados;
- aumento do consumo de produtos minimamente processados, comercializados lavados, higienizados, cortados e embalados;
- aumento do consumo de produtos prontos para o consumo, como, por exemplo, a beterraba previamente cozida, descascada e embalada a vácuo;
- maior preocupação com uma vida mais saudável;
- aumento do consumo de produtos ecologicamente corretos, orgânicos e sem defensivos agrícolas;
- diminuição no consumo de produtos enlatados ou em conservas;
- aumento no consumo de sucos naturais, congelados ou não;
- aumento do consumo de ervas aromáticas e medicinais;
- diferenciação nos hábitos de consumo;
- aumento do consumo de produtos diferenciados.

Segundo o IBGE, em 2000 existiam 4 milhões de domicílios habitados por uma única pessoa (FERREIRA, 2002). Além do fato de que mais de 4.6 milhões de domicílios surgiram entre 1991 e 2000 em função da redução do número de indivíduos por domicílio. Mesmo em regiões aonde a população total vem decrescendo o número de domicílios continua a crescer (LIU *et al*, 2003). Torna-se relevante então investigar o fenômeno a fim de disponibilizar uma ferramenta que o classifique e descreva. Quem sabe com isto, poder fornecer dados para que os diversos e variados setores da economia e da administração pública possam explicar, compreender e prever os efeitos deste processo.

Ao capítulo 1 caberá a compreensão do problema da pesquisa que terá o seu embasamento teórico no capítulo 2. A fundamentação teórica se apoiará nas teorias de segmentação de mercado e nos dados disponíveis em publicações sobre os indivíduos que vivem sós. A construção da metodologia para coleta de dados e sua análise será desenvolvida no capítulo 3. A análise dos resultados será apresentada no capítulo 4 que se seguirá das conclusões do estudo no capítulo 5 e das limitações deste estudo e sugestões para trabalhos futuros e ser demonstrado no capítulo 6.

CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Introdução

A fundamentação teórica deste estudo tem como objetivo respaldar a investigação e a compreensão das características e a descrição dos indivíduos que vivem sozinhos em capitais brasileiras. Constituem um agrupamento de indivíduos que possuem características similares e por este motivo é assim classificado. A fim de compreender como esta divisão se dá utilizam-se teorias de segmentação de mercado. Estas fazem parte, por sua vez, das teorias de marketing. Estas teorias são abordadas neste capítulo.

Uma segunda parte da fundamentação teórica se dedica ao levantamento do que já se pesquisou sobre o fenômeno e está registrado em livros, revistas, jornais e internet. Nota-se, porém que a bibliografia disponível é dispersa e relata a realidade de alguns países especificamente, como a Inglaterra, Itália, Portugal, Grécia, França, Coreia e Estados Unidos. Os Estados Unidos dispõem do maior volume de informações e monitoram o fenômeno há mais tempo. O foco das pesquisas americanas é em sua maioria relacionada à saúde pública.

2.2. O conceito de segmentação de mercado

Pode-se definir como mercado o lugar onde os produtos e serviços são vendidos e distribuídos e os lucros gerados ou também em termos geográficos e demográficos. Porém é sempre definido com base em consumidores. Compõe-se por todos os consumidores potenciais que compartilham necessidades e desejos e estão dispostos a satisfazê-los por meio de produtos ou serviços. O mercado se compõe por grupos de consumidores que apresentam necessidades e desejos diferentes e, deste modo, são heterogêneos entre cada grupo e homogêneos internamente. Cada um destes grupos de indivíduos constitui um segmento de mercado (CZINKOTA, KOTABE, MERCER, 1997).

Weinstein (1995, p. 18) completa a definição: “A segmentação é o processo de dividir mercados em grupos de consumidores potenciais com necessidades e/ou características similares, que, provavelmente, exibirão comportamento de compra similar. O objetivo da pesquisa de segmentação é analisar mercados, encontrar nichos e oportunidades e capitalizar através de uma posição competitiva superior. Isto pode ser conseguido pela seleção de um ou mais grupos de usuários como alvos para a atividade de marketing e pelo desenvolvimento de programas de marketing únicos para atingir estes consumidores potenciais (segmentos de mercado)”.

Para Smith (1956, p. 3/ 8) a segmentação de mercado consiste em se ver um mercado heterogêneo (assim chamado quando apresenta demandas divergentes) como a reunião de um número de mercados homogêneos menores (homogêneos internamente. Ou seja, os indivíduos que compõem aquele mercado apresentam demandas similares). Esta divisão é a consequência de preferências diferenciadas de produtos.

Segundo Kotler (1995) os mercados consistem de compradores que diferem entre si em varias formas – quanto aos desejos, recursos, localidades, atitudes. Como cada um apresenta necessidades e desejos próprios, tudo funciona como se cada um deles fosse um mercado potencial em separado.

Para Boone e Kurtz (1998) a divisão de um mercado total em grupos relativamente homogêneos é chamada de segmentação de mercado. Este processo requer que se identifiquem os fatores que afetam as decisões de compra e, conseqüentemente, os grupos consumidores.

Segundo Lambin (1989, p. 143) a escolha de um mercado de preferência implica em uma repartição inicial do mercado total em subconjuntos que são designados por segmentos de mercado. Devem ser homogêneos do ponto de vista das necessidades, dos comportamentos, das motivações de compra e susceptíveis a constituírem mercados distintos.

Para Grisi (1986, p. 12) a segmentação de mercado pode ser definida como a “busca pela identificação de parcelas da demanda, de dimensões ao menos mínimas, que justifiquem ações específicas e diferenciadas, viabilizadoras da adequação preconizada no novo conceito de marketing” (assim chamado no final da década de 1950 em função do marketing avançar em direção ao estudo do consumidor, seu comportamento, seus sistemas de interação e demais agentes).

2.2.1. Justificativa da abordagem

O comportamento do consumidor é definido pelas atividades que as pessoas fazem quando estão obtendo, consumindo e dispendo de produtos ou serviços. Pode-se dizer que o seu estudo refere-se a investigação das razões de compra. Deve-se entender por “obter” as atividades relativas ao processo de compra ou recepção de um produto, “consumir” a definição de como, onde, quando e em que circunstâncias utilizam os produtos e “dispor” inclui a maneira como os consumidores descartam produtos e embalagens.

O comportamento do consumidor pode ser definido também como o campo de estudo que foca as atividades desempenhadas pelos consumidores. Historicamente, objetiva no comportamento de compra ou nos motivos que levam a compra. Mais recentemente os pesquisadores estão se atendo aos motivos e maneiras que os consumidores consomem em detrimento dos motivos e da maneira que compram. Esta mudança se deve ao fato desta nova abordagem envolver fatores que acontecem após a compra revelando aspectos relevantes para se compreender a razões que levaram a escolha de determinado produto ou serviço (BLACKWELL, MINIARD, ENGEL, 2001).

Um dos primeiros artigos a tratar dos benefícios da segmentação foi publicado em 1968. Contudo o desenvolvimento desta abordagem começou alguns anos antes, em 1961, com o primeiro estudo feito por Russel I. Haley da Procter&Gamble (HALEY, 1985). Russel Haley foi o precursor da segmentação por benefícios e justifica o seu trabalho: “a crença por trás desta estratégia de segmentação é que os benefícios que as pessoas estão procurando quando consomem um determinado produto são as razões para a existência de uma verdadeira segmentação de mercado... apesar de a maioria das pessoas desejarem a maior quantidade de benefícios possíveis... a importância relativa que atribuem a cada benefício individualmente

pode diferir significativamente e desta maneira podem ser empregados efetivamente para a segmentação de mercados” (CZINKOTA, KOTABE, MERCER, 1997).

Existem quatro benefícios principais que se pode atingir através da análise e da estratégia de segmentação de mercado (WEINSTEIN, 1995, p. 25):

- Projetar produtos que atendam eficazmente às necessidades do mercado.
- Elaborar estratégias promocionais eficazes.
- Avaliar a concorrência em relação a sua posição de mercado.
- Prover de idéias as estratégias de marketing.

2.2.2. Evolução do conceito

A segmentação de mercado surgiu de um conceito acadêmico que caminhou para uma estratégia empregada no mundo real. Foi primeiramente reconhecida por Wendell R. Smith em 1956 em seu artigo intitulado “*Product Differentiation and Market Segmentation as Alternative Marketing Strategies*”. Historicamente três tipos de segmentação ganharam impulso. A primeira foi a segmentação geográfica. Pequenas manufaturas que desejavam limitar seus investimentos ou por que possuíam canais de distribuição pouco abrangentes para cobrirem todo o país, acabaram segmentando ou “dividindo” o mercado americano e vendendo seus produtos em apenas algumas áreas geográficas específicas. Este tipo de segmentação se tornou popular para pequenas manufaturas, varejistas, bancos e prestadores de serviços.

Como as marcas cada vez mais se tornaram nacionais nos Estados Unidos e precisavam que a mídia tivesse alcance nacional e também em mercados dispersos, criou-se a segunda forma de segmentação - a segmentação demográfica. Essa segmentação emprega variáveis como idade, sexo, renda, ocupação, raça que podem ser de grande utilidade nas definições dos objetivos gerais em um processo de segmentação de mercado.

O terceiro tipo de segmentação que ganhou impulso foi o comportamental que divide os consumidores em grupos baseados em seu comportamento de consumo. A primeira maneira empregada foi a segmentação volumétrica (*volumetric segmentation*) que procurava ir ao encontro da maximização de vendas. Na metade de 1960, Dik Twedt da Oscar Mayer Company, desenvolveu a teoria “*Heavy-half*”, demonstrando que 80 por cento do total de produtos consumidos eram comuns à metade dos consumidores. Caso isto fosse verdade, faria sentido concentrar seus esforços em grandes massas de consumidores o que demonstrou não ser uma regra.

A segmentação comportamental foi dividida, por sua vez, em função da intensidade de uso de um produto, pelos padrões de fidelidade a marca, pelo grau de substituição de uma marca ou produto e por ocasião de uso ou situação de consumo. Porém a segmentação comportamental sofre de uma limitação importante. Assume que comportamentos similares são resultado de causas similares o que não é muitas vezes o caso.

Há confusão quanto à origem do termo “psicográfico”. No verão de 1965 executivos e pesquisadores da revista americana *Grey Matter – Thoughts and Ideas on Advertising and Marketing* estavam revisando os resultados dos mais recentes estudos a respeito de segmentação de mercado. Olhando para uma descrição detalhada que incluía informações comportamentais, dados demográficos, pensamentos relativos a benefícios, personalidade e características de estilo de vida, observaram que este composto ia além dos padrões demográficos. Deste modo acharam que seria conveniente buscar na psicologia a base para estas análises. Daí surgia o termo psicográfico. Originalmente, o termo funcionava para cobrir a amplitude das questões da mente, excluindo-se as abordadas pela segmentação demográfica e comportamental. Abrange o universo dos benefícios, problemas, estilo de vida, dados de personalidade, valores e percepções. Pode conter um ou mais destes componentes. Provavelmente o uso mais frequente está relacionado com a mensuração de estilo de vida.

Um dos primeiros pesquisadores a investigar o potencial dos dados psicográficos para as questões de marketing e problemas de comunicação foi Artur Kaponen (1960). Ele relacionou 15 fatores de preferência provenientes de uma escala de muitos mais fatores para questões relacionadas a consumidores de alimentos não perecíveis (da escala *Edwards Personal Preference Schedule*). Além dele, outro pioneiro nos estudos a respeito de estilo de vida foi Clark Wilson (1965). Seguiram-se os trabalhos de Tigert (1971), Wells (1975) e Plummer (1971). O tema do estilo de vida foi amplamente abordado em diversos artigos e estudo (HALEY, 1985).

2.2.3. Tipos de segmentação de mercado

Ao analisar os conceitos que definem os tipos de segmentação de mercado pode-se identificar que os autores divergem quanto à abordagem. As principais diferenças relacionam-se aos processos de segmentação de mercados por fatores relativos ao comportamento, os hábitos, os valores e as preferências dos indivíduos. A fim de elucidar estas diferenças os conceitos são apresentados agrupados por similaridade e destacando-se as diferenças. Os conceitos de cada autor são resumidos em quadros e, em cada um deles, é destacada por meio de elipses a distinta abordagem que fazem para as segmentações geográficas e socioeconômicas alvos deste estudo.

Blackwell, Miniard e Engel (2001) são autores que tem suas bases de estudo no comportamento do consumidor. Partem desta perspectiva para explicar os fenômenos de marketing e segmentação de mercado (Quadro 1). Segundo eles as decisões que os consumidores fazem são influenciadas e modeladas por diversos fatores e determinantes que são definidos em três categorias: diferenças individuais, influências do meio ambiente e processos psicológicos. Identificam cinco fatores ou determinantes das diferenças individuais que afetam o comportamento dos indivíduos:

- Demográficas, psicográficas, valores e personalidade.
- Recursos do consumidor. Relacionam-se ao tempo, ao dinheiro e as informações recebidas e a capacidade de processá-las. Geralmente se apresentam com limites distintos de acordo com a pessoa e a situação.
- Motivação. Relaciona-se com o que gera energia e ativa os comportamentos.

- **Conhecimento.** Refere-se às informações que ficam armazenadas na memória.
- **Atitudes.** O comportamento é influenciado pelas atitudes atribuídas a uma determinada marca. Uma atitude é o resultado da avaliação de uma alternativa variando de positiva até negativa. Uma vez formada, as atitudes serão determinantes de escolhas futuras e difíceis de serem modificadas.

Estes indivíduos ou consumidores vivem em um meio ambiente complexo que é definido por cinco fatores:

- **Cultura.** Refere-se aos valores, ideias e outros símbolos significativos que ajudam os indivíduos a se comunicarem, interpretarem e fazerem suas avaliações como membros da sociedade.
- **Classe social.** São as divisões da sociedade estabelecidas em função de valores, interesses e comportamentos similares. As de *status* socioeconômico interferem no comportamento do consumidor.
- **Família.** Representa a primeira referencia de padrões de decisão e escolha e por este motivo formam a base do comportamento de um indivíduo.
- **Influências das pessoas.** Os consumidores e seus comportamentos são afetados pelos indivíduos que constituem os relacionamentos mais próximos a eles. Estas pessoas representam pressões, expectativas que interferem nos comportamentos humanos.
- **Situação.** Os comportamentos mudam conforme mudam as situações. As vezes estas mudanças são radicais e imprevisíveis e outras vezes acompanham um determinado padrão.

Finalmente, para se compreender a amplitude dos fatores que influenciam o comportamento do consumidor, deve-se conhecer as três bases do seu processo psicológico:

- **Processo de informação.** A pesquisa de como as informações são processadas indicam os caminhos a serem escolhidos para a mais efetiva comunicação. Deve-se procurar compreender como a informação é captada, transformada, reduzida, elaborado, armazenada, recuperada e enviada pelo indivíduo.

- Processo de aprendizagem. Relaciona-se aos mecanismos que podem influenciar o consumidor. Para que aconteçam envolvem um processo de aprendizagem por parte do indivíduo.
- Mudanças de atitude e de comportamento. Procura entender os mecanismos que geram as mudanças de atitude e de comportamento dos indivíduos, bem como as circunstâncias em que podem acontecer.

Quadro 1 – Segmentação de mercado segundo Blackwell, Miniard e Engel

Categorias			
	Diferenças Individuais⁰	Influências do Meio - ambiente	Processos Psicológicos
Fatores ou Determinantes	<ul style="list-style-type: none"> - Demográficos, psicográficos, valores e personalidade. - Recursos dos consumidores. - Motivação. - Conhecimento. - Atitudes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cultura. - Classe Social. - Família. - Influências de pessoas. - Situação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Processamento da informação. - Processo de aprendizagem. - Mudanças de atitude e comportamento.

Segundo os autores o estudo da demografia é definido pelo tamanho, estrutura e distribuição da população. A análise demográfica é empregada de duas maneiras. Uma para descrever um determinado segmento de mercado e outra para análise de tendências. Neste caso serve para se estabelecer uma aproximação de como será o comportamento do consumidor baseado em características de idade, nível social e classificação étnica. Este tipo de informação pode ser utilizado para desenvolvimento de produtos, reposicionamento de produtos, abrangência de uma marca, estratégias de distribuição, mídia e comunicação. A análise de tendências demográficas associadas ou não às características econômicas pode ser usada para se prever mudanças de demanda e consumo para produtos e serviços por meio do monitoramento dos grupos populacionais ao longo do tempo.

As pesquisas para avaliação do crescimento de determinados segmentos de mercado de maneira diferente do crescimento populacional são conduzidas, primeiramente, pela identificação de áreas geográficas em expansão. A análise geodemográfica refere-se a avaliação do local em que vivem as pessoas, como ganham e gastam seu dinheiro etc. A unidade mais importante para análise é a cidade como estrutura fundamental que determina os padrões de prosperidade de uma nação. Após deve-se avaliar três recursos primários que definem o padrão de compra dos indivíduos que são de caráter econômico, temporal e cognitivo. O recurso econômico definido como a capacidade de compra ou a renda é a primeira variável econômica de interesse para explicar as razões, o que e quando as pessoas compram. A combinação de faixa etária e renda normalmente consiste uma variável bastante utilizada para segmentação de mercados. Variáveis relacionadas às expectativas que o consumidor tem a respeito do futuro também são poderosos preditores de tendências de comportamento de consumidor. Há ainda as variáveis relacionadas à condição habitacional, ocupação, índices de pobreza ou riqueza que também são intensamente empregados para segmentar mercados.

Assim sendo, a compreensão dos fatores geodemográficos é importante para se entender o comportamento do consumidor e desenvolver planos empresariais. Pode-se obter uma visão mais ampla por intermédio da análise das diferenças individuais como personalidade, valores e estilo de vida destes consumidores. Neste sentido estuda variáveis que vão além do ponto em as questões geodemográficas são avaliadas.

A análise da personalidade tem vários significados. Porém para os estudos sobre consumidor é definida como a resposta consistente a estímulos do meio ambiente. Representa a face individual e única de caráter psicológico que influencia as respostas do indivíduo em seu meio ambiente. Os estudos típicos empregando a análise de personalidade observam a relação entre as variáveis relativas a personalidade e as classificações do comportamento do consumidor para compras, preferência de mídia, inovação, medo e influencia social, preferência de produto, opinião, sensibilidade ao risco e mudança de atitude.

Os valores pessoais assim como as atitudes representam as crenças que os indivíduos tem da vida e do que constituem comportamentos aceitáveis. Contudo, são distintos das atitudes, pois transcendem situações ou eventos porque estão mais arraigados na estrutura da personalidade. Os valores representam três necessidades universais do ser humano, as necessidades biológicas, os requisitos para interação social e a sobrevivência e funcionamento dos grupos. Afetam especialmente nos momentos em que os consumidores estão na fase de avaliação de produtos e serviços.

Já o estilo de vida é definido pelos padrões de como um indivíduo vive, gasta o tempo e o dinheiro e que tem reflexos nas suas atividades, seus interesses e suas opiniões. Emprega-se o conceito de estilo de vida para interpretar, conceituar e prever eventos bem como para associar os valores a estes eventos. Valores são relativamente duradouros, porém o estilo de vida pode mudar mais rapidamente.

Blackwell *et al* (2001) definem psicografia como a maneira operacional de se mensurar o estilo de vida. Fornece informações quantitativas que podem ser empregadas para segmentar mercados. Pode também ser utilizada para pesquisas qualitativas e tem como função explicar as razões de compra. Costumeiramente o termo é empregado para descrever atividades, interesses e opiniões dos consumidores.

Weinstein (1995) é outro autor que tem as bases de formação e pesquisa em marketing, mas principalmente na segmentação e nos valores dos consumidores por meio da análise do comportamento do consumidor (Quadro 2). Ele descreve cinco dimensões no processo de segmentação de mercados ou consumidores:

- Geográfica.
- Socioeconômica.
- Psicográfica.
- Taxa de uso do produto.
- Benefícios.

A análise geográfica constitui ponto de partida para a segmentação de mercado e é chamada de segmentação geográfica. As bases geográficas podem incluir escopos globais, regionais ou locais envolvendo dados censitários ou fornecidos por empresas especializadas. A segmentação por atributos físicos inicia-se por fatores geográficos. Diferenças regionais podem impactar fortemente o comportamento dos indivíduos.

A demografia é o estudo estatístico de populações humanas e suas características. Os fatores socioeconômicos estão intimamente ligados à demografia e são utilizados para analisar a população em termos de classes sociais econômicas. Este tipo de segmentação é chamado de demográfico e socioeconômico. São chamados de dados demográficos e socioeconômicos aqueles relacionados à população, faixa etária, ciclo de vida, estado civil, raça, nacionalidade, religião, educação, ocupação, renda entre outros.

A segmentação psicográfica aborda as informações relacionadas ao comportamento dos indivíduos. Estas bases reconhecem que o que as pessoas fazem (suas atividades, comportamento de compra, interesses e exposição à mídia) e o modo como se sentem perante a vida (suas atitudes, opiniões e valores) constituem fortes determinantes de suas utilizações de bens e serviços (WEINSTEIN, 1995, p. 129).

Há ainda formas adicionais de se segmentar mercados. Um delas é chamada de segmentação por taxa de uso. A base desta segmentação relaciona-se com uma compilação de níveis de consumo de produtos em dado mercado. Leva em conta também que os indivíduos agem diferentemente dependendo da situação ou ocasião de uso. Outra forma é a segmentação por benefícios. Esta segmentação investiga os motivos de compra dos usuários e relaciona-se diretamente com os estudos de comportamento do consumidor. Uma compilação dos principais benefícios é analisada na determinação de segmentos de mercados.

Há ainda subdivisões da segmentação comportamental ligada às percepções e preferências dos indivíduos, ou à imagem e o conceito que tem de produtos, serviços ou marcas e ainda relacionada ao tipo de mídia que mais influenciam as suas tomadas de decisão (WEINSTEIN, 1995, p. 147).

Quadro 2 – Segmentação de mercado segundo Weinstein

	Dimensões				
	Geográfica	Socioeconômica	Psicográfica	Taxa de Uso	Benefícios
Bases de Segmentação	geográfica	Demográfica Socioeconômica		Comportamental	
Segmentações Adicionais			- tipo de mídia	- percepções e preferências dos indivíduos	- imagem e conceito que tem do produto

Czinkota, Kotabe e Mercer (1997) compõem um grupo de escritores com formação e foco de estudo nas questões de marketing, mercado global e psicologia. Esta formação reflete a maneira como tratam das questões relativas a segmentação (Quadro 3). Para eles o modo para se segmentar os mercados relaciona-se com o comportamento dos consumidores que podem ser divididos de acordo com as suas características, respostas e reações. As características dos consumidores refletem quem compra:

- Geograficamente: região, urbano, rural etc.
- Demograficamente: idade, estado civil etc.
- Socioeconomicamente: renda, classes sociais, ocupação etc.
- Culturalmente: estilo de vida etc.

As reações dos consumidores baseiam-se naquilo que compram:

- Ocasões de uso.
- Benefícios.
- Frequência de uso.
- Atitudes incluindo fidelidade.

As características são importantes para se determinar um mercado específico e são fundamentais para se delinear o comportamento de compra. São ferramentas relevantes para a segmentação.

Quadro 3 – Segmentação de mercado segundo Czinkota, Kotabe e Mercer

	Comportamento do Consumidor	
	Quem compra	O que é comprado
Tipos de Segmentação	<ul style="list-style-type: none"> - Geográfica. - Demográfica. - Socioeconômica. - Cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ocasião de uso. - Benefícios. - Frequência de uso. - Atitudes, incluindo fidelidade.

Boone e Kurtz (1998) dedicam-se aos estudos sobre negócios em Administração e Marketing. Para eles a segmentação do mercado resulta do isolamento de fatores que distinguem um certo grupo de consumidores de um mercado global. As quatro bases mais comumente usadas para segmentar os mercados consumidores são a segmentação geográfica, demográfica, psicográfica e baseada no produto (Quadro 4).

Quadro 4 – Segmentação de mercado segundo Boone e Kurtz

	Bases para Segmentação			
	Geográfica	Demográfica	Psicográfica	Baseada no Produto
Variáveis	<ul style="list-style-type: none"> - critérios geográficos (ligados à localização) 	<ul style="list-style-type: none"> - sexo - idade - estagio no ciclo de vida familiar - tipo de família - renda e padrões de despesa - demográficos no exterior 	<ul style="list-style-type: none"> - estilo de vida 	<ul style="list-style-type: none"> - benefícios procurados - taxa de uso - fidelidade à marca

Para os autores a segmentação geográfica é um ponto de partida lógico para a segmentação já que examina as características da população. Consiste em dividir um mercado global em

grupos homogêneos com base em localidades. Apesar das decisões de compra não caracterizarem áreas geográficas, esta abordagem de segmentação é útil para reconhecer não apenas padrões específicos do produto, mas as tendências gerais de compra. Em muitos casos, o mercado de bens e serviços pode ser dividido com base em critérios geográficos e algumas categorias são mais inclinadas que outras a preferências regionais. Desta maneira, a segmentação geográfica se revela útil quando as preferências regionais existem.

A segmentação demográfica constitui a abordagem mais comum para se segmentar o mercado. Compõe-se pela divisão dos grupos de consumidores a partir de variáveis como sexo, idade, renda, ocupação, educação, tamanho da família e estágio no ciclo de vida da família. Algumas vezes é chamada de segmentação socioeconômica. As variáveis mais comumente empregadas na segmentação demográfica são descritas a seguir bem como sua relevância:

- Segmentação por sexo: apesar de aparentemente óbvia, pois para muitos casos homens e mulheres apresentarem comportamentos distintos, verifica-se um retorno a esta variável em função da afirmação dos homossexuais e da intenção de se direcionar produtos ou serviços específicos para homens ou mulheres ou homossexuais como uma oportunidade de marketing.
- Segmentação por idade: constitui a divisão da população por faixas etárias e deste modo o direcionamento das ações de marketing para faixas específicas.
- Segmentação por estágio no ciclo de vida familiar: relaciona-se com a formação e dissolução de unidades familiares. Compõem segmentos de solteiros, novos casados, casados, novos pais, divorciados, viúvos. Cada um destes segmentos apresentando características distintas em função destas estruturas familiares diferentes.
- Segmentação por tipo de família: relaciona-se a critérios de tipo de estruturas familiares tais como tamanho das famílias, taxas de fertilidade, intenção de casamento ou intenção de se viver sozinho entre outros. Pode-se atrelar e considera-la como subdivisão da variável de segmentação por estágio no ciclo de vida familiar.
- Segmentação por renda e padrões de despesas: anteriormente definiram-se os mercados como pessoas ou instituições com poder de compra. Então a renda é base para processos de segmentação.
- Segmentação demográfica no exterior: compõe-se da divisão baseada em dados de censos de outros países.

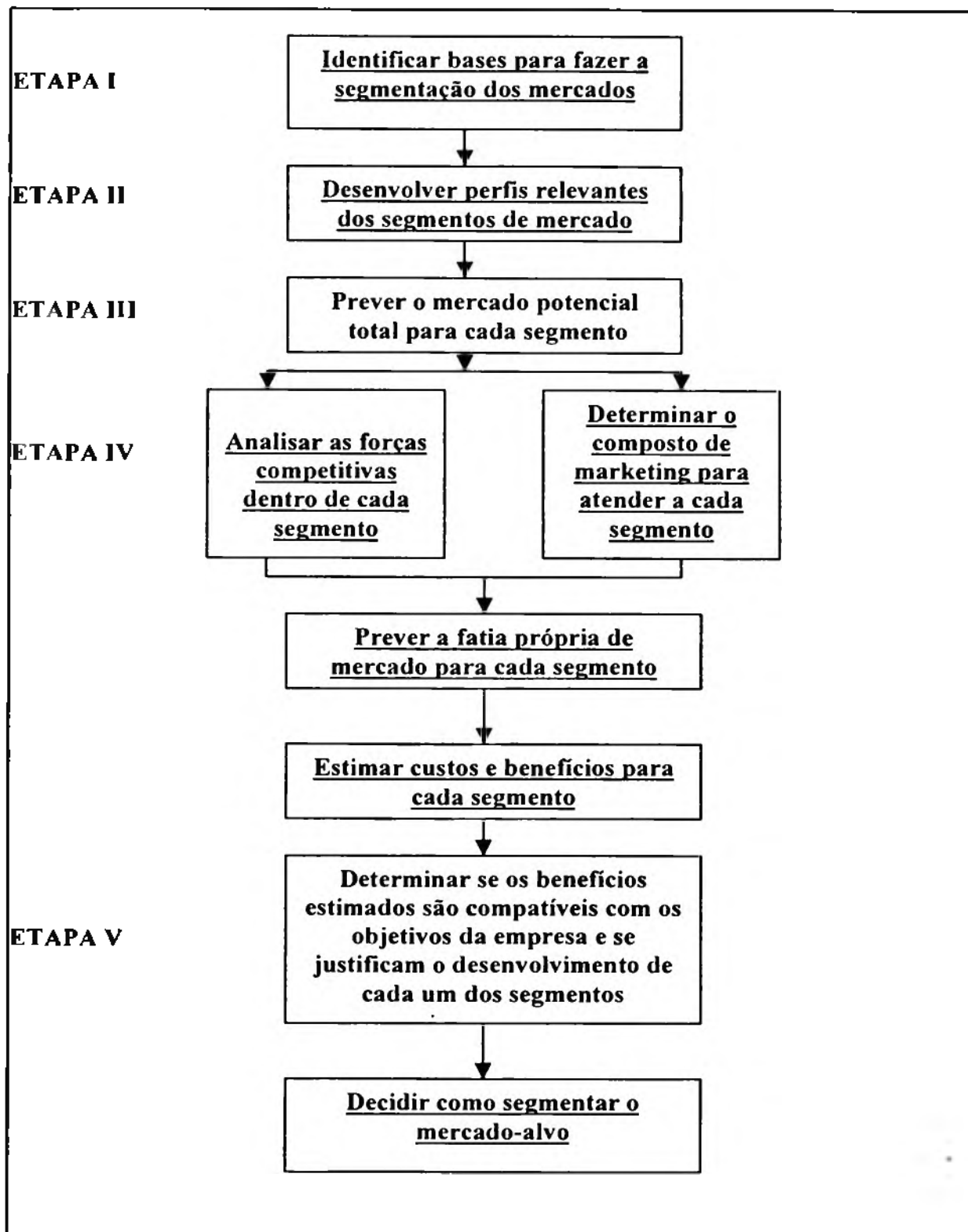
Embora as definições variem entre os pesquisadores, a segmentação psicográfica se refere a segmentação por meio dos diferentes perfis de estilo de vida dos consumidores. Esses perfis são desenvolvidos a partir de declarações relacionadas a atividades, interesses e opiniões. Aborda o estilo de vida ou o seu modo de viver o cotidiano. São vistos como uma combinação psicológica de suas necessidades, motivos, percepções e atitudes. Um estilo de vida também traz marcas de outras influências como família, emprego, atividades sociais e culturais. É útil para que se possa focalizar segmentos mais específicos e ajuda a prever e compreender as preferências dos consumidores. A segmentação psicográfica funciona como complemento às segmentações por variáveis geográficas ou demográficas (BOONE, KURTZ, 1998).

A segmentação baseada no produto envolve a divisão da população em grupos homogêneos, centrada nas características da relação do consumidor com o produto. Pode assumir as abordagens a seguir:

- Segmentação por benefícios procurados: concentra-se nos atributos que as pessoas procuram em um bem ou serviço e os benefícios que esperam receber em troca. Ela agrupa os consumidores com base naquilo que esperam de um produto. É importante observar, porém que apesar de duas pessoas comprarem um mesmo produto podem fazê-lo por motivos distintos.
- Segmentação por taxa de uso: refere-se ao agrupamento de pessoas de acordo com o volume de um produto que elas compram e usam.
- Segmentação por fidelidade à marca: relaciona-se ao grau de fidelidade que um agrupamento de pessoas tem em relação a um determinado produto.

A fim de se efetivar o processo de segmentação de mercado deve-se determinar as bases para identificar mercados, classificando as características de compradores potenciais e usando dados coletados para efetuar análise de mercado posteriormente. Segue-se o Quadro 5 que foi desenvolvida por J.D. Forbes (BECKMAN, BOONE E KURTZ, 1998):

Quadro 5 – Processo de segmentação de mercado



Fonte: J. D. Forbes (BECKMAN, BOONE E KURTZ, 1998)

Jean-Jacques Lambin (1989; 2000) dedica seus estudos para a área de Administração e Gestão, com o foco em Estratégia de Marketing e Publicidade e nas Ciências Econômicas (Quadro 6). Para ele a segmentação de mercado pode ser realizada de quatro modos diferentes:

- Segmentação sócio-demográfica ou descritiva. Tem como base as características sócio-demográficas dos consumidores.
- Segmentação por vantagens procuradas. Baseia-se nas vantagens que os consumidores procuram em um produto.
- Segmentação comportamental. Tem como base as características do comportamento de compra do consumidor.
- Segmentação sociocultural. Tem como base os estilos de vida descritos em termos de atividades, interesse e opiniões.

Quadro 6 – Segmentação de mercado segundo Lambin

Tipos de Segmentação			
Sócio-demográfica	Vantagens procuradas	Sócio-cultural	Comportamental

A segmentação sócio-demográfica é uma segmentação *a posteriori*. Evidencia mais a descrição dos indivíduos que constituem o segmento do que a análise dos fatores que explicam a sua formação.

A segmentação por vantagens procuradas valoriza as diferenças nos sistemas de valores dos indivíduos. Estes podem ter características sócio-demográficas exatamente idênticas e possuir um sistema de valores muito diferentes. As maiores dificuldades de tal método residem na escolha dos atributos que se deve privilegiar, no fato de que esta análise descaracteriza as variáveis sócio-demográficas, além de ser muito onerosa na etapa de coleta de dados (LAMBIN, 1989, p. 153/175; 2000).

A segmentação comportamental de compra utiliza-se de critérios diferentes como:

- *Status* do utilizador. Pode ser feita uma distinção entre utilizadores, não utilizadores, intensos utilizadores, utilizadores regulares, irregulares.
- Taxa de utilização do produto. Identificar qual o segmento de pessoas é responsável pelo maior volume de consumo de um produto.
- Fidelidade. Os consumidores de produtos comprados repetidas vezes podem ser agrupados em consumidores com fidelidade incondicional, fieis não exclusivos ou não fieis.
- Sensibilidade a um fator de marketing. Agrupar os consumidores de acordo com a sensibilidade apresentada a preço ou a promoções etc.

A segmentação sócio-cultural, tal como a segmentação por vantagens procuradas, parte da idéia de que indivíduos, muito diferentes em termos socioeconômicos, podem ter comportamentos muito similares e que o oposto também ocorre – indivíduos muito semelhantes adotam comportamentos distintos. O objetivo é fornecer um perfil do comprador que não se limite as características sócio-demográficas, mas compreenda também informações a respeito de seus valores, atividades, interesses e opiniões. A segmentação por estilos de vida ou segmentação psicológica vai mais além e aborda as motivações e a personalidade do consumidor (LAMBIN, 1989, p. 157/162; 2000).

Kotler e Armstrong (1995) dedicam seus principais estudos e livros para as investigações no campo do Marketing. Para estes autores pode-se verificar a existência de varias maneiras para se segmentar os mercados que podem ser empregadas isoladas ou combinadas dependendo dos resultados que se deseja obter (Quadro 7). São elas:

- Segmentação Geográfica que constitui a divisão do mercado em diferentes entidades geográficas, como países, estados, regiões, municípios, cidades ou bairros.
- Segmentação Demográfica que consiste na divisão do mercado em diferentes grupos com base em variáveis demográficas como idade, sexo, tamanho da família, ciclo de vida familiar, renda, ocupação, nível de instrução, religião, raça e nacionalidade. Os fatores demográficos são as bases mais populares para segmentação de mercados, pois necessidades, desejos e índice de uso dos consumidores em geral variam conforme mudanças demográficas. E também porque são mais fáceis de serem avaliadas do que a maioria dos outros tipos de

variáveis como personalidade ou comportamento. Quando a segmentação demográfica emprega duas ou mais variáveis tem-se a chamada segmentação demográfica multivariada.

- Segmentação psicográfica divide os consumidores em diferentes grupos baseados na classe social, no estilo de vida ou nas características de personalidade.
- Segmentação comportamental divide os compradores em termos do seu conhecimento, atitudes, usos ou respostas a um dado produto.

Quadro 7 – Segmentação de mercado segundo Kotler

Variáveis	Bases para Segmentação			
	Geográfica	Demográfica	Psicográfica	Comportamental
	- região	- idade	- classe social	- ocasião de compra
	- densidade	- sexo	- estilo de vida	- benefício
	- clima	- tamanho da família	- personalidade	procurado
	- tamanho do município	- ciclo de vida familiar		- status do usuário
		- renda		- índice de uso
		- ocupação		- grau de fidelidade
		- grau de instrução		- estágio cognitivo
		- religião		- atitude emocional
		- raça		
		- nacionalidade		

Para Russel I. Haley (1985) a segmentação pode ser obtida por meio de uma análise que se inicia com um conjunto de fatores que ele ou ela acreditam ser casuais. Então se segmenta o mercado e observam-se como os segmentos se diferenciam em termos de seu comportamento. Alternativamente a análise pode agrupar indivíduos por similaridade de comportamento e trabalhar tentando identificar as razões desta similaridade (Quadro 8). Este último procedimento é chamado de *Backward Segmentation*. Apesar de ser empregado quando os dados são de caráter comportamental e a análise tem o objetivo de inferir causas, apresenta problemas. O principal é que um comportamento pode ter origem em causas diferentes. Então, se o objetivo é compreender e prever o comportamento do consumidor é preferível investigar as razões do efeito ao invés da causa. Há situações em que se dispõe de dados comportamentais e atitudinais detalhados e nestas condições tem-se a possibilidade de segmentar o mercado pelos dois critérios e cruzar os resultados.

Quadro 8 – Segmentação de mercado segundo Haley

Tipos de Segmentação			
Geográfica	Demográfica	Comportamental	Psicográfica

Verifica-se, portanto, que apesar da segmentação de mercados ser um procedimento empregado por todos os autores mencionados, não há consenso nem em termos da divisão, dos tipos, nem da nomenclatura utilizada. Pode-se identificar apenas um ponto em comum: a divisão geográfica e demográfica constitui a primeira base para se definir as características comuns entre indivíduos, dividi-los em grupos, para segmentar mercados.

Deste modo, o estudo da demografia estabelece uma aproximação com o comportamento do consumidor ao analisar a sua idade, sexo, nível social etc. As análises de tendências demográficas associadas a características econômicas como renda ou a capacidade de compra podem ser empregadas na previsão de demanda e consumo ao longo do tempo. Pode ainda ajudar no desenvolvimento de produtos, marcas, distribuição de mídia e comunicação.

A análise geodemográfica, por sua vez, agrega aos estudos demográficos a avaliação do local em que vivem os indivíduos, como ganham e gastam os seus recursos. A estrutura mais importante para esta avaliação é a cidade, segundo Blackwell *et al* (2001).

O estudo emprega exatamente estes critérios como base para o processo de segmentação da população que vive sozinha. Considera como unidade de análise a cidade e segmenta esse grupo por meio de variáveis de caráter geodemográficos e socioeconômicos.

As vantagens deste processo de segmentação de mercados podem ser entendidas como de caráter tanto estratégico, quanto operacional. A primeira vantagem relaciona-se a diversidade dos consumidores. Em função de suas características físicas, culturais, sociais, econômicas e de personalidade não se consegue, ou é muito difícil, atender a todos os consumidores com um único produto. Outra razão é que é uma ferramenta importante para se alcançar os objetivos de cada empresa. Neste sentido a segmentação de mercado acaba por identificar os mercados alvos de uma firma (SIQUEIRA, p. 71).

2.2.4. Critérios para uma segmentação efetiva

Os autores concordam que se faz necessário observar quatro critérios para que o processo de segmentação seja viável e efetivo. Para serem úteis os segmentos de mercado precisam apresentar as seguintes características (KOTLER, 1995; CZINKOTA, KOTABE, MERCER, 1997; BOONE, KURTZ, 1998):

- **Mensurabilidade.** O tamanho, o poder aquisitivo e os perfis dos segmentos devem poder ser medidos.
- **Acessibilidade.** É preciso que se possa efetivamente alcançar e atender os segmentos de mercado.
- **Substancialidade.** Os segmentos de mercado precisam ser amplos ou lucrativos o bastante para justificar sua ativação.
- **Operacionalidade.** Os segmentos de mercado devem permitir planejamento de programas efetivos voltados para eles.

2.2.5. Métodos para mensuração e análise de segmentos

O estudo de segmentação deve ser desenvolvido a partir de informações objetivas e claras. Para este fim deve apoiar-se em dados que são coletados via pesquisa de marketing. Segundo a *American Marketing Association* a pesquisa de marketing é definida como sendo “a função que liga o consumidor, o cliente e o público ao profissional de marketing, por meio da informação – informação utilizada para identificar e definir oportunidades e problemas de marketing, para gerar, refinar e avaliar ações de marketing, para monitorar o desempenho de marketing e para melhorar o atendimento do marketing como um processo” (WEINSTEIN, 1995, p. 61). A pesquisa melhora as chances de se saber antecipadamente se algo vai acontecer.

A segmentação de mercado deve obedecer alguns passos. Primeiramente deve-se ater à coleta de dados. O pesquisador poderá recorrer aos dados primários e secundários. A pesquisa primária refere-se a informações coletadas com um propósito ou projeto específico. Neste sentido constituem a base de dados para os processos de segmentação de mercado. A pesquisa secundária relaciona-se a dados coletados previamente provenientes de publicações, empresas

especializadas, órgãos governamentais, fontes estatísticas, catálogos de periódicos, índices de referencia em negócios (WEINSTEIN, 1995, p. 61/79).

A análise destes dados envolve, por sua vez, processos compostos por técnicas e modelos. A questão central é verificar de que maneira as técnicas e os modelos matemáticos podem ser empregados para tratar e analisar os dados coletados. Deve-se cuidar da qualidade dos dados coletados sem a qual toda e qualquer ferramenta estatística de torna inútil.

Determinados tipos de ferramentas multivaridas e modelos são potencialmente úteis para os estudos de segmentação como a análise fatorial, análise de *clusters*, análise de regressão, análise discriminante e mapa perceptivo (*perceptual mapping*) ou ainda outras ferramentas mais complexas (HALEY, 1985).

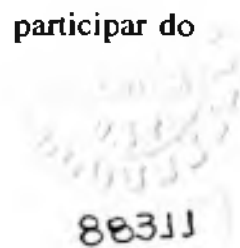
Geralmente, empregam-se procedimentos de amostragem já que é normalmente inviável coletar dados de todos os clientes. Desta maneira opta-se por pesquisar subgrupos representativos de grandes mercados que são chamados de amostras. Estas podem ser não probabilísticas ou probabilísticas. As amostras não probabilísticas incluem amostras por conveniência, por julgamento e por quotas. As amostras probabilísticas podem ser randômicas, por conglomerados, estratificadas e sistemáticas entre outras. São aquelas com base em probabilidade (WEINSTEIN, 1995, p. 61/79).

As amostras não probabilísticas são definidas como:

- amostras por conveniência: participação baseada em estar próxima do estudo, como homens e mulheres na rua.
- amostras por julgamento: opiniões de especialistas.
- amostras por quotas: tem as características da amostra relacionadas com variáveis demográficas e socioeconômicas

As amostras probabilísticas são definidas como:

- amostras randômicas: cada elemento da população tem igual chance de participar do estudo.



- amostras estatísticas: a população é dividida em estratos e todos eles são amostrados randomicamente.
- amostras por conglomerado: a população também é dividida em estratos que são amostrados um a um isoladamente.
- amostras sistemáticas: após um início aleatório, a cada n elementos, um é selecionado.

Após a coleta de dados será necessário analisa-los. Emprega-se habitualmente a tabulação dos dados e, após, são analisados utilizando-se técnicas estatísticas para tratamento destes dados. As principais técnicas estatísticas são (HALEY, 1985; WEINSTEIN, 1995, P. 61/79; HAIR, 2005):

- **Análise Fatorial.** Analisa um grande numero de variáveis e as reduz a um numero menor de fatores que melhor explicam uma situação. É útil em pesquisas de segmentação psicográfica e por benefícios. Existem dois tipos principais empregados em estudos de segmentação: a análise fatorial "r" que reduz o montante de dados pela similaridade nas respostas a variáveis particulares e a análise fatorial "q" que encontra grupamentos de pessoas que respondem de modo similar a questões selecionadas.
- **Análise de Conglomerados ou de Agrupamentos.** Um conjunto de objetos e variáveis relacionados é analisado e, por meio de técnicas de grupamento, são formados segmentos por similaridade nas mensurações estatísticas gerais e provavelmente exibirão comportamentos semelhantes.
- **Escalonamento Multidimensional ou Mapa Perceptual.** Esta técnica analítica representa graficamente atributos baseados nas percepções e preferências dos indivíduos analisados. O seu objetivo é identificar segmentos de mercado com necessidades ou atitudes similares e freqüentemente é empregada em estudos de segmentação perceptuais e por benefícios.
- **Análise Conjunta ou Análise de Trocas Múltiplas.** Este método analítico mensura o impacto de compostos de atributos de produtos variáveis na decisão de compra. Modela as preferências ou reações em termos de conjunto de atributos. É uma abordagem estatística que hierarquiza as percepções e preferências. Estes dados são avaliados e agrupados por homogeneidade de segmentos. Costumeiramente utilizada em projetos de novos produtos, avaliação de preços e seleção de mídia.

- **Regressão Múltipla.** Interessante na análise de associações entre variáveis. Uma equação matemática é construída a partir de uma única variável dependente (critério) com base em duas ou mais variáveis independentes (preditivas ou explicativas).
- **Análise Discriminante.** Recomendada na comparação de diferenças entre segmentos ou na identificação de pertinência a grupos. Realiza-se por meio de equações geradas por computador (funções discriminantes). A técnica é eficaz no estabelecimento do perfil de segmentos.
- **Análise Multivariada de Variância ou Covariância (MANOVA)** é a técnica estatística empregada para explorar simultaneamente as relações entre diversas variáveis independentes categóricas e duas ou mais variáveis dependentes métricas. É a extensão a Análise Univariada de Variância (ANOVA). Útil quando se planeja um experimento (manipulação de várias variáveis não-métricas que representam tratamento) para testar hipóteses referentes à variância em respostas nos grupos a respeito de duas ou mais variáveis dependentes métricas.
- **Correlação Canônica** é uma extensão lógica da Análise de Regressão Múltipla. Enquanto a Regressão Múltipla envolve apenas uma única variável dependente métrica e várias variáveis independentes métricas, a Correlação Canônica correlaciona simultaneamente diversas variáveis dependentes métricas e diversas variáveis independentes métricas.
- **Análise de Correspondência** é uma técnica de interdependência que facilita tanto a redução dimensional da classificação de objetos (produtos, pessoas etc) em um conjunto de atributos, quanto o mapeamento perceptual de objetos relativos a esses atributos. Fornece uma representação multivariada de interdependência para dados não-métricos que não é possível por meio de outros métodos.

Pode-se também segmentar com base na elasticidade. Este tipo de análise requer um tipo de banco de dados específico e amplo o que muitas vezes é dispendioso. Mesmo em estudos simples são necessários três grupos de entrevistados para uma investigação completa. Havendo limitações de custos emprega-se então um amplo estudo utilizando-se a análise *cross-sectional* como substituta das *series analysis* (HALEY, 1985).

As etapas a seguir se dedicam ao levantamento do que já se pesquisou sobre o segmento da população que vive sozinha e relata a realidade de alguns países especificamente, como a Inglaterra, Itália, Portugal, Grécia, França, Coréia e Estados Unidos. Isto ocorre em função da escassez de publicações sobre tema. Os Estados Unidos dispõem do maior volume de informações e monitoram o fenômeno há mais tempo.

2.3. O segmento da população que vive sozinha

Há alguns anos atrás se iniciou um novo movimento resultante das alterações das estruturas sociais que tem apresentado como efeito colateral o crescimento da população que vive sozinha. A mudança de comportamento tem relação direta com a urbanização. É nas metrópoles que este fenômeno se verifica mais intensamente segundo Liu *et al* (2003). O seu estudo foi o primeiro em profundidade a mostrar o impacto das pessoas que moram sozinhas sobre o meio-ambiente (BORGES, 2003). O estudo revela que 76 dos países do globo apresentam as maiores taxas de participação deste segmento em relação à população total e que o Brasil faz parte dos dez primeiros países.

Segundo Liu *et al* (2003) o tamanho e a taxa de crescimento da população são sempre considerados importantes determinantes dos danos ao meio-ambiente. Contudo a dinâmica domiciliar é usualmente negligenciada. As estatísticas demográficas podem mascarar mudanças substanciais no tamanho e no número dos domicílios e os seus efeitos. A dinâmica dos domicílios influencia o consumo *per capita* e conseqüentemente o meio-ambiente através de, por exemplo, o consumo de combustível, a construção de edifícios ou o consumo de energia. Mesmo quando o tamanho da população declina, o número de domicílios cresce substancialmente. O rápido crescimento no número de domicílios é geralmente um fenômeno de áreas urbanas e resulta no maior consumo de recursos em domicílios com número menor de pessoas. A diferença entre a taxa de crescimento da população e de domicílios nos próximos 15 anos (relativo a 2003) sugere que é crucial considerar o aumento do número de domicílios. Este fenômeno resulta diretamente do simultâneo aumento da população e da redução do número de pessoas por domicílio. Mais domicílios significa geralmente maior demanda de material de construção e menor eficiência dos recursos utilizados já que não são mais compartilhados por uma quantidade maior de pessoas.

As causas atribuídas para a redução do número de indivíduos por domicílio são ligadas à redução da taxa de fertilidade, aumento da renda *per capita*, aumento das taxas de divórcio, envelhecimento da população e declínio da frequência de famílias compostas por parentes de várias gerações.

Segundo o IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – muitos estudos apontam um aumento do individualismo habitacional no mundo a partir do pós-Segunda Guerra

Mundial, mas uma intensificação a partir dos anos 80, com o surgimento de uma espécie de ideologia individualista. Baseia-se em um novo estilo de vida que se instaura de forma crescente e associa-se a novas situações de famílias, aumento de separações, não casamentos e pessoas que tem relações maritais estáveis vivendo em casas separadas (BORGES, 2003).

Vive-se hoje a transição dos valores familiares. Desde 1960 as taxas de divórcio vêm aumentando, a taxa de natalidade decrescendo, bem como os casamentos. As mudanças são significativas desde a Revolução Industrial há 200 anos atrás. Na era pré-industrial a família numerosa era a norma. A família criava a estabilidade econômica e estava ligada ao bem estar. O domicílio era a unidade primária de produção. Trabalho e vida familiar estavam integrados. Trabalhadores domésticos, juntamente com amigos e parentes compunham a unidade domiciliar. As famílias expandiam-se pela comunidade (WILKINSON, 1999; MARIZ, BOCCIA, 2003).

Com o advento da sociedade industrial, a família mudou e foi se tornando menor. A família extensa perde lugar para o núcleo familiar. As normas para as pessoas de cada sexo são rigorosamente demarcadas: os homens trabalham fora e as mulheres ficam em casa e cuidam dos filhos. Este padrão familiar foi a base para aquele que apareceu após 1945 caracterizado pelo paternalismo do empregador, crescimento dos padrões de vida e trabalho e de segurança.

Nos dias de hoje vê-se o encolhimento das estruturas familiares e o crescimento de um segmento composto por indivíduos que vivem sozinhos. Este segmento é amplo e mistura vários perfis. Como jovens que querem casar mais tarde, pessoas separadas, viúvos e o público GLS (PACHECO, Carta Capital).

2.3.1. Europa

A Europa apresentou profundas mudanças nas últimas décadas em seu padrão demográfico de formação das famílias e dos domicílios. Nesta transição demográfica chama a atenção principalmente as novas e variadas estruturas domiciliares, principalmente a das grandes cidades (OGDEN, HALL, 2000). Na Itália, Portugal, Espanha e Grécia entre o 2000 e 2015 a contribuição da redução do número de habitantes por domicílio em relação ao aumento de domicílios será de 2,4 milhões de domicílios a mais em cada um destes países o que

representa uma taxa de 0,40%, mesmo que a população total decresça em uma taxa anual entre 0,10 e 0,3% (LIU *et al*, 2003).

Na Inglaterra a chamada família tradicional composta por um homem provedor, uma mulher dona de casa e 2,2 filhos em média se tornou hoje em dia a minoria. Os casais com filhos declinaram de 38% do total em 1961 para 23% em 1998. Quase metade das mulheres casadas e com filhos na pré-escola trabalham contra apenas 25% a vinte anos atrás. E de acordo com a última edição do "*Social Trends*" a proporção de pessoas divorciadas dobrará em três décadas (de 1990 a 2020), o número de pessoas casadas decrescerá de 57% em 1992 para 45% em 2020. A diversidade é marcante: 27% dos domicílios possuem apenas uma pessoa, 31% tem filhos e 38% das famílias não tem filhos. Vê-se a coexistência de novas estruturas familiares – são pais solteiros, pessoas vivendo juntas sem serem parentes, famílias homossexuais, famílias adotivas, pessoas vivendo sozinhas etc (WILKINSON, 1999).

No intervalo de tempo de 1975 a 1990, verificou-se um declínio populacional nas dez maiores cidades francesas em função da migração. Em 1980 a maioria das cidades apresentou aumentos significativos no número de domicílios mesmo que a população total esteja decrescendo. Os domicílios com apenas um ou dois habitantes representam mais de 75% situam-se nas áreas centrais. O aumento deste tipo de domicílio foi rápido e demonstra o declínio das estruturas familiares tradicionais. O crescimento da população tem relação com os fatores de idade, sexo, classe social, raça, profissionais jovens e principalmente mulheres (OGDEN, HALL, 2000).

2.3.2. Ásia

Um padrão semelhante ao americano pode ser observado nos países na costa do Pacífico. O tamanho médio da residência familiar da Coreia do Sul decresceu de 5,1 em 1975 para os atuais 3,8 pessoas por domicílio. Taiwan, Hong Kong e Cingapura registraram estatísticas semelhantes. De qualquer modo, embora o tamanho das residências seja menor, seu número tem aumentado nesses países (BOONE, KURTZ, 1998). Em 2000 no Japão 20% dos domicílios eram habitados por indivíduos que vivem sozinhos (*Rise of single. The Futurist*. Washington, 2000).

2.3.3. Estados Unidos

Por ocasião do primeiro censo americano em 1790 a residência familiar média abrigava 5,8 pessoas. Em 1960 o número tinha caído para 3,4 pessoas e no início da década de 90 caiu ainda mais passando a 2,7. O Departamento de Comércio americano alinha algumas razões para a tendência no sentido de lares menores: taxas de fertilidade mais baixas, tendências crescentes entre jovens de adiar o casamento ou nunca casarem, tendência crescente entre jovens casais de limitar o número de filhos ou de não os ter, facilidade e frequência do divórcio e capacidade e desejo de muitos jovens solteiros e dos mais velhos de viver sozinhos.

Uma importante tendência americana nestes últimos 20 anos tem sido o declínio da suposta família tradicional, que consiste em pai, mãe e seus filhos morando em uma casa. Em 1970 este segmento compreendia 40% de todas as famílias americanas. Já no início da década de 90 o índice caiu para 26%. Nesse meio tempo três outros segmentos – famílias com apenas um dos pais, famílias compostas de uma só pessoa, e residências habitadas por pessoas sem laços familiares – representavam mais do que o dobro durante o mesmo período e até recentemente constituíam 44% de todas as famílias americanas. Estes lares não tradicionais frequentemente consistem em consumidores de alimentos e embalagens para uma pessoa só e refeições prontas e semiprontas, como latas de sopa etc (BOONE, KURTZ, 1998).

A população americana cresceu significativamente entre 1990 e 2000. Nestes últimos anos passou de 32,7 milhões de pessoas para 281 milhões, representando um crescimento à taxa de 13,2% ao ano. Segundo especialistas, o crescimento populacional seguirá esta tendência. A composição desta população apresenta, porém, uma estrutura com características peculiares.

O censo de 2000 demonstrou que a composição da população é multirracial e o invés de representada por maioria branca, seguida de negra. A população hispânica cresceu atingindo a cifra de 35,3 milhões de pessoas. Porém, apesar desta diversidade racial, a organização geográfica continua marcada pela segregação.

Outro fator é o crescente envelhecimento da população. O número de pessoas com idade entre 20 e 34 anos declinou em 3 milhões. A população que mais cresceu tem idade entre 50 e 54 anos e expandiu-se em 55%, o que representa quase 18 milhões de pessoas. Em segundo

lugar, com 45 a 49 anos, apresenta crescimento de 45% o que significa 6,2 milhões de indivíduos.

Há também uma nova estrutura familiar. É a primeira vez que o número de pessoas que vivem sozinhas supera o número de famílias típicas composta por casais com filhos. Os casais com filhos passaram de uma taxa de crescimento de 26% em 1990 para 23% em 2000. As novas estruturas tomaram lugar. São pessoas vivendo sozinhas, casais que vivem juntos sem serem oficialmente casados, pessoas amigas vivendo juntas ou outra forma de agrupamento (WELLNER, 2002).

O percentual de indivíduos que vivem sozinhos está crescendo e compõe-se por viúvos, divorciados, adultos com idade entre 25 e 45 anos que preferem a vida independente. Segundo o "Population Reference Bureau", entre 1970 e 2002 a proporção de pessoas que vivem sozinhas cresceu de 8 para 14% ao ano, sendo que 10% das pessoas entre 25 e 34 anos estão nesta condição. Esta cifra representa um acréscimo de quase 4% em relação a três décadas atrás. Para a população com idade entre 35 e 44 anos esta taxa também pulou de 3 para 9% ao ano. Entre 1975 e 2002 a proporção dos americanos que permanecem solteiros cresceu de 24 para 29% (*More Americans Live Alone. The Futurist*).

Esta população vive principalmente em grandes centros urbanos. Vivem segundo padrões diferenciados, dominam hoje a população endinheirada, apresentam formação educacional elevada, tem, geralmente, entre vinte e trinta anos. Mais do que outro grupo tem tempo, dinheiro e paixão por gastar dinheiro naquilo que está na moda, que é frívolo e dá prazer. Segundo o Censo americano de 2000, este público vem crescendo e cada vez mais desde 1990.

Nas últimas três décadas a proporção de mulheres entre vinte e vinte e quatro anos que ainda não se casaram dobrou, passando de 36% para 73%. Entre trinta e trinta e quatro anos este número fica ainda maior, triplicando de 6% para 22%. Este grupo compõe-se por mulheres sozinhas ou com filho, apesar de não serem casadas. Aponta, ainda, que desde 1990 vem crescendo o número de indivíduos que moram com outra pessoa sem ter a menor relação de família ou casamento. Esta tendência nos países ricos tem relação direta com os níveis elevados de estudo. Principalmente mulheres que se formam profissionais qualificadas em direito e medicina. Sua prioridade passa a ser a carreira em detrimento de outros projetos,

principalmente o de constituir família. Outro fator é o aumento da expectativa de vida. Hoje, os quarenta anos são os trinta de dez anos atrás. Deixam a questão do casamento para idade próxima dos quarenta anos (*The Bridget Jones economy- Singles and the city*. The Economist Newspaper, 2001; DARKO, 1999).

2.3.4. Brasil

No Brasil mais de 4.6 milhões de domicílios surgiram entre 1991 e 2000 em função da redução do número de pessoas por domicílio. Mesmo em regiões onde a população total está decrescendo, o número de domicílios continua crescendo significativamente devido à redução da quantidade de habitantes por unidade (LIU *et al*, 2003).

De acordo com o IBGE, em 2000 existiam no Brasil 4 milhões de domicílios com uma só pessoa e passou a ser alvo de algumas indústrias de alimentos, bebidas, de produtos de higiene pessoal e de limpeza doméstica. O mesmo censo do IBGE demonstra que as pessoas estão casando menos e com mais idade, principalmente nos estratos mais ricos da população, e as separações formais (divórcios) estão acontecendo mais cedo e em número maior a cada ano pesquisado. Pode-se observar que o número de casamentos vai no sentido oposto ao do crescimento populacional, enquanto o número de separações acompanha o aumento da população (FERREIRA, 2002). As famílias vêm encolhendo, os casamentos são tardios, o número de divórcios é crescente e os homossexuais levam uma vida independente. Segundo o IBGE, enquanto em 1991 5,7% dos domicílios tinha apenas um morador, em 2000 a participação chegava a 9,1% (Supermercados atestam: *singles* representam um mercado e tanto. Supermercado Moderno, 1997; PACHECO, Carta capital; NIGRO, 2001; MARIZ, BOCCIA, 2003).

James Wright (TONET, 2002) explica que “Viveremos em uma sociedade mais pluralista, com uma variedade maior de estruturas familiares e de estilos de vida, com muitas pessoas morando sozinhas”. Outra importante característica é o envelhecimento da população: o número de adultos com mais de 50 anos passará dos atuais 28 milhões para 42 milhões (BARBOSA, 2001).

A revisão teórica permite verificar que os indivíduos que vivem sozinhos constituem um segmento de mercado devido à suas características em comum. Segmento este presente em países como Inglaterra, Itália, Portugal, Grécia, França, Coreia e Estados Unidos. Nestes países compõem-se fundamentalmente por pessoas jovens, separadas e viúvos. Demonstram interesse em produtos e serviços diferenciados e adequados para suas necessidades e desejos. Esta população se compõe por uma mistura de diversos perfis e representam significativa parcela dos domicílios.

O Brasil dispõe de poucos e incompletos estudos sobre o tema. Desta maneira, o estudo do fenômeno requer o levantamento e análise de dados para que se possa identificar e compreender os fatores preditores e, assim, inferir projeções. A partir destes dados é possível gerar uma documentação que pode ser empregada nos setores públicos para administrar as questões administrativas e nortear as urbanas, no meio-ambiente para estruturar as questões ecológicas, nos setores industriais e varejistas fornecendo as informações para o desenvolvimento de produtos, serviços e estratégias comerciais adequadas.

Por intermédio deste estudo espera-se atender ao objetivo de descrever e classificar o comportamento de crescimento da população que vive sozinha nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Recife e Porto Alegre. Bem como, responder os objetivos específicos de fornecer dados socioeconômicos e demonstrar a tendência de crescimento da população que vive sozinha para a avaliação das implicações deste fenômeno e para tomadas de decisão nos setores de Varejo, Indústria, Urbanismo e Arquitetura, Administração pública e Meio-ambiente (ecologia).

Ao capítulo 3 caberá a construção da metodologia para a coleta de dados e sua análise, bem como os critérios e ajustes empregados para conferir confiabilidade e validade ao estudo. A análise dos resultados será apresentada no capítulo 4 que se seguirá pelas conclusões do estudo no capítulo 5 e pelas limitações deste estudo e sugestões para trabalhos futuros e serem demonstrados no capítulo 6.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1. Introdução

Este trabalho envolve a análise de dados secundários originários dos Censos brasileiros de 1970, 1980, 1991 e 2000 para oito municípios que são capitais de Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Recife e Porto Alegre. Foram selecionados por serem as oito maiores capitais em termos do total de pessoas.

Estes dados fornecem informações de caráter geodemográfico e socioeconômico a respeito dos indivíduos que habitam os domicílios pesquisados pelos Censos brasileiros que são a base para a investigação a cerca das características que podem classificar e descrever o fenômeno dos indivíduos que vivem sozinhos.

Segundo Curry (1993, p. 199/202) os Censos são pesquisas de caráter geodemográfico que por este motivo se compõem de dados agregados de bases demográficas referentes aos lares investigados, inseridos em uma unidade geográfica. A mensuração agregada de dados geodemográficos tem como objetivo identificar os grupos ou segmentos (*clusters*) que apresentam descrição parecida. Pessoas que vivem em grupos de áreas parecidas compartilham um grande número de características socioeconômicas e demográficas. Conseqüentemente apresentam hábitos de compra, preferências de mídia e de produtos similares.

É exatamente este o conceito que guia a pesquisa deste trabalho: de que a análise através de tratamento estatístico de dados censitários para estes oito municípios poderá classificar e descrever o segmento de indivíduos que moram sozinhos. Para tal deve-se atender a determinado rigor metodológico e científico a fim de que o estudo seja cientificamente aceitável e metodologicamente válido.

Os itens que compõem este capítulo abrangem o referencial teórico a respeito de análise multivariada, os métodos e as técnicas estatísticas empregadas para o tratamento dos dados censitários, bem como os cuidados e ajustes necessários.

3.2. Análise Multivariada

Segundo Hair (2005, p. 26) a análise multivariada refere-se de modo geral a todos os métodos que analisam simultaneamente múltiplas medidas sobre cada indivíduo ou objeto de investigação. Ou seja, qualquer análise de duas ou mais variáveis pode ser chamada de multivariada. São a extensão das análises univariadas e bivariadas. A escolha da técnica mais indicada dependerá da relação entre o fenômeno que se está examinando com os tipos de variáveis tratadas. A primeira questão a se responder é qual o tipo de relação que se está examinando. Pode-se identificar dois tipos de relação, um de dependência e outro de interdependência. Para os casos de dependências entre as variáveis deve-se investigar quantas variáveis estão sendo previstas:

- Múltiplas relações de variáveis dependentes e independentes – são tratadas através e Modelagem de Equações Estruturais.
- Diversas variáveis dependentes em uma única relação – dependerá da escala de medida da variável dependente. Para os casos de variável dependente métrica relacionada com variável preditora métrica adota-se a Análise de Correlação Canônica. Caso a variável preditora seja não-métrica, aplica-se a Análise Multivariada de Variância. Quando a variável dependente for não-métrica deve-se empregar a Análise de Correlação Canônica com variáveis dicotômicas.
- Uma variável dependente em uma única relação – caso a escala de medida da variável dependente seja métrica pode-se empregar tanto a Regressão Múltipla, quanto a Análise Conjunta. Para os casos onde a variável dependente é não-métrica emprega-se a Análise Discriminante Múltipla ou Modelos Lineares de Probabilidade.

Para os casos onde a relação examinada é de interdependência deve-se observar a natureza dos elementos a serem analisados e o tipo de informação que se pretende extrair. Quando se busca identificar a relação entre variáveis usualmente se utiliza a Análise Fatorial. Para análises de casos ou respondentes emprega-se a Análise de Conglomerados ou Agrupamentos. Já quando trata de objetos dependerá de como os atributos são medidos. Quando medidos por caráter métrico pode-se utilizar o Escalonamento Multidimensional. Caso se empreguem atributos não-métricos pode-se aplicar tanto o Escalonamento Multidimensional, quanto a Análise de Correspondência.

Desta maneira, os métodos ou técnicas a serem empregados neste estudo devem respeitar os pressupostos e restrições inerentes a cada uma deles. Bem como a aderência com os tipos de resultados que se pretende alcançar através destas análises estatísticas.

3.3. Métodos e técnicas estatísticas para tratamento de dados censitários

Os bancos de dados resultantes de levantamentos censitários envolvem um volume de dados extremamente amplo. O tratamento estatístico destes dados obedece dois passos. O primeiro tem a finalidade de remover qualquer redundância desnecessária entre as variáveis. Ou seja, retirar variáveis que possam estar medindo o mesmo tipo de informação. O segundo passo consiste em encontrar os grupos compostos por dados similares (*clusters*).

Curry (1993) sugere um encaminhamento de análise multivariada para identificação de grupos através de dados censitários. Inicia-se com a utilização de Análise Fatorial para as variáveis. É a técnica multivariada que examina as correlações entre variáveis e remove as redundâncias que existem entre elas. Como a maioria das informações repetidas é removida pelo processamento a matriz resultante continua contendo a grande maioria das informações oriundas da matriz original (segundo o autor, cerca de 80%). O segundo momento se dedica a Análise de *Cluster* que emprega a matriz resultante da Análise Fatorial como a base para sua análise. O resultado deste processo é a divisão de um grande número de dados em um número menor formando segmentos ou *clusters* geodemográficos de mercado.

A conclusão bem sucedida de uma análise multivariada envolve cuidados que vão além da seleção do método correto. Para Hair (2005, p. 40/42) deve-se atender a seis passos para que o tratamento possa construir modelos que permitam desenvolver, interpretar e validar qualquer análise multivariada:

- 1º. definir o problema da pesquisa, dos objetivos e da técnica multivariada a ser aplicada.
- 2º. desenvolver um plano de análise.
- 3º. avaliar as suposições inerentes à técnica multivariada.
- 4º. estimar o modelo multivariado e avaliar o ajuste geral do mesmo.
- 5º. interpretar as variáveis estatísticas.
- 6º. validar o modelo multivariado.

A próxima etapa refere-se especificamente ao tratamento dos dados empregados neste estudo. Apresentam-se também os critérios e ajustes empregados para compatibilizar os dados fornecidos pelos Censos Demográficos do IBGE às necessidades desta investigação.

3.4. Métodos e técnicas estatísticas empregadas no estudo

Um dos passos fundamentais para a garantia da confiabilidade e validade de uma pesquisa passa pelo tratamento que se dá aos dados analisados. O primeiro passo para a efetividade deste processo consiste em se fazer os ajustes necessários para que as comparações e inferências se tornem possíveis e verdadeiras.

O primeiro cuidado que este estudo exigiu foi a análise minuciosa da organização dos bancos de dados censitários de 1970, 1980, 1991 e 2000. Esses bancos de dados contêm uma amostra que corresponde a 25% da população e chega-se ao total da população aplicando-se um fator de expansão da amostra que é parte integrante da própria estrutura de cada Censo. A amostra é probabilística sistemática, pois, após um início aleatório seleciona um caso a cada n casos. Os bancos são heterogêneos em seus esquemas de organização, na quantidade e características das variáveis que investigam, nas categorias que as compõem e nos conceitos que adotam. Verifica-se a alteração da metodologia para entrevista dos recenseados para a construção das

variáveis. Essas diferenças são o reflexo da época em que os Censos foram feitos e da própria evolução da sociedade. Deste modo, a comparação imediata se torna inviável.

Esta restrição impôs a necessidade de se construir um novo banco de dados que garantisse a compatibilidade de seus dados. Este foi exatamente o procedimento adotado. Construiu-se um novo banco de dados composto apenas pelas variáveis passíveis de comparação ao longo dos quatro Censos. Porém, estas comparações muitas vezes tiveram que ser ajustadas em virtude de as variáveis não serem idênticas quanto a sua organização, seu conteúdo e as categorias que as compõem. Aplicaram-se extensos procedimentos de recorte nos bancos de dados originais e ajustes de variáveis e categorias sem o prejuízo dos conceitos originais de construção dos Censos Demográficos do IBGE. Tratamentos estes empregados para garantir a veracidade e confiabilidade dos dados utilizados nesta pesquisa. Os conceitos e as informações dedicadas a este processo estão registrados nos Anexos A, B, C, D, E, F e G deste trabalho.

Os procedimentos adotados para o tratamento dos dados censitários foram, então, primeiramente a definição do conjunto de variáveis comparáveis entre as quatro datas. Estas variáveis foram ajustadas e padronizadas compondo um novo banco de dados uniforme e contendo os dados referentes às oito cidades a serem investigadas (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Recife e Porto Alegre).

Após a construção do banco de dados aplicaram-se testes de estatística descritiva como frequência, média, moda e mediana. Associou-se também a técnica *Crosstabs* que executa o cruzamento entre variáveis. Procede a análise cruzada dos dados de duas variáveis. Informa a quantidade de casos e o seu percentual de participação por categoria de uma variável em relação à determinada categoria da outra variável. A análise conjunta dos resultados oriundos destes tratamentos tornou possível identificar as variáveis relevantes para a caracterização da população que vive sozinha.

Empregou-se a técnica de *Crosstabs* em um segundo momento cruzando a variável que relaciona as oito cidades com as variáveis selecionadas para caracterizar o segmento através da distribuição pelas categorias de cada uma.

Utilizando-se as variáveis para caracterização dos indivíduos que vivem sós aplicou-se também a técnica de Análise de Conglomerados que permite segmentar elementos em grupos homogêneos internamente e heterogêneos entre si e mutuamente exclusivos. Ou seja, identificar grupos de indivíduos cujas características são comuns entre seus componentes, porém diferentes entre os distintos grupos. É uma técnica que agrupa os casos por similaridade e que compara grupos de indivíduos, porém não tem caráter conclusivo e sim exploratório. Deixa então para a fase de análise a avaliação do resultado que acontecerá em função dos conglomerados encontrados. É útil para nomear conglomerados ou grupos.

Em consequência da aplicação da técnica de Análise de Conglomerados pôde-se conhecer os sub-segmentos que compõem o segmento em questão e seus perfis. A técnica empregada foi o *K-Means*. Verificaram-se as medidas de distância ou similaridade através da Distância Euclideana e aplicou-se o Teste de Qui-Quadrado para garantir a qualidade dos resultados apontados. Os tratamentos foram empregados por cidade e por Censo.

Os resultados obtidos foram avaliados e organizados procurando identificar a regularidade através do tempo. Ou seja, a existência de sub-segmentos idênticos nas diversas décadas para uma mesma cidade. Os caso onde este fenômeno não foi percebido, levantou-se as alterações em sua composição. Outra comparação feita foi procurando identificar as cidades que em 2000 apresentavam os mesmos sub-segmentos de indivíduos que vivem sozinhos.

Os resultados encontrados são apresentados no próximo capítulo (Capítulo 4) com o intuito de atender aos objetivos traçados e descritos no capítulo 1. A primeira parte da análise caberá responder ao objetivo principal do estudo de descrever e classificar o comportamento de crescimento da população que vive sozinha e suas características socioeconômicas. A segunda parte compreenderá os resultados que atendem aos objetivos específicos.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS DADOS

4.1. Introdução

Os resultados obtidos a partir da análise dos dados dos Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000 para as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Recife e Porto Alegre são apresentados neste capítulo com o intuito de atender aos objetivos traçados Capítulo 1. A primeira parte da análise caberá responder ao objetivo principal do estudo de descrever e classificar o comportamento de crescimento da população que vive sozinha e suas características socioeconômicas. A segunda parte compreenderá os resultados que atendem aos objetivos específicos de:

- Apresentar a taxa de crescimento do segmento através das décadas e para cada cidade.
- Classificar e descrever cada sub-segmento que compõe o segmento dos indivíduos que vivem sozinhos.
- Informar a taxa de evolução dos perfis indicados para cada sub-segmento.

Por sua vez, as informações estão organizadas e agrupadas por cidade contendo a evolução de cada sub-segmento através das décadas e utilizando-se os dados dos Censos. Cada sub-segmento é classificado e descrito empregando como variáveis a condição de ser ou não aposentado, o sexo, a faixa etária, ser alfabetizado ou não, a renda e a condição de ocupação do domicílio. O Quadro 9 que segue ilustra as categorias que fazem parte destas variáveis (Anexo E).

Quadro 9 - Variáveis e categorias

Código da variável	Nome da variável	Categorias
VC 05	Condição do domicílio	6
	0- sem declaração	
	1- próprio	
	3- alugado	
	4- cedido	
	6- outra (condição não identificada)	
	9- ignorada	

VC 15	Sexo	2
	1- masculino	
	2- feminino	
VC 17	Grupos de idade	8
	1- 0 a 14 anos	
	2- 15 a 19 anos	
	3- 20 a 29 anos	
	4- 30 a 39 anos	
	5- 40 a 49 anos	
	6- 50 a 59 anos	
	7- 60 ou mais anos	
	8- idade ignorada	
VC 24	Sabe ler e escrever	3
	1- sim	
	2- não	
	3- sem declaração	
VC 36	Rendimento em faixas de salário mínimo	11
	1 - até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo	
	2 - mais de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo	
	3 - mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo	
	4 - mais de 1 a 2 salários mínimos	
	5 - mais de 2 a 3 salários mínimos	
	6 - mais de 3 a 5 salários mínimos	
	7 - mais de 5 a 10 salários mínimos	
	8 - mais de 10 a 15 salários mínimos	
	9 - mais de 15 a 20 salários mínimos	
	10 - mais de 20 salários mínimos	
	11 - sem rendimento	
VC 40	Condição de atividade: aposentados	2
	1 – aposentado	
	2 - outra condição	

Esta parte ainda compreenderá os resultados que atendem ao objetivo específico de identificar os conjuntos de cidades que possuem um mesmo sub-segmento de indivíduos que vivem sozinhos em 2000. Porém, as razões que explicam estes fenômenos constituem uma indicação para estudos futuros.

4.2. Objetivo principal – análise dos resultados

A primeira parte dos resultados corresponde as análises que atendem ao objetivo principal do estudo de descrever e classificar o comportamento de crescimento da população que vive sozinha e suas características socioeconômicas. As informações estão organizadas em tabelas, gráficos, informações específicas e análises propriamente ditas de cada variável investigada.

4.2.1. População que vive sozinha e a população total

Comparando-se os dados fornecidos pelo IBGE e pelo IPEA verificam-se diferenças entre eles para os dados de 1970 e 1991. Estas diferenças referem-se em 1970 a utilização de critérios distintos por estas duas entidades. O IBGE considera apenas as pessoas residentes permanentes. O IPEA contabiliza as pessoas residentes permanentes acrescidas as pessoas presentes no momento do recenseamento. Em 1990 as diferenças relacionam-se as aproximações dos resultados (Tabela 1).

Tabela 1 - População – Total de pessoas – IBGE X IPEA

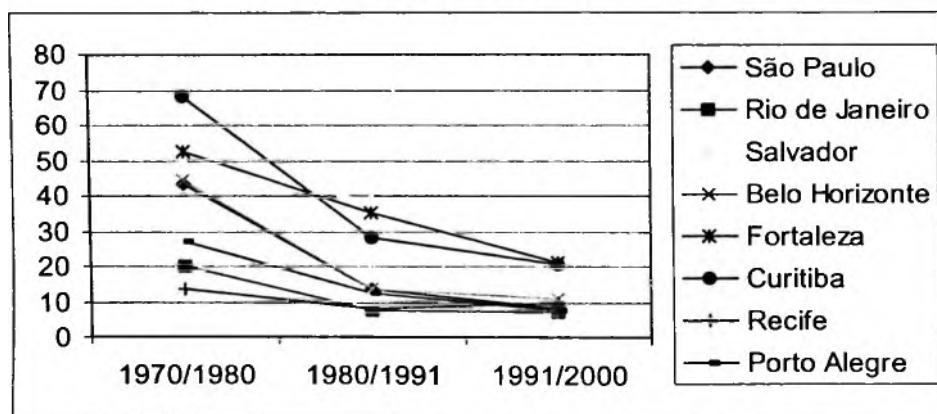
Municípios	Total de pessoas							
	1970		1980		1991		2000	
	IBGE	IPEA	IBGE	IPEA	IBGE	IPEA	IBGE	IPEA
São Paulo	5924612	5985170	8493217	8493217	9649185	9646184	10435546	10435546
Rio de Janeiro	4251918	4316978	5090723	5090723	5480768	5480867	5857904	5857904
Salvador	1007195	1027197	1502013	1502013	2075273	2075272	2443107	2443107
Belo Horizonte	1235030	1255611	1780839	1780839	2020161	2020160	2238526	2238526
Fortaleza	857980	871932	1307608	1307608	1768637	1768636	2141402	2141402
Curitiba	609026	624821	1024980	1024980	1315035	1315034	1587315	1587315
Recife	1060701	1084786	1203887	1203887	1298229	129228	1422905	1422905
Porto Alegre	885545	903495	1125478	1125478	1263403	1263402	1360590	1360590

analisando os dados fornecidos pelo IBGE encontra-se uma taxa de crescimento entre 1970 e 2000 da ordem de 1,85% ao ano. Avaliando o percentual de crescimento de uma década em relação a outra identifica-se a sua queda que é representada pela Tabela 2 e pelo Gráfico 1 a seguir.

Tabela 2 – Percentual de crescimento entre Censos

Municípios	Total de pessoas taxa de crescimento - IBGE		
	1970/1980	1980/1991	1991/2000
São Paulo	43,35	13,61	8,15
Rio de Janeiro	19,73	7,66	6,88
Salvador	49,13	38,17	17,72
Belo Horizonte	44,19	13,44	10,81
Fortaleza	52,41	35,26	21,08
Curitiba	68,3	28,3	20,71
Recife	13,5	7,84	9,60
Porto Alegre	27,09	12,25	7,69

Gráfico 1 - Percentual de crescimento entre Censos



A fim de viabilizar a comparação entre os dados dos Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000 se fez necessário identificar primeiramente conceitos que fossem comuns entre eles segundo o próprio IBGE. Os conceitos e procedimentos empregados pelo IBGE no processo de recenseamento da população são distintos para cada Censo. Isto ocorre em função de dois fatores principalmente. Em primeiro lugar, acontecem em função da mudança da sociedade

em si ao longo do tempo que altera a sua composição e conseqüentemente, as informações que se deve registrar. Por outro lado, o fato de não se identificar uma padronização por parte do próprio IBGE que facilitaria a construção de séries temporais e comparações. O resultado destas divergências é que foi necessário identificar conceitos e variáveis comuns ou passíveis de padronização para, então, construir um novo banco de dados comparável. E assim foi conduzido o trabalho (Anexos A, B, C, D, E, F e G).

A primeira restrição, fruto deste processo, refere-se ao tipo de domicílio que se tem acesso às informações sobre pessoas que vivem sozinhas. Apenas os domicílios particulares permanentes se apresentaram constantes entre 1970 e 2000. Por definição do IBGE constituem domicílios particulares permanentes aqueles que são constituídos de construções que servem exclusivamente a finalidade de moradia e, na data de referência, tinham a finalidade de servir de habitação para uma ou mais pessoas (os cortiços constituem conjuntos de domicílios particulares permanentes). Excluem-se os domicílios improvisados constituídos por unidades não residenciais (loja, fábricas etc) e que não tinham dependências destinadas exclusivamente à moradia, mas na data de referência, estavam ocupados por moradores (incluem prédios em construção, vagões de trem, carroças, tendas, barracas, trailers, grutas e aqueles situados sob pontes e viadutos etc).

Em virtude deste fator, todos os dados coletados, tratados estatisticamente e analisados referem-se a domicílios particulares permanentes e são apenas denominados por domicílios nas análises que seguem para facilitar a sua estruturação.

As Tabelas 3 e 4 a seguir mostram os totais de domicílios com uma única pessoa, sua participação percentual em relação ao total de pessoas para os quatro Censos e nas oito cidades estudadas.

Tabela 3 - População – Total de pessoas em domicílios particulares permanentes - IBGE

Municípios	População - Total de pessoas em domicílios particulares permanentes - IBGE					
	1970			1980		
	uma pessoa	%	total	uma pessoa	%	total
São Paulo	64674	1,18	5498631	140910	1,70	8306388
Rio de Janeiro	75823	1,93	3931993	124115	2,48	4996785
Salvador	11537	1,23	936721	20890	1,42	1473844
Belo Horizonte	12599	1,08	1170741	23073	1,31	1756827
Fortaleza	5410	0,68	800883	11187	0,86	1296683
Curitiba	4642	0,82	564569	12955	1,29	1004451
Recife	11148	1,13	987992	16614	1,40	1187172
Porto Alegre	11177	1,39	805799	28322	2,57	1099967

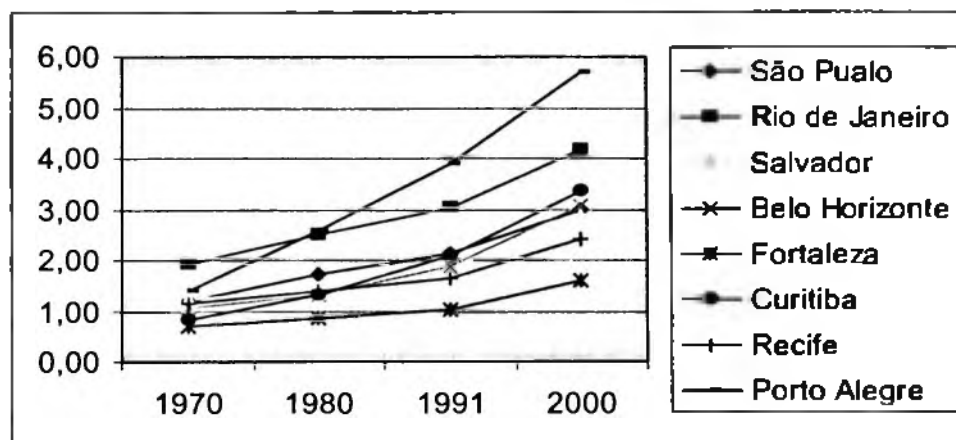
Municípios	População - Total de pessoas em domicílios particulares permanentes - IBGE					
	1991			2000		
	uma pessoa	%	total	uma pessoa	%	total
São Paulo	203077	2,13	9528774	308121	2,98	10340047
Rio de Janeiro	164657	3,03	5429554	242000	4,17	5807228
Salvador	38656	1,88	2058336	69707	2,87	2428487
Belo Horizonte	37909	1,89	2004265	67975	3,05	2226076
Fortaleza	17786	1,01	1760074	34047	1,60	2132078
Curitiba	27274	2,10	1301669	52515	3,33	1576199
Recife	21226	1,64	1291133	33806	2,39	1413351
Porto Alegre	48644	3,89	1248951	76253	5,66	1346477

Tabela 4 - Percentual de participação de uma pessoa em relação ao total de pessoas em domicílios particulares permanentes - IBGE

Município	Uma pessoa X Total de pessoas - IBGE			
	Taxa - %			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	1,18	1,70	2,13	2,98
Rio de Janeiro	1,93	2,48	3,03	4,17
Salvador	1,23	1,42	1,88	2,87
Belo Horizonte	1,08	1,31	1,89	3,05
Fortaleza	0,68	0,86	1,01	1,6
Curitiba	0,82	1,29	2,10	3,33
Recife	1,13	1,40	1,64	2,39
Porto Alegre	1,39	2,57	3,89	5,66

Analisando as duas tabelas acima se verifica o aumento da participação de pessoas que vivem sozinhas no total da população que vive em domicílios particulares permanentes e o Gráfico 2 reforça esta afirmação. Identifica-se um taxa média de participação para as oito cidades correspondente a 1,34% em 1970, 1,79% em 1980, 2,27% em 1991 e 3,24% em 2000 (todas as médias gerais informadas neste estudo são resultantes de ponderação).

Gráfico 2 - Percentual de pessoas que vivem sozinhas em relação ao total da população em domicílios particulares permanentes - IBGE



Por intermédio da Tabela 5 extrai-se a taxa de crescimento anual para o período compreendido entre 1970 e 2000 para o total de domicílios particulares permanentes e é igual a 2,94%.

Tabela 5 - Total de domicílios particulares permanentes

Municípios	Total de domicílios particulares permanentes IPEA			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	1272279	2062196	2540656	2985977
Rio de Janeiro	953883	1301073	1560691	1802347
Salvador	178881	299025	478128	651293
Belo Horizonte	229571	383973	500062	628447
Fortaleza	147640	255088	386053	526079
Curitiba	125653	240932	350699	471163
Recife	193609	246727	306071	376022
Porto Alegre	197728	299368	379855	440557

Ao se comparar totais de domicílios habitados por uma única pessoa em relação ao total de domicílios para as oito cidades verifica-se uma taxa de média de participação em 1970 correspondente a 5,97%, em 1980 a 7,43%, em 1991 a 8,60% e em 2000 chegando a 11,22%. É o que mostram as Tabelas 6 e 7 e o Gráfico 3.

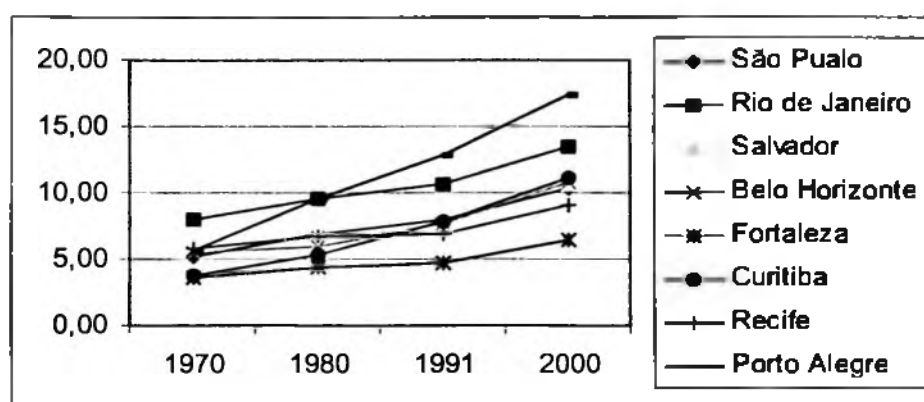
**Tabela 6 - Total domicílios com uma pessoa em relação ao total de domicílios
IBGE/ IPEA**

Municípios	Domicílios com uma pessoa X total de domicílios - IBGE/ IPEA					
	1970			1980		
	uma pessoa	%	total	uma pessoa	%	total
São Paulo	64674	5,08	1272279	140910	6,83	2062196
Rio de Janeiro	75823	7,95	953883	124115	9,54	1301073
Salvador	11537	6,45	178881	20890	6,99	299025
Belo Horizonte	12599	5,49	229571	23073	6,01	383973
Fortaleza	5410	3,66	147640	11187	4,39	255088
Curitiba	4642	3,69	125653	12955	5,38	240932
Recife	11148	5,76	193609	16614	6,73	246727
Porto Alegre	11177	5,65	197728	28322	9,46	299368

Municípios	Domicílios com uma pessoa X total de domicílios - IBGE/ IPEA					
	1991			2000		
	uma pessoa	%	total	uma pessoa	%	total
São Paulo	203077	7,99	2540656	308121	10,32	2985977
Rio de Janeiro	164657	10,55	1560691	242000	13,43	1802347
Salvador	38656	8,08	478128	69707	10,70	651293
Belo Horizonte	37909	7,58	500062	67975	10,82	628447
Fortaleza	17786	4,61	386053	34047	6,47	526079
Curitiba	27274	7,78	350699	52515	11,15	471163
Recife	21226	6,93	306071	33806	8,99	376022
Porto Alegre	48644	12,81	379855	76253	17,31	440557

Tabela 7 – Percentual de domicílios com uma pessoa em relação ao total de domicílios

Município	Domicílios com uma pessoa X total de domicílios			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	5,08	6,83	7,99	10,32
Rio de Janeiro	7,95	9,54	10,55	13,43
Salvador	6,45	6,99	8,08	10,7
Belo Horizonte	5,49	6,01	7,58	10,82
Fortaleza	3,66	4,39	4,61	6,47
Curitiba	3,69	5,38	7,78	11,15
Recife	5,76	6,73	6,93	8,99
Porto Alegre	5,65	9,46	12,81	17,31

Gráfico 3 - Percentual de domicílios com uma pessoa em relação ao total de domicílios

A taxa de crescimento anual da população que vive sozinha representa 5,13% para o período entre 1970 e 2000 e verifica-se este fato por meio da Tabela 8 abaixo.

Tabela 8 - Total de pessoas que vivem sozinhas

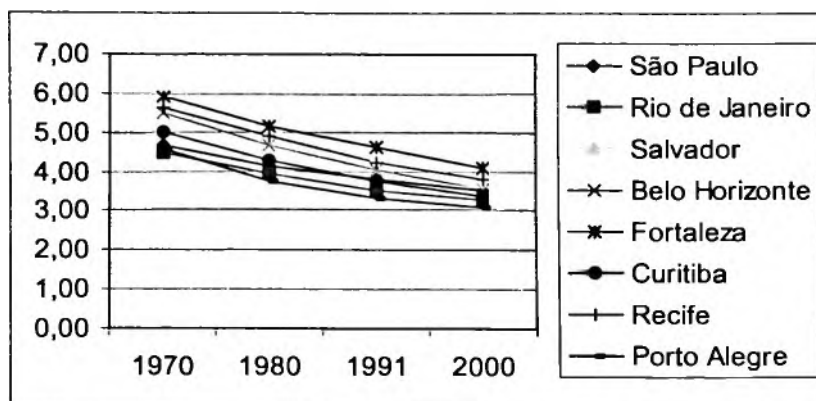
Município	Uma pessoa			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	64674	140910	203077	308121
Rio de Janeiro	75823	124115	164657	242000
Salvador	11537	20890	38656	69707
Belo Horizonte	12599	23073	37909	67975
Fortaleza	5410	11187	17786	34047
Curitiba	4642	12955	27274	52515
Recife	11148	16614	21226	33806
Porto Alegre	11177	28322	48644	76253

Constata-se também a redução do número de pessoas por domicílios através da redução da média de pessoas por domicílio apresentada na Tabela 9 e do Gráfico 4.

Tabela 9 - Média de pessoas por domicílio

Municípios	Média de pessoas por domicílio - IPEA			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	4,65	4,11	3,80	3,49
Rio de Janeiro	4,46	3,91	3,51	3,25
Salvador	5,74	5,02	4,34	3,75
Belo Horizonte	5,46	4,63	4,03	3,56
Fortaleza	5,91	5,12	4,58	4,07
Curitiba	4,97	4,25	3,74	3,37
Recife	5,60	4,88	4,24	3,78
Porto Alegre	4,57	3,76	3,33	3,09

Gráfico 4 - Média de pessoas por domicílio



Enquanto a população total cresce a uma taxa anual igual a 1,85% nos últimos trinta anos (1970 a 2000) nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Recife e Porto Alegre, a população que vive sozinha nestas cidades cresce a uma taxa anual igual a 5,13%. Acrescido o fato de que o número de domicílios vem crescendo a uma taxa anual igual a 2,94% o que representa uma redução do número de indivíduos por domicílio. Ou seja, a população total cresce a taxas inferiores ao crescimento do segmento que vive sozinho o que reforça a relevância deste estudo.

4.2.2. População que vive sozinha – caracterização socioeconômica

A caracterização socioeconômica dos indivíduos que vivem sozinhos se dá através da descrição de seis variáveis e compreende o período de 1970 e 2000 para as oito cidades. As variáveis detalhadas são a condição de ser ou não aposentado, o sexo, a faixa etária, ser alfabetizado ou não, a renda e a condição de ocupação do domicílio. Cada uma é apresentada em forma de tabelas e gráficos demonstrando as curvas de crescimento ou decréscimo

A variável que demonstra a condição de atividade da população investigada é tratada em duas categorias. A primeira compõe-se dos aposentados e a outra de todos os indivíduos que estejam trabalhando ou desempregados sem distinção e é chamada pelo IBGE de outra condição. Por meio das Tabelas 10, 11 e 12 e dos Gráficos 5 e 6 pode-se analisar a sua composição e evolução.

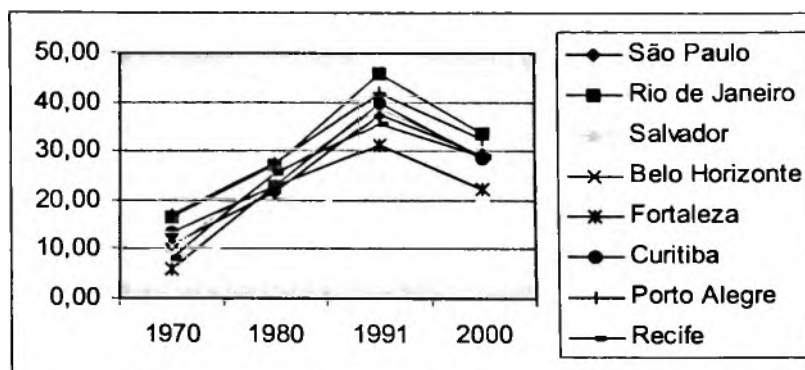
Tabela 10 - Aposentado ou outra condição

Município	Aposentado					
	1970			1980		
	aposentado	outra condição	Total	aposentado	outra condição	Total
São Paulo	7191	57483	64674	30258	110652	140910
Rio de Janeiro	12298	63525	75823	33353	90762	124115
Salvador	752	10785	11537	3077	17813	20890
Belo Horizonte	1341	11258	12599	5662	17411	23073
Fortaleza	317	5093	5410	2549	8638	11187
Curitiba	618	4024	4642	2931	10024	12955
Recife	925	10223	11148	4241	12373	16614
Porto Alegre	1885	9292	11177	7733	20589	28322

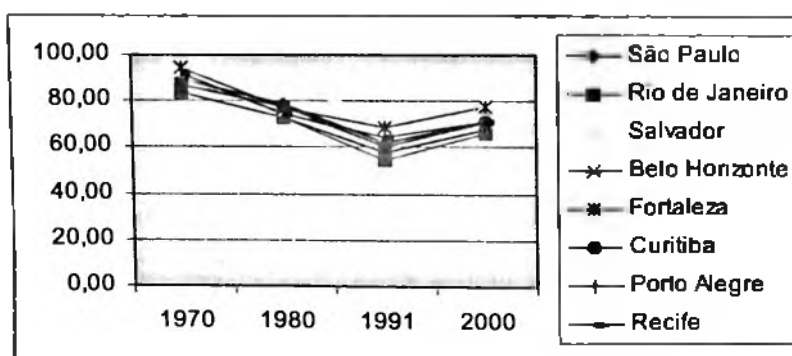
Município	Aposentado					
	1991			2000		
	aposentado	outra condição	Total	aposentado	outra condição	Total
São Paulo	76455	126622	203077	89940	218180	308121
Rio de Janeiro	74941	89717	164657	81492	160509	242000
Salvador	9491	29165	38656	14548	55159	69707
Belo Horizonte	14730	23179	37909	20032	47943	67975
Fortaleza	5536	12250	17786	7574	26472	34047
Curitiba	10877	16397	27274	15049	37467	52515
Recife	7570	13655	21226	9734	24072	33806
Porto Alegre	20322	28322	48644	24697	51557	76253

Tabela 11 - Percentual de aposentados em relação ao total da população

Municípios	Aposentado - %			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	11,12	21,47	37,65	29,19
Rio de Janeiro	16,21	26,87	45,51	33,67
Salvador	6,52	14,73	24,55	20,87
Belo Horizonte	10,64	24,54	38,86	29,47
Fortaleza	5,86	22,79	31,13	22,25
Curitiba	13,31	22,62	39,88	28,66
Recife	8,30	25,53	35,66	28,79
Porto Alegre	16,86	27,30	41,78	32,39

Gráfico 5 - Percentual de aposentados em relação ao total da população**Tabela 12 - Percentual de não aposentados em relação ao total da população**

Municípios	Outra condição - %			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	88,88	78,53	62,35	70,81
Rio de Janeiro	83,79	73,13	54,49	66,33
Salvador	93,48	85,27	75,45	79,13
Belo Horizonte	89,36	75,46	61,14	70,53
Fortaleza	94,14	77,21	68,87	77,75
Curitiba	86,69	77,38	60,12	71,35
Recife	91,70	74,47	64,33	71,21
Porto Alegre	83,14	72,70	58,22	67,61

Gráfico 6 - Percentual de não aposentados em relação ao total da população

Pode-se perceber que a composição da população que vive só apresentava uma curva crescente de participação de aposentados até 1991. Neste ponto atinge o máximo de uma média geral de 39,33% do total deste grupo para as oito cidades. Em 2000 verifica-se uma queda para o patamar de 29,74%. Há possíveis motivos para que este fenômeno aconteça

como o aumento da expectativa de vida ou a necessidade de se continuar trabalhando para se viabilizar a subsistência, ou seja, variações socioeconômicas. Constitui ainda, porém, quase 1/3 do total deste segmento. Deve-se atentar para o fato desta variável estar intimamente ligada a evolução das faixas etárias que compõem uma população e que elas se alteram ao longo do tempo.

A análise da variável sexo revela que em 1970 predominava a participação masculina. Porém, nas cidades de Curitiba, Recife e Porto Alegre já representava menos da metade da população. Uma única cidade, Salvador, demonstra desde 1970 até 2000 compor-se minoritariamente por mulheres (cerca de 45%). Em 2000 a cidade de Fortaleza apresentava uma composição equitativa entre homens e mulheres. Entretanto, nas demais cidades a população feminina é superior a 55% do total do segmento. Pode-se confirmar estas análises através das Tabelas 13, 14 e 15 e dos Gráficos 7 e 8 a seguir.

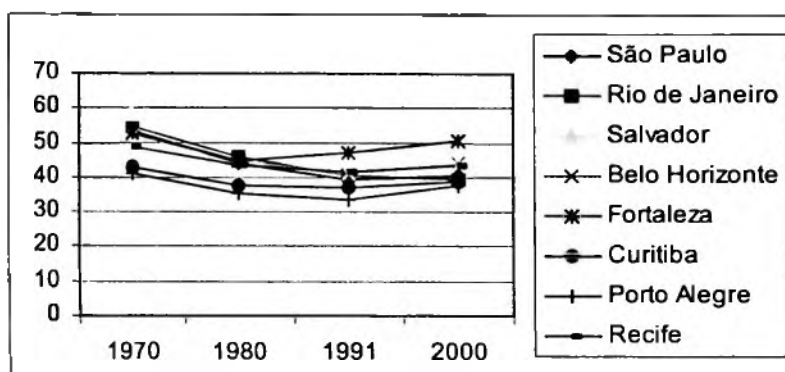
Tabela 13 - Sexo

Municípios	Sexo					
	1970			1980		
	masculino	Feminino	Total	masculino	Feminino	Total
São Paulo	34329	30345	64674	62069	78841	140910
Rio de Janeiro	41230	34593	75823	56773	67342	124115
Salvador	6752	4785	11537	11501	9389	20890
Belo Horizonte	6582	6017	12599	10336	12737	23073
Fortaleza	2851	2559	5410	4984	6203	11187
Curitiba	1992	2650	4642	4841	8114	12955
Recife	5445	5703	11148	7249	9365	16614
Porto Alegre	4584	6593	11177	10056	18266	28322

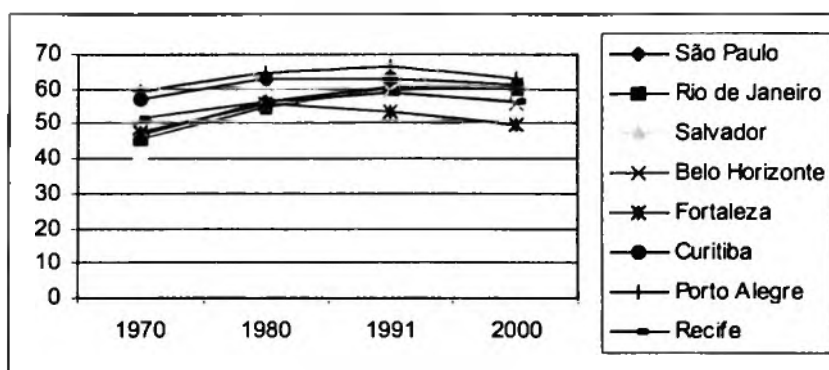
Municípios	Sexo					
	1991			2000		
	masculino	Feminino	Total	masculino	Feminino	Total
São Paulo	80084	122993	203077	124700	183420	308120
Rio de Janeiro	66276	98381	164657	95636	145464	242000
Salvador	20348	18308	38656	37937	31770	69707
Belo Horizonte	15520	22388	37908	30026	37949	67975
Fortaleza	8309	9476	17785	17194	16853	34047
Curitiba	10101	17173	27274	20394	32122	52516
Recife	8786	12439	21225	14749	19057	33806
Porto Alegre	16414	32230	48644	28483	47770	76253

Tabela 14 - Percentual de homens na população

Municípios	Masculino - %			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	53,08	44,05	39,44	40,47
Rio de Janeiro	54,38	45,74	40,25	39,52
Salvador	58,52	55,06	52,64	54,42
Belo Horizonte	52,24	44,80	40,94	44,17
Fortaleza	52,70	44,55	46,72	50,50
Curitiba	42,91	37,37	37,04	38,83
Recife	48,84	43,63	41,39	43,63
Porto Alegre	41,01	35,51	33,74	37,35

Gráfico 7 - Percentual de homens na população**Tabela 15 - Percentual de mulheres na população**

Municípios	Feminino			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	46,92	55,95	60,56	59,53
Rio de Janeiro	45,62	54,26	59,75	60,11
Salvador	41,48	44,94	47,36	45,58
Belo Horizonte	47,76	55,20	59,06	55,83
Fortaleza	47,30	55,45	53,28	49,50
Curitiba	57,09	62,63	62,96	61,17
Recife	51,16	56,37	58,61	56,37
Porto Alegre	58,99	64,49	66,26	62,65

Gráfico 8 - Percentual de mulheres na população

A primeira consideração a fazer quando se analisa a composição de uma população em função da distribuição em faixas etárias é que elas se alteram ao longo do tempo principalmente em função das mudanças de taxa de natalidade, mortalidade ou alteração da expectativa de vida.

Verifica-se que a população que vive sozinha se concentra principalmente nas faixas etárias superiores a 20 anos e tem a sua maior participação na faixa etária de 60 anos ou mais, representando mais de um terço desta população. As Tabelas de no. 16 ao 21 e os Gráficos do no. 9 ao 13 a seguir confirmam estas análises.

Porém, a faixa etária entre 20 e 29 anos vem apresentando um perfil de redução de participação na população total. As faixas entre 30 e 39 anos, 40 e 49 anos e 50 e 59 anos mostram uma participação média em 2000 nas oito cidades de 17,73%, 16,56% e 15,39% respectivamente.

Tabela 16 - Faixa etária

Municípios	Faixa etária - 1970								Total
	0 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	idade ignorada	
São Paulo		922	11581	12274	11396	10975	15765	1761	64674
Rio de Janeiro		875	12117	13888	13649	13401	19786	2107	75823
Salvador		368	2913	2231	1990	1630	2262	143	11537
Belo Horizonte		354	2915	2473	1901	1937	2940	79	12599
Fortaleza		212	1218	1051	939	821	1101	68	5410
Curitiba		119	759	691	759	856	1387	71	4642
Recife		418	2402	2150	1787	1970	2157	264	11148
Porto Alegre		216	1701	1966	1984	2059	2963	288	11177

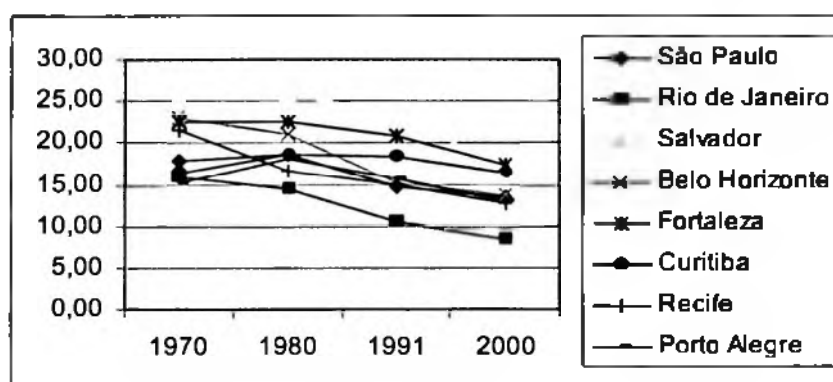
Municípios	Faixa etária - 1980								Total
	0 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	idade ignorada	
São Paulo		1656	26444	25278	20855	24083	42395	199	140910
Rio de Janeiro		1146	17830	20355	19740	24096	40657	291	124115
Salvador		628	5402	4036	3152	2956	4616	100	20890
Belo Horizonte		432	4841	4094	3318	3685	6685	18	23073
Fortaleza		281	2510	1983	1713	1656	3015	29	11187
Curitiba		234	2411	2040	1755	2130	4365	20	12955
Recife		375	2779	2563	2694	2880	5287	36	16614
Porto Alegre		348	5105	5032	4499	4957	8260	121	28322

Municípios	Faixa etária - 1991								Total
	0 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	idade ignorada	
São Paulo	113	2000	29564	38569	30515	29074	73242		203077
Rio de Janeiro	31	1047	17118	26649	24760	28096	66955	não há	164656
Salvador	17	1026	9126	8970	6568	4592	8357	esta	38656
Belo Horizonte	0	462	5689	8081	5564	5366	12746	categoria	37908
Fortaleza	10	392	3723	3688	2807	2374	4792	em	17786
Curitiba	0	776	5004	5108	3487	3750	9149	1991	27274
Recife	13	530	3140	3696	3497	3040	7309		21225
Porto Alegre	28	568	7642	9417	7140	7379	16470		48644

Municípios	Faixa etária - 2000								Total
	0 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	idade ignorada	
São Paulo	106	2385	41519	56366	49096	45012	113636		308120
Rio de Janeiro	71	1661	20328	32625	38405	41318	107593	não há	242001
Salvador	22	952	11745	16560	13756	9685	16987	esta	69707
Belo Horizonte	9	706	9229	13626	12818	10591	20996	categoria	67975
Fortaleza	10	566	5916	7674	5685	5025	9171	em	34047
Curitiba	21	821	8637	10173	7874	7312	17678	2000	52516
Recife	5	342	4300	5999	5990	5320	11849		33805
Porto Alegre	29	942	9883	13792	12796	11845	26967		76254

Tabela 17 - Percentual de participação da faixa etária entre 20 e 29 anos na população

Municípios	20 a 29 anos - %			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	17,91	18,70	14,56	13,47
Rio de Janeiro	15,98	14,37	10,40	8,40
Salvador	25,25	25,86	23,61	16,85
Belo Horizonte	23,14	20,98	15,01	13,58
Fortaleza	22,51	22,44	20,93	17,38
Curitiba	16,35	18,61	18,35	16,45
Recife	21,55	16,73	14,79	12,72
Porto Alegre	15,22	18,02	15,71	12,96

Gráfico 9 - Percentual de participação da faixa etária entre 20 e 29 anos na população**Tabela 18 - Percentual de participação da faixa etária entre 30 e 39 anos na população**

Municípios	30 a 39 anos - %			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	18,98	17,94	18,99	18,29
Rio de Janeiro	18,32	16,40	16,18	13,48
Salvador	19,34	19,32	23,20	23,76
Belo Horizonte	19,63	17,74	21,32	20,05
Fortaleza	19,43	17,73	20,74	22,54
Curitiba	14,89	15,75	18,73	19,37
Recife	19,29	15,43	17,41	17,75
Porto Alegre	17,59	17,77	19,36	18,09

Gráfico 10 - Percentual de participação da faixa etária entre 30 e 39 anos na população

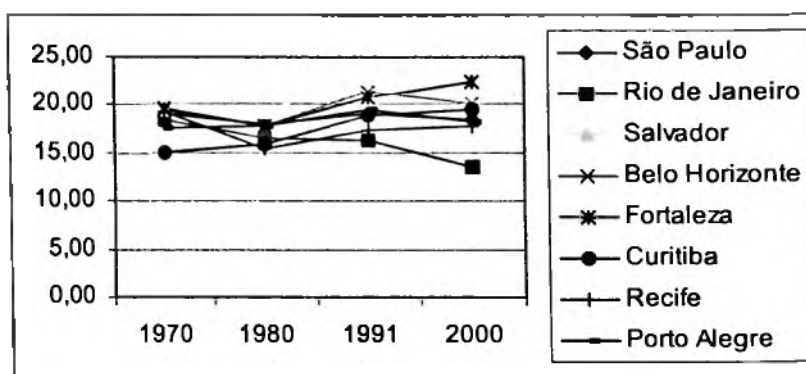


Tabela 19 - Percentual de participação da faixa etária entre 40 e 49 anos na população

Municípios	40 a 49 anos - %			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	17,62	14,80	15,03	15,93
Rio de Janeiro	18,00	15,90	15,04	15,87
Salvador	17,25	15,09	16,99	19,73
Belo Horizonte	15,09	14,38	14,68	18,86
Fortaleza	17,36	15,31	15,78	16,70
Curitiba	16,35	13,55	12,79	14,99
Recife	16,03	16,22	16,48	17,72
Porto Alegre	17,75	15,89	14,68	16,78

Gráfico 11 - Percentual de participação da faixa etária entre 40 e 49 anos na população

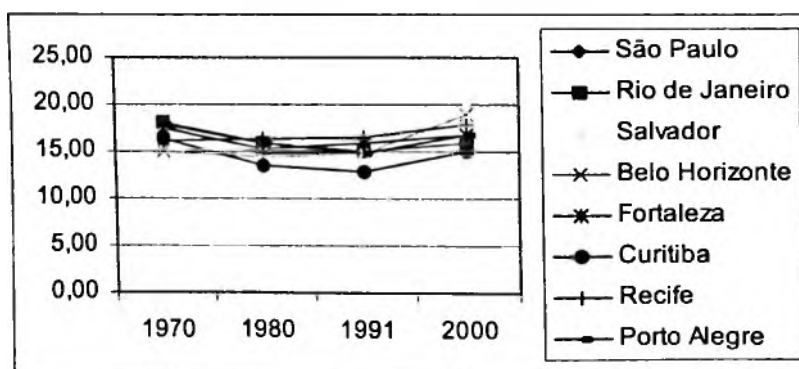
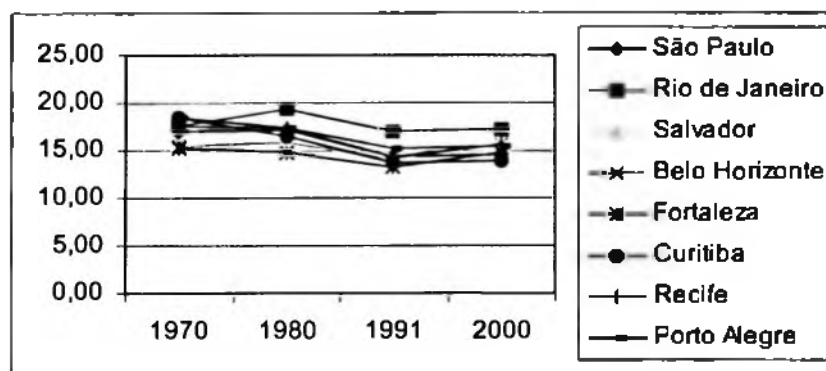


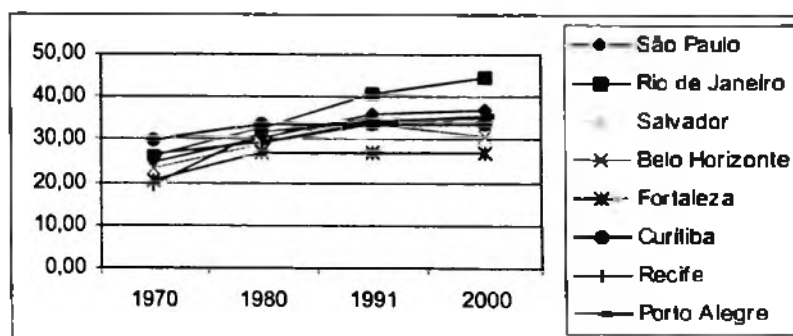
Tabela 20 - Percentual de participação da faixa etária entre 50 e 59 anos na população

Municípios	50a 59 anos - %			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	16,97	17,09	14,32	14,61
Rio de Janeiro	17,67	19,41	17,06	17,07
Salvador	14,13	14,15	11,88	13,89
Belo Horizonte	15,37	15,97	14,16	15,58
Fortaleza	15,18	14,80	13,35	14,76
Curitiba	18,44	16,44	13,75	13,92
Recife	17,67	17,33	14,32	15,74
Porto Alegre	18,42	17,50	15,17	15,53

Gráfico 12 - percentual de participação da faixa etária entre 50 e 59 anos na população**Tabela 21 - Percentual de participação da faixa etária com 60 anos ou mais na População**

Municípios	60 anos ou mais - %			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	24,38	30,09	36,07	36,88
Rio de Janeiro	26,09	32,76	40,66	44,46
Salvador	19,61	22,10	21,62	24,37
Belo Horizonte	23,34	28,97	33,62	30,89
Fortaleza	20,35	26,95	26,94	26,94
Curitiba	29,88	33,69	33,54	33,66
Recife	19,35	31,82	34,44	35,05
Porto Alegre	26,51	29,16	33,86	35,36

Gráfico 13 - Percentual de participação da faixa etária com 60 anos ou mais na população



O primeiro aspecto que se deve notar é que, avaliando a variável que mostra a participação de indivíduos alfabetizados e analfabetos na composição deste segmento, ainda em 2000 verificam-se analfabetos em todas as cidades. Mais do que isto, a cidade de Salvador conta com 11,20% e Fortaleza com 17,66%. Recife mostrou-se a cidade com maior incidência de analfabetos ao longo de todo o período. Em 1970 representava 41,17% do total da população e chega a 2000 ainda com 17,64% (Tabelas 22, 23 e 24 e Gráficos 14 e 15).

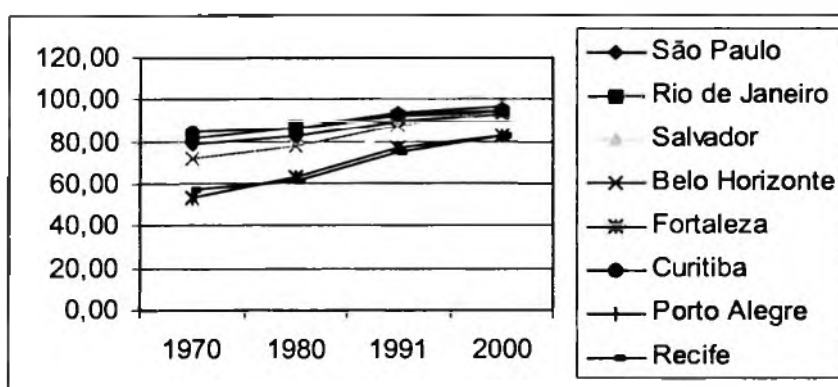
Tabela 22 - Alfabetizado e analfabeto

Município	Sabe ler e escrever							
	1970				1980			
	sim	não	sem declaração	Total	sim	não	sem declaração	Total
São Paulo	51019	11864	1791	64674	116625	22816	1469	140910
Rio de Janeiro	61850	11963	2010	75823	107154	15987	974	124115
Salvador	7473	4032	32	11537	14583	6116	191	20890
Belo Horizonte	9042	3530	27	12599	17861	4986	226	23073
Fortaleza	2865	2519	26	5410	7023	4057	107	11187
Curitiba	3919	676	47	4642	11246	1574	135	12955
Recife	6331	4590	227	11148	10095	6469	50	16614
Porto Alegre	9136	1747	294	11177	24571	3078	673	28322

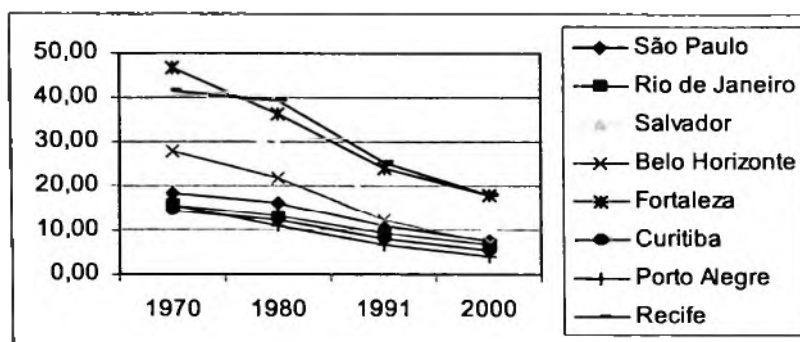
Município								
	1991				2000			
	sim	não	sem declaração	Total	sim	não	sem declaração	Total
São Paulo	181401	21676		203077	285701	22420		308121
Rio de Janeiro	149875	14782	não há	164657	226510	15491	não há	242000
Salvador	32150	6505	esta	38656	61902	7805	esta	69707
Belo Horizonte	33352	4557	categoria	37909	63224	4751	categoria	67975
Fortaleza	13560	4226	em	17786	28034	6013	em	34047
Curitiba	25185	2090	1991	27274	49740	2775	2000	52515
Recife	15867	5358		21226	27844	5962		33806
Porto Alegre	45487	3157		48644	73191	3062		76253

Tabela 23 - Percentual de alfabetizados na população

Municípios	Alfabetizado - %			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	78,89	82,77	89,33	92,72
Rio de Janeiro	81,57	86,33	91,02	93,60
Salvador	64,77	69,81	83,17	88,80
Belo Horizonte	71,77	77,41	87,98	93,01
Fortaleza	52,96	62,78	76,24	82,34
Curitiba	84,42	86,81	92,34	94,72
Recife	56,79	60,76	74,75	82,36
Porto Alegre	81,74	86,76	93,51	95,98

Gráfico 14 - percentual de alfabetizados na população**Tabela 24 - Percentual de analfabetos na população**

Municípios	Analfabeto - %			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	18,34	16,19	10,67	7,28
Rio de Janeiro	15,78	12,88	8,98	6,40
Salvador	34,95	29,28	16,83	11,20
Belo Horizonte	28,02	21,61	12,02	6,99
Fortaleza	46,56	36,27	23,76	17,66
Curitiba	14,56	12,15	7,66	5,28
Recife	41,17	38,94	25,24	17,64
Porto Alegre	15,63	10,87	6,49	4,02

Gráfico 15 - Percentual de analfabetos na população

A análise da variável renda requereu primeiramente a compreensão da importância do salário mínimo em cada época para se poder avaliar o poder de compra do indivíduo na ocasião. Para tal, atualizou-se os valores vigentes em cada recenseamento trazendo ao valor que correspondia no ano de 2000 (por ser a última data de Censo analisada neste estudo). Este procedimento se faz necessário em função das mudanças de moeda e dos padrões inflacionários vividos no país. A atualização cria, desta maneira, a viabilidade de comparação. Apresenta-se então, a data de vigência, a moeda corrente no período e o valor do salário mínimo em cada recenseamento (Tabela 25):

- 1970 – NCr\$ 187,20 – vigência em 01/05/1970.
- 1980 – Cr\$ 4149,60 – vigência em 01/05/1980. Os dados de rendimento foram apresentados por fração ou múltiplo do maior salário mínimo vigente na data do Censo.
- 1991 – Cr\$ 36161,60 – Portaria do MEEP de 09/09/1981 que representava o salário mínimo vigente no mês de referência do Censo Demográfico de 1991 (agosto). Ou seja, Cr\$ 17000,00 (dezessete mil cruzeiros) acrescidos dos abonos que lhe foram concedidos para aquele mês, Cr\$ 3000,00 (três mil cruzeiros) e Cr\$ 16161,60 (dezesseis mil e cento e sessenta e um cruzeiros e sessenta centavos).
- 2000 – R\$ 151,00 – valor vigente no mês de referência do Censo.

Tabela 26 - Renda em faixas de salários mínimos

Município	Rendimento em faixas de salário mínimo - 1970												Total
	até 1/4	de 1/4 até 1/2	de 1/2 até 1	mais de 1 até 2	mais de 2 até 3	mais de 3 até 5	mais de 5 até 10	mais de 10 até 15	mais de 15 até 20	mais de 20	sem renda	ignorado	
São Paulo	5102	2283	10236	17298	8136	6844	5680	2215	832	708	5340		64674
Rio de Janeiro	5165	3717	15624	18838	9237	8013	6727	1982	639	448	5433	não há	75823
Salvador	941	1400	4321	2062	591	343	306	117	45	28	1383	esta	11537
Belo Horizonte	694	1486	3827	2986	940	511	349	116	28	35	1617	categoria	12599
Fortaleza	675	950	1702	711	158	112	97	40	7	4	954	1970	5410
Curitiba	243	395	872	1322	443	344	257	71	17	20	658		4642
Recife	1799	1851	3013	1697	395	282	239	74	44	23	1731		11148
Porto Alegre	576	783	2352	2694	1365	1060	884	173	55	54	1181		11177

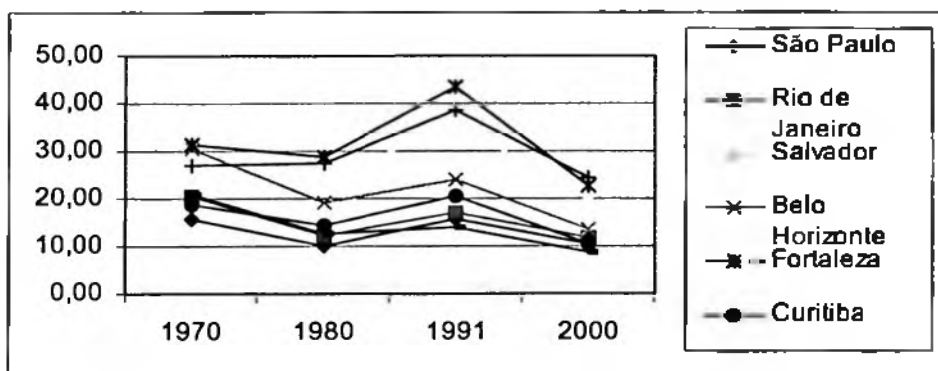
Município	Rendimento em faixas de salário mínimo - 1980												Total
	até 1/4	de 1/4 até 1/2	de 1/2 até 1	mais de 1 até 2	mais de 2 até 3	mais de 3 até 5	mais de 5 até 10	mais de 10 até 15	mais de 15 até 20	mais de 20	sem renda	ignorado	
São Paulo	568	4191	14203	33738	22259	22410	19806	7635	3477	5378	3550	3695	140910
Rio de Janeiro	782	3424	15334	31020	16834	18115	17644	7095	3256	5129	2974	2508	124115
Salvador	515	1740	4964	5527	2495	1759	1469	552	173	400	799	397	20890
Belo Horizonte	305	1776	4427	6147	2950	2487	3180	814	345	539	681	422	23073
Fortaleza	445	2060	3226	2305	806	796	612	217	64	93	385	178	11187
Curitiba	98	603	1845	3449	1951	1707	1541	572	197	312	368	312	12955
Recife	795	3232	4521	3272	1304	1288	1010	348	128	188	340	188	16614
Porto Alegre	120	890	3539	6373	3480	4412	4334	1528	621	787	1016	1222	28322

Município	Rendimento em faixas de salário mínimo - 1991												Total
	até 1/4	de 1/4 até 1/2	de 1/2 até 1	mais de 1 até 2	mais de 2 até 3	mais de 3 até 5	mais de 5 até 10	mais de 10 até 15	mais de 15 até 20	mais de 20	sem renda	ignorado	
São Paulo	339	7035	16076	38519	26115	28151	32547	14240	8356	14349	13637	3714	203078
Rio de Janeiro	874	8676	21888	34209	18314	20966	23574	10309	5545	9093	8304	2905	164657
Salvador	460	3442	7678	8278	4137	3830	4091	1687	695	1285	2686	386	38655
Belo Horizonte	271	2825	6118	7353	4160	4585	5847	2456	1378	1846	812	258	37909
Fortaleza	176	2670	4477	3505	1516	1673	1608	662	287	378	742	91	17785
Curitiba	62	1174	2308	5406	3641	4071	4554	2042	1038	1319	1245	414	27274
Recife	295	2980	4628	4133	1623	1328	2316	1046	438	739	1515	186	21227
Porto Alegre	49	1943	5361	8995	5921	7773	9352	4131	1510	2308	949	351	48643

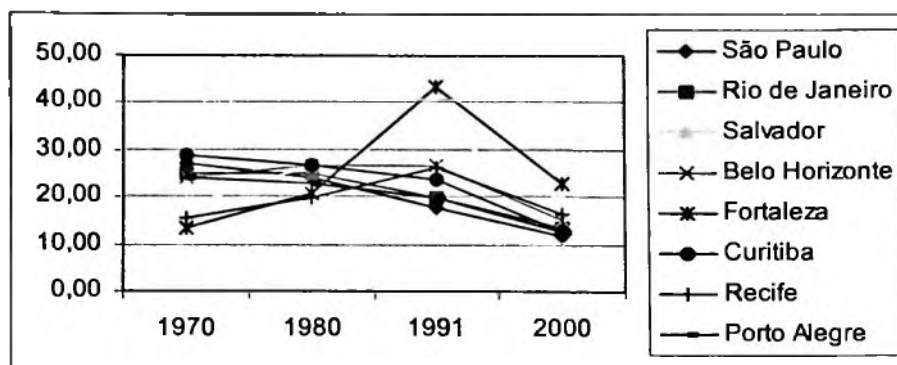
Município	Rendimento em faixas de salário mínimo - 2000												Total
	até 1/4	de 1/4 até 1/2	de 1/2 até 1	mais de 1 até 2	mais de 2 até 3	mais de 3 até 5	mais de 5 até 10	mais de 10 até 15	mais de 15 até 20	mais de 20	sem renda	ignorado	
São Paulo	160	990	31832	35350	35603	47499	58013	21759	17885	35483	23548		308122
Rio de Janeiro	402	1034	28045	32238	25603	33127	47643	18219	13787	25958	15945	não há	242001
Salvador	392	1054	13856	13305	7122	8042	8717	3317	2408	3412	8082	esta	69707
Belo Horizonte	61	322	9086	10042	6839	9034	12818	5320	3705	7481	3265	categoria	67975
Fortaleza	178	603	7758	7656	3105	3366	3704	1480	1067	1605	3525	2000	34047
Curitiba	40	133	5571	6452	5346	7823	11187	4515	3273	5407	2768		52515
Recife	221	679	8210	5556	2472	3303	4307	1759	1354	2367	3577		33805
Porto Alegre	38	220	6739	9513	7726	11388	16916	7145	5189	8413	2966		76253

Tabela 27 - Rendimento entre 1/2 e 1 salário mínimo

Municípios	mais de 1/2 a 1 salário mínimo			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	15,83	10,08	15,67	10,33
Rio de Janeiro	20,61	12,35	17,03	11,59
Salvador	37,45	23,76	35,85	19,88
Belo Horizonte	30,38	19,19	23,97	13,37
Fortaleza	31,46	28,84	43,62	22,79
Curitiba	18,79	14,24	20,43	10,61
Recife	27,03	27,21	38,68	24,29
Porto Alegre	21,04	12,50	13,85	8,84

Gráfico 16 - Rendimento entre 1/2 e 1 salário mínimo**Tabela 28 - Rendimento acima de 1 e até 2 salários mínimos**

Municípios	mais de 1 a 2 salários mínimos			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	26,75	23,94	17,41	11,47
Rio de Janeiro	24,84	24,99	19,58	13,32
Salvador	17,87	26,46	34,42	19,09
Belo Horizonte	23,78	26,64	26,49	14,77
Fortaleza	13,14	20,60	43,05	22,49
Curitiba	28,48	26,62	23,66	12,29
Recife	15,22	19,69	26,17	16,44
Porto Alegre	24,10	22,50	19,56	12,48

Gráfico 17 - Rendimento acima de 1 e até 2 salários mínimos**Tabela 29 - Rendimento acima de 2 e até 3 salários mínimos**

Municípios	mais de 2 a 3 salários mínimos			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	12,58	15,80	17,53	11,55
Rio de Janeiro	12,18	13,56	15,55	10,58
Salvador	5,12	11,94	18,42	10,22
Belo Horizonte	7,46	12,79	18,04	10,06
Fortaleza	2,92	7,20	17,46	9,12
Curitiba	9,54	15,06	19,60	10,18
Recife	3,54	7,85	11,65	7,31
Porto Alegre	12,21	12,29	15,88	10,13

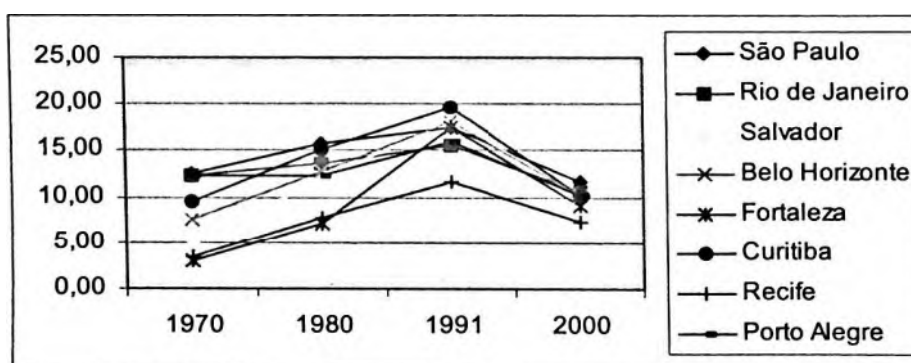
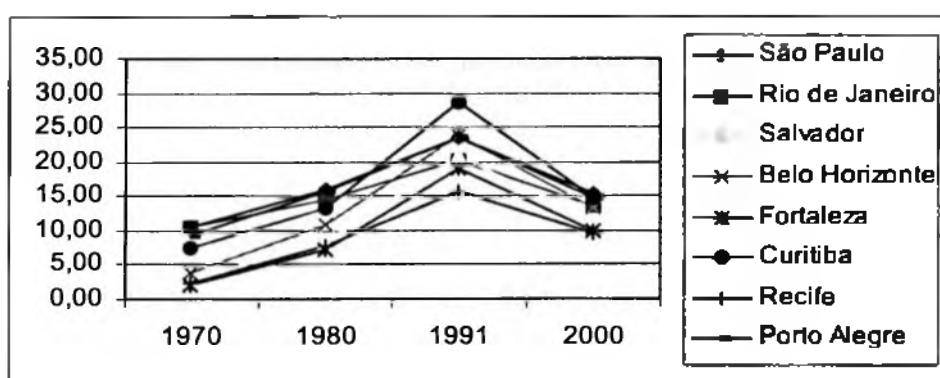
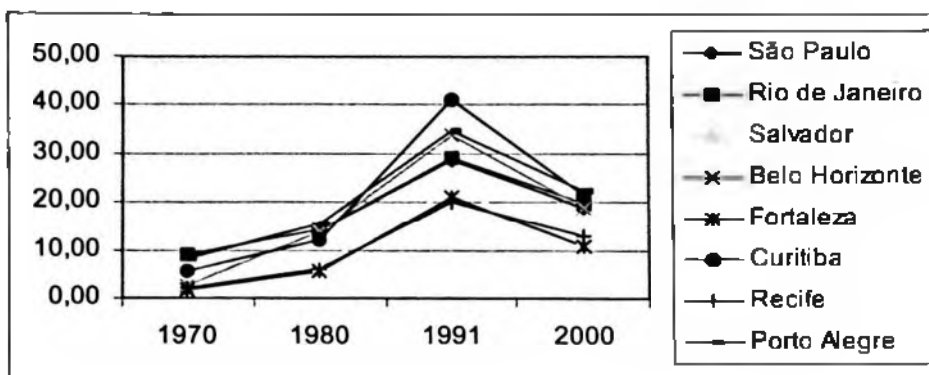
Gráfico 18 - Rendimento acima de 2 e até 3 salários mínimos

Tabela 30 - Rendimento acima de 3 e até 5 salários mínimos

Municípios	mais de 3 a 5 salários mínimos			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	10,58	15,90	23,39	15,42
Rio de Janeiro	10,57	14,60	20,12	13,69
Salvador	2,97	8,42	20,80	11,54
Belo Horizonte	4,06	10,78	23,83	13,29
Fortaleza	2,07	7,12	18,93	9,89
Curitiba	7,41	13,18	28,68	14,90
Recife	2,53	7,75	15,56	9,77
Porto Alegre	9,48	15,58	23,41	14,93

Gráfico 19 - Rendimento acima de 3 e até 5 salários mínimos**Tabela 31 - Rendimento acima de 5 e até 10 salários mínimos**

Municípios	mais de 5 a 10 salários mínimos			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	8,78	14,06	28,57	18,83
Rio de Janeiro	8,87	14,22	28,93	19,69
Salvador	2,65	7,03	22,55	12,51
Belo Horizonte	2,77	13,78	33,81	18,86
Fortaleza	1,79	5,47	20,83	10,88
Curitiba	5,54	11,90	41,02	21,30
Recife	2,14	6,08	20,29	12,74
Porto Alegre	7,91	15,30	34,78	22,18

Gráfico 20 - Rendimento acima de 5 e até 10 salários mínimos**Tabela 32 - Rendimento acima de 10 e até 15 salários mínimos**

Municípios	mais de 10 a 15 salários mínimos			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	3,42	5,42	7,01	7,06
Rio de Janeiro	2,61	5,72	6,26	7,53
Salvador	1,01	2,64	4,36	4,76
Belo Horizonte	0,92	3,53	6,48	7,83
Fortaleza	0,74	1,94	3,72	4,35
Curitiba	1,53	4,42	7,49	8,60
Recife	0,66	2,09	4,93	5,20
Porto Alegre	1,55	5,40	8,49	9,37

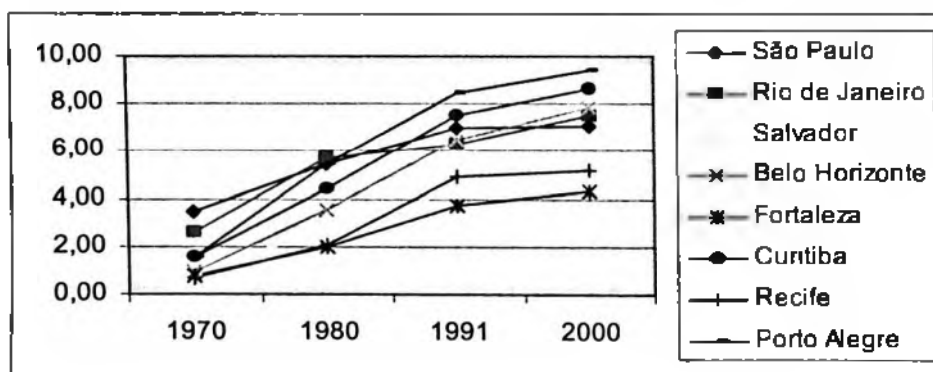
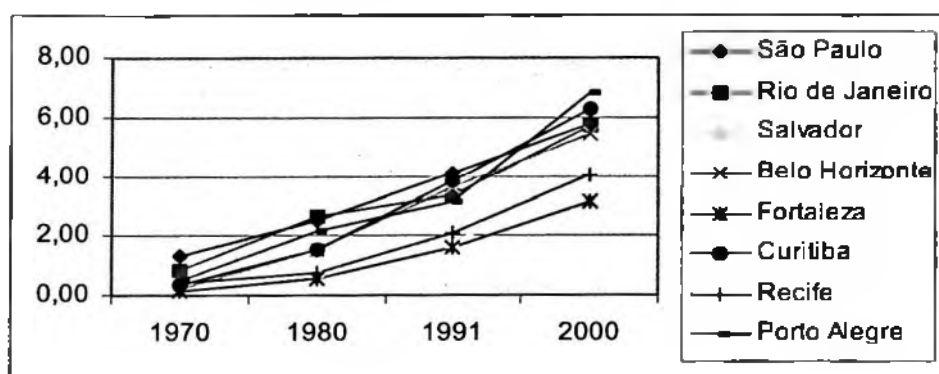
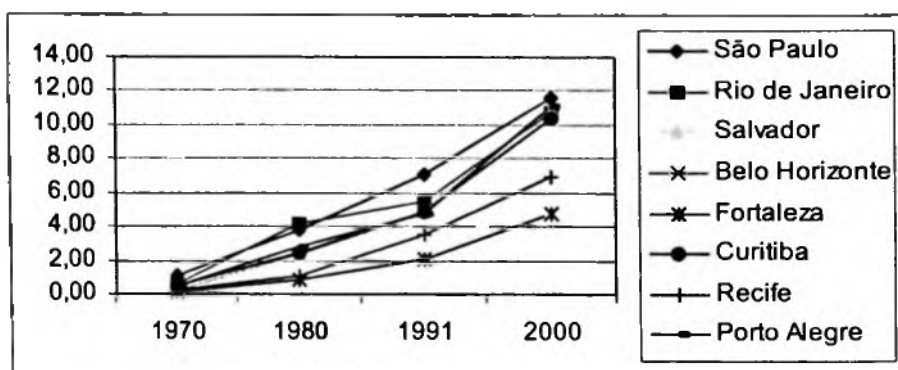
Gráfico 21 - Rendimento acima de 10 e até 15 salários mínimos

Tabela 33 - Rendimento acima de 15 e até 20 salários mínimos

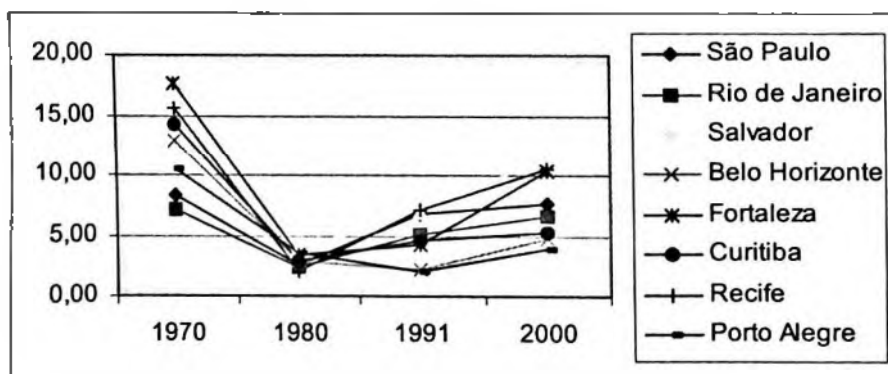
Municípios	mais de 15 a 20 salários mínimos			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	1,29	2,47	4,11	5,80
Rio de Janeiro	0,84	2,62	3,37	5,70
Salvador	0,39	0,83	1,80	3,45
Belo Horizonte	0,22	1,50	3,64	5,45
Fortaleza	0,13	0,57	1,61	3,13
Curitiba	0,37	1,52	3,81	6,23
Recife	0,39	0,77	2,06	4,01
Porto Alegre	0,49	2,19	3,10	6,80

Gráfico 22 - Rendimento acima de 15 e até 20 salário mínimos**Tabela 34 - Rendimento superior a 20 salários mínimos**

Municípios	mais de 20 salários mínimos			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	1,09	3,82	7,07	11,52
Rio de Janeiro	0,59	4,13	5,52	10,73
Salvador	0,24	1,91	3,32	4,89
Belo Horizonte	0,28	2,34	4,87	11,01
Fortaleza	0,07	0,83	2,13	4,71
Curitiba	0,43	2,41	4,84	10,30
Recife	0,21	1,13	3,48	7,00
Porto Alegre	0,48	2,78	4,74	11,03

Gráfico 23 - Rendimento superior a 20 salários mínimos**Tabela 35 - Sem rendimento**

Municípios	Sem rendimento			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	8,26	2,52	6,72	7,64
Rio de Janeiro	7,17	2,40	5,04	6,59
Salvador	11,99	3,82	6,95	11,59
Belo Horizonte	12,83	2,95	2,14	4,80
Fortaleza	17,63	3,44	4,17	10,35
Curitiba	14,17	2,84	4,56	5,27
Recife	15,53	2,05	7,14	10,58
Porto Alegre	10,57	3,59	1,95	3,89

Gráfico 24 - Sem rendimento

A condição de ocupação dos domicílios dos indivíduos que vivem sozinhos apresenta comportamento de crescimento constante na participação de domicílios próprios e de decréscimo dos alugados. A taxa média de pessoas habitando imóvel próprio em 2000 era de 66,95% e em alugado de 24,99% do total de domicílios. As Tabelas 36, 37 e 38 e os Gráficos 25 e 26 elucidam estas análises.

Tabela 36 - Condição de ocupação do domicílio

Municípios	Condição de ocupação do domicílio - 1970					
	sem declaração	Próprio	Alugado	Cedido	Outra	Total
São Paulo	31	24739	28230	10936	738	64674
Rio de Janeiro	115	27093	35998	11901	716	75823
Salvador	0	4926	4705	1710	196	11537
Belo Horizonte	0	4754	4605	3026	214	12599
Fortaleza	0	2534	1775	997	104	5410
Curitiba	0	2368	1402	828	44	4642
Recife	7	4085	5648	1280	128	11148
Porto Alegre	55	5015	4118	1695	294	11177

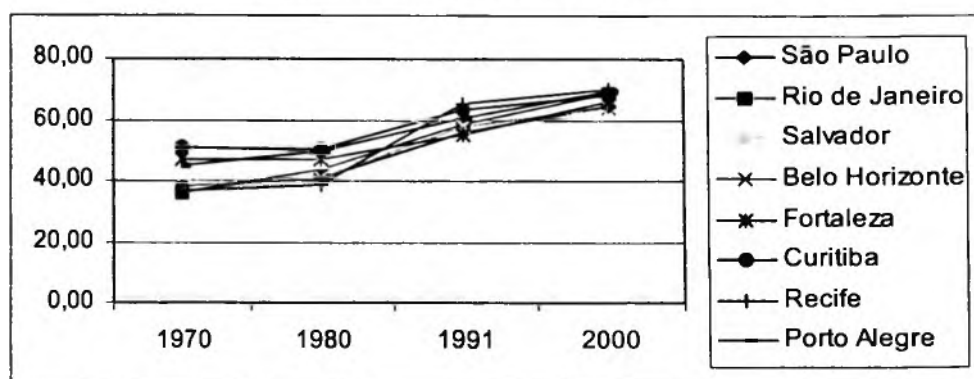
Municípios	Condição de ocupação do domicílio - 1980					
	ignorado	Próprio	Alugado	Cedido	Outra	Total
São Paulo	412	57551	65804	16576	2279	142622
Rio de Janeiro	438	53663	54918	13441	2177	124637
Salvador	106	9915	8939	1791	651	21402
Belo Horizonte	46	9614	10418	3223	372	23673
Fortaleza	44	5321	4806	1105	118	11394
Curitiba	40	6841	4772	1824	131	13608
Recife	8	6518	8554	1376	322	16778
Porto Alegre	384	14247	10977	2843	288	28739

Municípios	Condição de ocupação do domicílio - 1991					
	sem declaração	Próprio	Alugado	Cedido	Outra	Total
São Paulo		113086	66995	21771	1226	203078
Rio de Janeiro	não há	95590	49997	18115	954	164656
Salvador	esta	25746	9711	2939	260	38656
Belo Horizonte	categoria	21871	11302	4635	101	37909
Fortaleza	em	9761	6175	1804	45	17785
Curitiba	1991	17208	6353	3500	214	27275
Recife		13821	5464	1855	85	21225
Porto Alegre		29262	13711	5198	472	48643

Municípios	Condição de ocupação do domicílio - 2000					
	sem declaração	Próprio	Alugado	Cedido	Outra	Total
São Paulo		197838	83693	20964	5625	308120
Rio de Janeiro	não há	165160	57901	15104	3836	242001
Salvador	está	51182	14299	3068	1158	69707
Belo Horizonte	categoria	43341	18840	5369	425	67975
Fortaleza	em	22439	9003	1902	703	34047
Curitiba	2000	35736	12224	3925	631	52516
Recife		23713	7814	1695	584	33806
Porto Alegre		52685	17216	5175	1177	76253

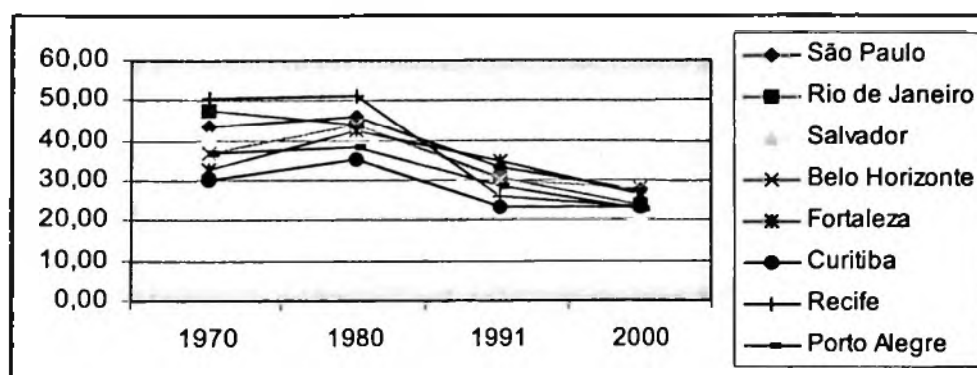
Tabela 37 - Imóvel próprio

Municípios	Próprio			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	38,25	40,35	55,69	64,21
Rio de Janeiro	35,73	43,06	58,05	68,25
Salvador	42,70	46,33	66,60	73,42
Belo Horizonte	37,73	40,61	57,69	63,76
Fortaleza	46,84	46,70	54,88	65,91
Curitiba	51,01	50,27	63,09	68,05
Recife	36,64	38,85	65,12	70,14
Porto Alegre	44,87	49,57	60,16	69,09

Gráfico 25 - Imóvel próprio**Tabela 38 - Imóvel alugado**

Municípios	Alugado			
	1970	1980	1991	2000
São Paulo	43,65	46,14	32,99	27,16
Rio de Janeiro	47,48	44,06	30,36	23,93
Salvador	40,78	41,77	25,12	20,51
Belo Horizonte	36,55	44,01	29,81	27,72
Fortaleza	32,81	42,18	34,72	26,44
Curitiba	30,20	35,07	23,29	23,28
Recife	50,66	50,98	25,74	23,11
Porto Alegre	36,84	38,20	28,19	22,58

Gráfico 26 - Imóvel alugado



4.3. Objetivos específicos – análise dos resultados

Este item exhibe os resultados encontrados por cidade através dos Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Os indivíduos que vivem sozinhos foram segmentados primeiramente segundo a sua condição de estarem ou não aposentados. É a partir desta divisão que são agrupados segundo sexo, faixa etária, alfabetização, renda e condição do domicílio que habitam.

4.3.1. Os aposentados

4.3.1.1. São Paulo

Em São Paulo a população aposentada e vivendo sozinha significava 11,12% em 1970, 21,47% em 1980, 37,65% em 1991 e 29,19% em 2000. O que representa uma taxa de crescimento anual entre 1970 e 1991 igual a 11,91% e entre 1991 e 2000 de 1,82%.

Verifica-se que há a predominância de mulheres com 60 anos ou mais na composição deste segmento entre 1970 e 2000. Entre 1970 e 2000 identificam-se três sub-segmentos comuns:

- 66,91% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, com renda entre $\frac{1}{4}$ e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado ou próprio. Em 1980 era igual a 43,21%, 1991 a 12,78% e 2000 igual a 25,60%.

- 15,78% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 3 e 5 salários mínimos e habitando imóvel próprio ou alugado. Em 1980 era igual a 8,10%, 1991 a 4,89% e em 2000 a 21,31%.
- 7,83% de mulheres com 60^a nos ou mais, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e morando em imóvel próprio ou alugado. Em 1980 era igual a 14,56%, 1991 a 17,01% e em 2000 a 18,79%.

Há ainda outro sub-segmento em 1970. Representava 7,46% da população aposentada e vivendo só e era composto por homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda entre $\frac{1}{2}$ e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio ou alugado.

Em 1980 identifica-se um sub-segmento que seguirá até 2000. Compreendia em 1980 2,13% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda superior a 20 salários mínimos e morando em imóvel próprio ou alugado. Em 1991 era igual a 3,17% e em 2000 a 11,94%.

Verificam-se também em 1980 os sub-segmentos:

- 15,03% de mulheres com 60 anos ou mais, analfabetas, renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo e habitando imóvel cedido.
- 5,15% de mulheres entre 40 e 49 anos, alfabetizadas, renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo e morando em imóvel próprio.
- 3,06% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e morando em imóvel próprio.
- 2,30% de homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo e vivendo em imóvel alugado.

Em 1991 identificam-se ainda os sub-segmentos:

- 13,47% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 2 e 3 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio ou alugado.
- 1,55% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda superior a 20 salários mínimos e morando em imóvel próprio.

Verificam-se outros sub-segmentos em 2000:

- 19,14% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda superior a 20 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio ou alugado.
- 14,49% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel próprio ou alugado.
- 11,19% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel próprio.
- 10,89% de homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio ou alugado.
- 6,13% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 3 e 5 salários mínimos e morando em imóvel próprio.
- 4,52% de mulheres entre 40 e 49 anos, alfabetizadas, renda entre 1 e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.
- 4,42% de mulheres entre 40 e 49 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e morando em imóvel alugado.
- 3,68% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 2 e 3 salários mínimos e habitando imóvel alugado.
- 2,99% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 3 e 5 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.

4.3.2.3. Salvador

A população não aposentada que vive sozinha em Salvador constituía 93,48% em 1970, 85,27% em 1980, 75,45% em 1991 e 79,13% em 2000. Isto representa uma taxa de crescimento anual entre 1970 e 1991 igual a 4,85% e de 7,34% entre 1991 e 2000.

A distribuição desta população apresenta a predominância de indivíduos do sexo masculino para todo o período compreendido entre 1970 e 2000. Um sub-segmento permanece desde 1970 até 2000 e compunha-se em 1970 por 38,18% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre ½ e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio, alugado ou cedido. Em 1980 representava 36,54%, em 1991, 9,77% e em 2000, 7,93%. Outro sub-segmento participa em 1970, 1980 e 1991 (excluindo-se 2000). Constituía-se em 1970 por

33,47% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre $\frac{1}{4}$ e 1 salário mínimo e habitando imóvel próprio ou alugado. Em 1980 era igual a 31,71% e em 1991 a 5,52%.
Verifica-se em 1970 também os sub-segmentos:

- 13,55% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 2 e 3 salários mínimos e morando em imóvel próprio.
- 6,34% de mulheres com 60 anos ou mais, analfabetas, sem renda e habitando imóvel próprio.
- 4,13% de mulheres entre 50 e 59 anos, analfabetas, sem renda e morando em imóvel alugado.
- 4,03% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado.

Em 1980 identifica-se um segmento que participa em 1991 e em 2000. Compunha-se em 1980 por 18,36% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel próprio ou alugado. Em 1991 representava 17,15% e em 2000, 16,52%.

Ainda em 1980 verificam-se os sub-segmentos seguintes:

- 6,30% de homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e habitando imóvel alugado.
- 3,37% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel em condição indefinida (Anexo E).

Verificam-se dois sub-segmentos comuns a 1991 e 2000:

- 15,14% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre $\frac{1}{2}$ e 2 salário mínimos e morando em imóvel próprio ou alugado. Em 2000 era igual a 8,29%.
- 11,93% de homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salário mínimos e habitando imóvel próprio ou alugado. Em 2000 era igual a 18,35%.

Em 2000 ainda verificam-se outros sub-segmentos:

- 11,36% de homens com 60 anos ou mais, alfabetizados, renda entre 10 e 15 salário mínimos e morando em imóvel próprio.
- 3,59% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda superior a 20 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.

4.3.1.3. Salvador

A população aposentada que habita a cidade de Salvador representava 6,52% em 1970, 14,73% em 1980, 24,55% em 1991 e 20,87% em 2000. O que constitui um taxa de crescimento anual entre 1970 e 1991 de 12,83% e 4,86% entre 1991 e 2000.

Verifica-se que a cidade de Salvador apresenta alteração nas características que compõem seus sub-segmentos ao longo do tempo. Em 1970, 57,84% da população aposentada eram homens com 60 anos ou mais, alfabetizados, renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo e habitavam imóvel próprio ou alugado.

Identifica-se um sub-segmento comum a 1970, 1980 e 1991. Em 1970 representava 11,84% de mulheres com 60 anos ou mais, analfabetas, renda entre $\frac{1}{4}$ e 1 salário mínimo e vivendo em imóvel próprio ou alugado. Em 1980 era igual a 48,91% e em 1991 a 21,57%.

Ainda em 1970 verifica-se a existência de um sub-segmento composto por 11,17% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo e morando em imóvel alugado.

Em 1980 a predominância se altera tornando-se igual a 48,19% de mulheres com 60^a ou mais, analfabetas, renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo e vivendo em imóvel próprio. Verificam-se também os sub-segmentos:

- 12,77% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 3 e 5 salários mínimos e morando em imóvel próprio.

- 7,12% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre ½ e 1 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.
- 6,82% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 3 e 5 salários mínimos e habitando imóvel alugado.

Em 1991 ainda há a predominância da população feminina com 60 anos ou mais na composição dos sub-segmentos. Os sub-segmentos identificados em 1991 são:

- 40,39% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre ½ e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio. Em 2000 era de 37,64%.
- 10,32% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e morando em imóvel próprio.
- 5,16% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 2 e 3 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado.
- 3,86% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel alugado.

Em 2000 a tendência da participação majoritária de mulheres com 60 anos ou mais permanece e identificam-se os sub-segmentos:

- 18,17% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 3 e 5 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.
- 8,07% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 15 e 20 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.
- 5,15% de homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda entre ½ e 1 salário mínimo e morando em imóvel próprio.
- 4,89% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.
- 3,00% de homens com 60 anos ou mais, alfabetizados, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel alugado.

- 8,20% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 3 e 5 salários mínimos e morando em imóvel próprio.
- 5,36% de mulheres entre 50 e 59 anos, analfabetas, renda entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo e vivendo em imóvel cedido.
- 4,28% de homens entre 50 e 59 anos, alfabetizados, renda entre 15 e 20 salários mínimos e habitando imóvel próprio.

Entre 1991 e 2000 verificam-se dois sub-segmentos comuns a eles:

- 2,28% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda superior a 20 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio. Em 2000 era igual a 4,41%.
- 4,25% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre $\frac{1}{2}$ e 2 salários mínimos e morando em imóvel alugado. Em 2000 era igual a 3,73%.

Em 1991 ainda identificam-se os sub-segmentos:

- 8,39% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 2 e 3 salários mínimos e morando em imóvel próprio.
- 4,15% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 10 e 15 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado.
- 3,52% de mulheres entre 40 e 49 anos, alfabetizadas, renda entre 3 e 5 salários mínimos e morando em imóvel alugado.

Em 2000 identificam-se outros sub-segmentos:

- 7,82% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 3 e 5 salários mínimos e habitando imóvel alugado.
- 7,20% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.
- 7,18% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel próprio.
- 3,60% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 1 e 2 salários mínimos e habitando imóvel alugado.

- 3,59% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 15 e 20 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado.
- 2,59% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e morando em imóvel alugado.
- 2,31% de homens entre 50 e 59 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e habitando imóvel alugado.

4.3.2.5. Fortaleza

Em Fortaleza a população não aposentada e que vive sozinha representava 94,14% em 1970, 77,21% em 1980, 68,87% em 1991 e 77,75% em 2000. O que significa uma taxa de crescimento anual entre 1970 e 1991 igual a 4,27% e entre 1991 e 2000 igual a 8,94%.

Verifica-se em todo o período a predominância do sexo masculino. Entre 1970 e 2000 identifica-se um sub-segmento composto por homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre $\frac{1}{2}$ e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio ou alugado. Em 1970 representava 38,33%, em 1980, 34,56%, em 1991, 34,82% e em 2000, 15,75%.

Há dois sub-segmentos comuns a 1970 e 1980. São eles:

- 20,01% de mulheres entre 50 e 59 anos, analfabetas, renda entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo e morando em imóvel próprio ou alugado. Em 1980 era igual a 21,19%.
- 8,25% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 3 e 5 salários mínimos e habitando imóvel alugado. Em 1980 era igual a 18,42%.

Ainda em 1970 verificam-se os sub-segmentos:

- 13,88% de homens entre 50 e 59 anos, analfabetos, renda entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo e habitando imóvel cedido.
- 7,66% de mulheres entre 50 e 59 anos, analfabetas, sem renda e vivendo em imóvel próprio.
- 5,85% de mulheres entre 20 e 29 anos, alfabetizadas, sem renda e morando em imóvel próprio.

- 5,52% de mulheres com 60 anos ou mais, analfabetas, sem renda e habitando imóvel cedido.

Em 1980 identificam-se os sub-segmentos:

- 16,05% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 2 e 3 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado.
- 3,03% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, com renda superior a 20 salários mínimos e morando em imóvel alugado.
- 2,94% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda superior a 20 salários mínimos e habitando imóvel alugado.

Entre 1991 e 2000 verificam-se os seguintes sub-segmentos comuns:

- 24,04% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 5 e 10 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio ou alugado. Em 2000 era igual a 14,58%.
- 9,71% de homens entre 50 e 59 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel alugado. Em 2000 era igual a 5,89%.
- 8,64% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre ½ e 1 salário mínimo e habitando imóvel próprio. Em 2000 era igual a 12,01%.
- 7,80% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimo e vivendo em imóvel próprio. Em 2000 era igual a 15,13%.

Em 2000 há ainda outros três sub-segmentos compondo este grupo:

- 7,71% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, sem renda e morando em imóvel próprio.
- 6,61% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, sem renda e habitando imóvel próprio.
- 4,48% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 15 e 20 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.

4.3.2.6. Curitiba

A cidade de Curitiba apresentava uma população não aposentada e vivendo sozinha igual a 86,69% em 1970, 77,38% em 1980, 60,12% em 1991 e 71,35% em 2000. Isto representa uma taxa de crescimento anual de 6,92% entre 1970 e 1991 e de 9,62% entre 1991 e 2000.

A participação dos indivíduos do sexo feminino e masculino varia ao longo do tempo, predominando o sexo feminino em 1970, 1980 e 2000. Já em 1991 a maioria da população era de homens. Entre 1970 e 1980 há um sub-segmento comum constituído por mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre ½ e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio ou alugado. Em 1970 correspondia a 34,49% e em 1980 a 34,03% desta população. Em 1970 identificam-se outros sub-segmentos:

- 19,18% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel alugado.
- 14,17% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e habitando imóvel próprio.
- 12,72% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, sem renda e vivendo em imóvel próprio.
- 4,22% de mulheres entre 30 e 39 anos, alfabetizadas, sem renda e morando em imóvel alugado.

Em 1980 os sub-segmentos identificados são os seguintes:

- 28,81% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 2 e 3 salários mínimos e habitando imóvel alugado.
- 17,12% de mulheres entre 40 e 49 anos, alfabetizadas, renda entre 3 e 5 salários mínimos e morando em imóvel próprio.
- 9,26% de homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda entre 10 e 15 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado.
- 6,66% de homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda entre 15 e 20 salários mínimos e habitando imóvel alugado.

Em 1991 verifica-se um sub-segmento existente também em 2000. Representava em 1991 12,55% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio ou alugado. Em 2000 significava 11,73% desta população. Fazem parte ainda de 1991 os sub-segmentos:

- 20,13% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel alugado.
- 17,93% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, sem renda e habitando imóvel próprio.
- 16,41% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 5 e 10 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado.
- 9,94% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 2 e 3 salários mínimos e morando em imóvel próprio.
- 7,61% de mulheres entre 40 e 49 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel próprio.
- 5,62% de homens entre 50 e 59 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel cedido.

Em 2000 identificavam-se os sub-segmentos:

- 13,43% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e morando em imóvel próprio ou alugado.
- 11,45% de mulheres entre 30 e 39 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel próprio.
- 11,20% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizadas, renda entre 3 e 5 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio ou alugado.
- 9,72% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel próprio.
- 9,06% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda superior a 20 salários mínimos e habitando imóvel próprio.
- 8,18% de mulheres entre 30 e 39 anos, alfabetizadas, renda entre 1 e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.
- 7,88% de mulheres entre 20 e 29 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e morando em imóvel alugado.

- 5,43% de homens entre 40 a 49 anos, alfabetizados, renda entre 2 e 3 salários mínimos e habitando imóvel alugado.
- 3,14% de mulheres entre 20 e 29 anos, alfabetizadas, renda entre 1 e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado.
- 2,75% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel cedido.

4.3.2.7. Recife

Em Recife a população não aposentada e vivendo só representava 91,70% em 1970, 74,47% em 1980, 64,33% em 1991 e 72,21% em 2000. O que significa uma taxa de crescimento anual igual a 1,39% entre 1970 e 1991 e 6,50% entre 1991 e 2000.

Verifica-se o predomínio da população feminina entre 1970 e 1980 e masculina entre 1991 e 2000. Identifica-se um sub-segmento comum a 1970 e 1980. Em 1970 constituía-se por 16,40% de mulheres entre 50 e 59 anos, analfabetas, renda entre $\frac{1}{4}$ e 1 salário mínimo e vivendo em imóvel alugado. Em 1980 representava 27,65% desta população. Outros sub-segmentos também compõem o segmento em 1970:

- 27,75% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo e morando em imóvel alugado.
- 15,42% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo e habitando imóvel próprio.
- 13,21% de mulheres entre 30 e 39 anos, analfabetas, renda até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo e vivendo em imóvel alugado.
- 11,20% de mulheres com 60 anos ou mais, analfabetas, sem renda e morando em imóvel próprio.
- 7,65% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 3 e 5 salários mínimo e habitando imóvel próprio.
- 6,15% de mulheres entre 30 e 39 anos, alfabetizadas, sem renda e vivendo em imóvel alugado.

Entre 1980 e 1991 verifica-se um sub-segmento em comum constituído por mulheres entre 20 e 29 anos, alfabetizadas, renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo e vivendo em imóvel alugado. Em 1980 representava 15,67% em 1991, 6,48%. Entre 1980, 1991 e 2000 identifica-se o sub-segmento composto por homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e habitando imóvel próprio ou alugado. Em 1980 era igual a 17,13%, em 1991 a 10,43% e em 2000 a 12,72%. Ainda outros sub-segmentos compõem o segmento em 1980:

- 11,45% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 3 e 5 salários mínimos e morando em imóvel alugado.
- 9,92% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 3 e 5 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.
- 5,01% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 10 e 15 salários mínimos e morando em imóvel alugado.

Identificam-se três sub-segmentos comuns a 1991 e 2000. São eles:

- 16,40% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo morando em imóvel próprio ou alugado. Em 2000 era igual a 5,43%.
- 14,06% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre $\frac{1}{4}$ e 1 salário mínimo e vivendo em imóvel próprio ou alugado. Em 2000 era igual a 6,92%.
- 8,36% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel próprio ou alugado. Em 2000 era igual a 13,53%.

Em 1991 identificam-se também os sub-segmentos:

- 17,30% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 5 e 10 salários mínimos e morando em imóvel próprio ou alugado.
- 6,73% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, sem renda e habitando imóvel próprio.
- 5,70% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, sem renda e vivendo em imóvel próprio.
- 3,85% de homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e habitando imóvel alugado.

Em 2000 verificam-se ainda os sub-segmentos:

- 11,94% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, sem renda e morando em imóvel próprio.
- 11,21% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 3 e 5 salários mínimos e habitando imóvel próprio.
- 9,44% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda superior a 20 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.
- 6,10% de homens entre 40 e 49 anos, alfabetizadas, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel alugado.
- 5,40% de mulheres entre 30 e 39 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel alugado.
- 3,71% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado.

4.3.2.8. Porto Alegre

A população não aposentada e vivendo só em Porto Alegre representava 83,14% em 1970, 72,70% em 1980, 58,22% em 1991 e 67,61% em 2000. Isto significa uma taxa de crescimento anual entre 1970 e 1991 igual a 5,45% e entre 1991 e 2000 de 6,88%.

Identifica-se a predominância da população do sexo feminino em 1970, 1980 e 2000. Porém, em 1991 a participação majoritária era de homens. Em 1970, 1980, 1991 e 2000 verifica-se um sub-segmento comum. Compreendia em 1970 17,75% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre ½ e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio, alugado ou cedido. Em 1980 correspondia a 21,31%, em 1991 a 4,37% e em 2000 a 2,47%. Em 1970 identificam-se outros sub-segmentos:

- 26,41% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel alugado.
- 21,21% de mulheres entre 40 e 49 anos, alfabetizadas, renda entre 3 e 5 salários mínimos e habitando imóvel próprio.

- 15,49% de mulheres entre 40 e 49 anos, alfabetizadas, renda entre ½ e 1 salário mínimo e vivendo em imóvel próprio.
- 9,76% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, sem renda e vivendo em imóvel próprio ou cedido.
- 6,26% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 15 e 20 salários mínimos e morando em imóvel próprio.

Identificam-se dois sub-segmentos comuns entre 1980 e 1991:

- 17,58% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel próprio. Em 1991 era igual a 8,65%.
- 8,80% de homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio. Em 1991 era igual a 6,84%.

Ainda em 1980 temos os seguintes sub-segmentos:

- 27,62% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 2 e 3 salários mínimos e morando em imóvel alugado.
- 16,86% de mulheres entre 30 e 39 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel próprio.

Verificam-se três sub-segmentos comuns a 1991 e 2000:

- 12,87% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio ou cedido. Em 2000 era igual a 3,77%.
- 5,73% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 3 e 5 salários mínimos e morando em imóvel próprio ou alugado. Em 2000 era igual a 13,53%.
- 2,61% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e habitando imóvel alugado. Em 2000 era igual a 14,04%.

Outros sub-segmentos compunham esta população em 1991:

- 30,46% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 5 e 10 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio ou alugado.

- 10,98% de mulheres entre 20 e 29 anos, alfabetizadas, renda entre 3 e 5 salários mínimos e morando em imóvel alugado.
- 7,76% de mulheres entre 40 e 49 anos, alfabetizadas, renda entre 2 e 3 salários mínimos e habitando imóvel próprio.
- 5,57% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre ½ e 1 salário mínimo e vivendo em imóvel próprio.

Em 2000 verificam-se ainda os sub-segmentos:

- 26,12% de mulheres entre 30 e 39 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e morando em imóvel próprio ou alugado.
- 7,69% de mulheres entre 20 e 29 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel alugado.
- 7,02% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda superior a 20 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.
- 6,26% de homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel próprio.
- 5,11% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e habitando imóvel alugado.
- 5,04% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 1 e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.
- 2,35% de mulheres entre 40 e 49 anos, alfabetizadas, renda entre ½ e 1 salário mínimo e morando em imóvel próprio.
- 1,99% de homens entre 50 e 59 anos, alfabetizados, renda entre 15 e 20 salários mínimos e habitando imóvel alugado.

4.3.3. As cidades e os aposentados

Esta etapa compreende os resultados que atendem ao objetivo específico de identificar os conjuntos de cidades que em 2000 possuem um mesmo sub-segmento de indivíduos que vivem sozinhos e são aposentados. Porém, como já foi sinalizado no início deste capítulo, as razões que explicam estes fenômenos constituem uma indicação para estudos futuros.

Verifica-se entre 1970 e 1991 que a participação masculina era majoritária em relação à feminina. Porém em 2000 este grupo divide-se de maneira semelhante entre sexo feminino e masculino. Entre 1970, 1991 e 2000 (excluindo-se 1980) identificam-se dois sub-segmentos comuns:

- 16,16% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda até 2 salários mínimos e habitando imóvel próprio ou alugado. Em 1991 era igual a 15,48% e em 2000 a 3,76%.
- 10,67% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 5 e 10 salários mínimos e morando em imóvel próprio ou alugado. Em 1991 correspondia a 19,64% e em 2000 a 14,41%.

Em 1970 identificam-se três sub-segmentos comuns também a 1980 e 1991:

- 12,66% de homens entre 50 e 59 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel alugado e que em 1980 correspondia a 12,22% e em 1991 a 7,97%.
- 8,43% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre ½ e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio ou alugado. Em 1980 era igual a 14,92% e em 1991 a 11,61%.
- 8,28% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e morando em imóvel próprio. Em 1980 eram 14,88% e em 1991 a 5,22%.

Entre 1970 e 1980 há ainda outros dois sub-segmentos participantes:

- 17,55% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado. Em 1980 era igual a 18,18%.
- 7,41% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda até 1 salário mínimo e habitando imóvel alugado ou cedido. Em 1980 era 4,43%.

Em 1970 identificam-se ainda outros dois sub-segmentos:

- 8,13% de homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda entre 2 e 3 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado.

- 6,29% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, sem renda e vivendo em imóvel próprio ou cedido.

Em 1980 verificam-se outros sub-segmentos cujas características são:

- 17,19% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 3 e 5 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado.
- 7,05% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 15 e 20 salários mínimos e morando em imóvel alugado.
- 6,77% de homens entre 50 e 59 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e habitando imóvel próprio.

Identificam-se dois sub-segmentos comuns a 1991 e a 2000. São eles:

- 4,26% de homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda entre 10 e 15 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado. Em 2000 era 3,50%.
- 2,98% de homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda entre ½ e 1 salário mínimo e morando em imóvel alugado. Em 2000 era 0,84%.

Ainda outros sub-segmentos compunham este segmento em 1991:

- 9,78% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e habitando imóvel próprio ou alugado.
- 5,83% de homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel alugado.
- 4,62% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, sem renda e vivendo em imóvel próprio.
- 3,87% de homens entre 50 e 59 anos, alfabetizados, renda entre 2 e 3 salários mínimos e habitando imóvel alugado.
- 2,10% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, sem renda e vivendo em imóvel alugado.

- São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Curitiba e Recife:
 - Mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e morando em imóvel alugado.
 - Homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 10 e 15 salários mínimos e habitando imóvel alugado.
 - Homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre ½ e 1 salário mínimo e vivendo em imóvel alugado.
- São Paulo, Salvador, Fortaleza e Recife:
 - Homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e habitando em imóvel alugado.
- São Paulo, Salvador, Belo Horizonte e Curitiba:
 - Homens entre 50 e 59 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado.
- São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador:
 - Homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e habitando imóvel próprio ou alugado.
- São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre:
 - Mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda superior a 20 salários mínimos e habitando imóvel próprio.
- Rio de Janeiro, Salvador e Belo Horizonte:
 - Homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 2 e 3 salários mínimos e morando em imóvel em outra condição (Anexo E).
- Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba:
 - Homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 3 e 5 salários mínimos e habitando imóvel próprio.
- Belo Horizonte, Curitiba e Recife:
 - Mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda superior a 20 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.
 - Mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e morando em imóvel alugado.

- São Paulo e Rio de Janeiro:
 - Homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 2 e 3 salários mínimos e habitando imóvel alugado.
- Rio de Janeiro e Porto Alegre:
 - Homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.
- Rio de Janeiro e Belo Horizonte:
 - Mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel próprio.
- Curitiba e Porto Alegre:
 - Mulheres entre 30 e 39 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel próprio.
- Belo Horizonte e Curitiba:
 - Mulheres entre 20 e 29 anos, alfabetizadas, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel alugado.

A divergência entre o crescimento da população e do número de habitações parece que se tornará cada vez mais pronunciada nos próximos anos. Enquanto a população total cresce a uma taxa anual igual a 1,85% nos últimos trinta anos (1970 a 2000) nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Recife e Porto Alegre, a população que vive sozinha nestas cidades cresce a uma taxa anual igual a 5,13%. Acrescido o fato de que o número de domicílios vem crescendo a uma taxa anual igual a 2,94% o que representa uma redução do número de indivíduos por domicílio. Por outro lado, o segmento se compõe por uma multiplicidade de sub-segmentos variando em sexo, idade, renda, condição de aposentadoria ou não, alfabetizados ou analfabetos e da condição de seus domicílios de residência. Além do fato de se distribuírem geograficamente de maneira heterogênea entre as cidades estudadas.

O capítulo 5 seguinte formaliza as inferências que o tratamento e análise dos dados propiciou e o capítulo 6 apresenta as restrições do estudo e as recomendações para pesquisas futuras.

Ainda em 1991 identificam-se outros sub-segmentos:

- 13,49% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 2 e 3 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.
- 6,57% de homens entre 50 e 59 anos, alfabetizados, renda entre 5 e 10 anos e vivendo em imóvel próprio.
- 3,45% de homens entre 50 e 59 anos, alfabetizados, renda 1 e 2 salários mínimos e habitando imóvel alugado.

Em 2000 verificam-se também os seguintes sub-segmentos:

- 9,60% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 anos e vivendo em imóvel próprio.
- 8,91% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel próprio.
- 6,86% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, sem renda e habitando imóvel próprio.
- 6,02% de homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, com renda superior 20 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado.
- 3,61% de homens entre 50 e 59 anos, alfabetizados, renda entre 3 e 5 salários mínimos e morando em imóvel alugado.
- 3,54% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e habitando imóvel alugado.

4.3.2.4. Belo Horizonte

A cidade de Belo Horizonte caracteriza-se pela participação de indivíduos não aposentados e morando sozinhos igual a 89,36% em 1970, 75,46% em 1980, 61,14% em 1991 e 70,53% em 2000. O que representa uma taxa de crescimento anual entre 1970 e 1991 igual a 3,50% e entre 1991 e 2000 igual a 8,41%.

Verifica-se o predomínio da população dos indivíduos do sexo masculino desde 1970 até 2000. Em 1970 identificam-se dois sub-segmentos que permanecem até 2000. Um constituía-

se por mulheres entre 50 e 59 idades, alfabetizadas, renda entre ½ e 1 salário mínimo e vivendo em imóvel próprio ou cedido. Em 1970 correspondia a 12,25%, em 1980 era igual a 11,84%, em 1991 a 9,30% e 2,20% 2000. Outro sub-segmento compunha-se em 1970 por 32,42% de homens 20 e 29 anos, alfabetizados, renda ½ e 2 salários mínimos e morando em imóvel próprio ou alugado. Em 1980 significava 19,03%, em 1991, 20,44% e em 2000 era igual a 2,84%.

Os outros sub-segmentos identificados em 1970 são:

- 11,25% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre ½ e 1 salário mínimo e habitando imóvel próprio.
- 11,15% de homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda entre 3 e 5 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado.
- 11,01% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre ½ e 1 salário mínimo e morando em imóvel alugado.
- 3,89% de mulheres entre 30 e 39 anos, alfabetizadas, sem renda e vivendo em imóvel alugado.

Em 1980 verificam-se dois sub-segmentos comuns também a 1991 e a 2000:

- 16,55% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 5 e 10 salários mínimos e morando em imóvel próprio ou alugado. Em 1991 era igual a 22,92% e a 24,90% em 2000.
- 4,97% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e habitando imóvel próprio. Em 1991 era igual a 5,88% e em 2000 a 11,37%.

Há um sub-segmento que participa desta população em 1980 e em 1991. Em 1980 compunha-se por 7,88% por mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 2 e 3 salários mínimos e habitando imóvel próprio ou alugado. Em 1991 representava 8,39%.

Ainda identificam-se outros sub-segmentos em 1980:

- 16,67% de mulheres entre 30 e 39 anos, alfabetizadas, renda entre 1 e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado.

- 8,20% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 3 e 5 salários mínimos e morando em imóvel próprio.
- 5,36% de mulheres entre 50 e 59 anos, analfabetas, renda entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo e vivendo em imóvel cedido.
- 4,28% de homens entre 50 e 59 anos, alfabetizados, renda entre 15 e 20 salários mínimos e habitando imóvel próprio.

Entre 1991 e 2000 verificam-se dois sub-segmentos comuns a eles:

- 2,28% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda superior a 20 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio. Em 2000 era igual a 4,41%.
- 4,25% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre $\frac{1}{2}$ e 2 salários mínimos e morando em imóvel alugado. Em 2000 era igual a 3,73%.

Em 1991 ainda identificam-se os sub-segmentos:

- 8,39% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 2 e 3 salários mínimos e morando em imóvel próprio.
- 4,15% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 10 e 15 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado.
- 3,52% de mulheres entre 40 e 49 anos, alfabetizadas, renda entre 3 e 5 salários mínimos e morando em imóvel alugado.

Em 2000 identificam-se outros sub-segmentos:

- 7,82% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 3 e 5 salários mínimos e habitando imóvel alugado.
- 7,20% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.
- 7,18% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel próprio.
- 3,60% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 1 e 2 salários mínimos e habitando imóvel alugado.

- 3,59% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 15 e 20 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado.
- 2,59% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e morando em imóvel alugado.
- 2,31% de homens entre 50 e 59 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e habitando imóvel alugado.

4.3.2.5. Fortaleza

Em Fortaleza a população não aposentada e que vive sozinha representava 94,14% em 1970, 77,21% em 1980, 68,87% em 1991 e 77,75% em 2000. O que significa uma taxa de crescimento anual entre 1970 e 1991 igual a 4,27% e entre 1991 e 2000 igual a 8,94%.

Verifica-se em todo o período a predominância do sexo masculino. Entre 1970 e 2000 identifica-se um sub-segmento composto por homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre $\frac{1}{2}$ e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio ou alugado. Em 1970 representava 38,33%, em 1980, 34,56%, em 1991, 34,82% e em 2000, 15,75%.

Há dois sub-segmentos comuns a 1970 e 1980. São eles:

- 20,01% de mulheres entre 50 e 59 anos, analfabetas, renda entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo e morando em imóvel próprio ou alugado. Em 1980 era igual a 21,19%.
- 8,25% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 3 e 5 salários mínimos e habitando imóvel alugado. Em 1980 era igual a 18,42%.

Ainda em 1970 verificam-se os sub-segmentos:

- 13,88% de homens entre 50 e 59 anos, analfabetos, renda entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo e habitando imóvel cedido.
- 7,66% de mulheres entre 50 e 59 anos, analfabetas, sem renda e vivendo em imóvel próprio.
- 5,85% de mulheres entre 20 e 29 anos, alfabetizadas, sem renda e morando em imóvel próprio.

- 5,52% de mulheres com 60 anos ou mais, analfabetas, sem renda e habitando imóvel cedido.

Em 1980 identificam-se os sub-segmentos:

- 16,05% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 2 e 3 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado.
- 3,03% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, com renda superior a 20 salários mínimos e morando em imóvel alugado.
- 2,94% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda superior a 20 salários mínimos e habitando imóvel alugado.

Entre 1991 e 2000 verificam-se os seguintes sub-segmentos comuns:

- 24,04% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 5 e 10 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio ou alugado. Em 2000 era igual a 14,58%.
- 9,71% de homens entre 50 e 59 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel alugado. Em 2000 era igual a 5,89%.
- 8,64% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo e habitando imóvel próprio. Em 2000 era igual a 12,01%.
- 7,80% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimo e vivendo em imóvel próprio. Em 2000 era igual a 15,13%.

Em 2000 há ainda outros três sub-segmentos compondo este grupo:

- 7,71% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, sem renda e morando em imóvel próprio.
- 6,61% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, sem renda e habitando imóvel próprio.
- 4,48% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 15 e 20 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.

4.3.2.6. Curitiba

A cidade de Curitiba apresentava uma população não aposentada e vivendo sozinha igual a 86,69% em 1970, 77,38% em 1980, 60,12% em 1991 e 71,34% em 2000. Isto representa uma taxa de crescimento anual de 6,92% entre 1970 e 1991 e de 9,62% entre 1991 e 2000.

A participação dos indivíduos do sexo feminino e masculino varia ao longo do tempo, predominando o sexo feminino em 1970, 1980 e 2000. Já em 1991 a maioria da população era de homens. Entre 1970 e 1980 há um sub-segmento comum constituído por mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre ½ e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio ou alugado. Em 1970 correspondia a 34,49% e em 1980 a 34,03% desta população. Em 1970 identificam-se outros sub-segmentos:

- 19,18% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel alugado.
- 14,17% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e habitando imóvel próprio.
- 12,72% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, sem renda e vivendo em imóvel próprio.
- 4,22% de mulheres entre 30 e 39 anos, alfabetizadas, sem renda e morando em imóvel alugado.

Em 1980 os sub-segmentos identificados são os seguem:

- 28,81% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 2 e 3 salários mínimos e habitando imóvel alugado.
- 17,12% de mulheres entre 40 e 49 anos, alfabetizadas, renda entre 3 e 5 salários mínimos e morando em imóvel próprio.
- 9,26% de homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda entre 10 e 15 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado.
- 6,66% de homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda entre 15 e 20 salários mínimos e habitando imóvel alugado.

Em 1991 verifica-se um sub-segmento existente também em 2000. Representava em 1991 12,55% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio ou alugado. Em 2000 significava 11,73% desta população. Fazem parte ainda de 1991 os sub-segmentos:

- 20,13% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel alugado.
- 17,93% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, sem renda e habitando imóvel próprio.
- 16,41% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 5 e 10 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado.
- 9,94% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 2 e 3 salários mínimos e morando em imóvel próprio.
- 7,61% de mulheres entre 40 e 49 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel próprio.
- 5,62% de homens entre 50 e 59 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel cedido.

Em 2000 identificavam-se os sub-segmentos:

- 13,43% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e morando em imóvel próprio ou alugado.
- 11,45% de mulheres entre 30 e 39 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel próprio.
- 11,20% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizadas, renda entre 3 e 5 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio ou alugado.
- 9,72% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel próprio.
- 9,06% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda superior a 20 salários mínimos e habitando imóvel próprio.
- 8,18% de mulheres entre 30 e 39 anos, alfabetizadas, renda entre 1 e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.
- 7,88% de mulheres entre 20 e 29 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e morando em imóvel alugado.

- 5,43% de homens entre 40 a 49 anos, alfabetizados, renda entre 2 e 3 salários mínimos e habitando imóvel alugado.
- 3,14% de mulheres entre 20 e 29 anos, alfabetizadas, renda entre 1 e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado.
- 2,75% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel cedido.

4.3.2.7. Recife

Em Recife a população não aposentada e vivendo só representava 91,70% em 1970, 74,47% em 1980, 64,34% em 1991 e 72,21% em 2000. O que significa um a taxa de crescimento anual igual a 1,39% entre 1970 e 1991 e 6,50% entre 1991 e 2000.

Verifica-se o predomínio da população feminina entre 1970 e 1980 e masculina entre 1991 e 2000. Identifica-se um sub-segmento comum a 1970 e 1980. Em 1970 constituía-se por 16,40% de mulheres entre 50 e 59 anos, analfabetas, renda entre $\frac{1}{4}$ e 1 salário mínimo e vivendo em imóvel alugado. Em 1980 representava 27,65% desta população. Outros sub-segmentos também compõem o segmento em 1970:

- 27,75% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo e morando em imóvel alugado.
- 15,42% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo e habitando imóvel próprio.
- 13,21% de mulheres entre 30 e 39 anos, analfabetas, renda até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo e vivendo em imóvel alugado.
- 11,20% de mulheres com 60 anos ou mais, analfabetas, sem renda e morando em imóvel próprio.
- 7,65% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 3 e 5 salários mínimos e habitando imóvel próprio.
- 6,15% de mulheres entre 30 e 39 anos, alfabetizadas, sem renda e vivendo em imóvel alugado.

Entre 1980 e 1991 verifica-se um sub-segmento em comum constituído por mulheres entre 20 e 29 anos, alfabetizadas, renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo e vivendo em imóvel alugado. Em 1980 representava 15,67% em 1991, 6,48%. Entre 1980, 1991 e 2000 identifica-se o sub-segmento composto por homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e habitando imóvel próprio ou alugado. Em 1980 era igual a 17,13%, em 1991 a 10,43% e em 2000 a 12,72%. Ainda outros sub-segmentos compõem o segmento em 1980:

- 11,45% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 3 e 5 salários mínimos e morando em imóvel alugado.
- 9,92% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 3 e 5 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.
- 5,01% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 10 e 15 salários mínimos e morando em imóvel alugado.

Identificam-se três sub-segmentos comuns a 1991 e 2000. São eles:

- 16,40% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo morando em imóvel próprio ou alugado. Em 2000 era igual a 5,43%.
- 14,06% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre $\frac{1}{4}$ e 1 salário mínimo e vivendo em imóvel próprio ou alugado. Em 2000 era igual a 6,92%.
- 8,36% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel próprio ou alugado. Em 2000 era igual a 13,53%.

Em 1991 identificam-se também os sub-segmentos:

- 17,30% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 5 e 10 salários mínimos e morando em imóvel próprio ou alugado.
- 6,73% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, sem renda e habitando imóvel próprio.
- 5,70% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, sem renda e vivendo em imóvel próprio.
- 3,85% de homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e habitando imóvel alugado.

Em 2000 verificam-se ainda os sub-segmentos:

- 11,94% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, sem renda e morando em imóvel próprio.
- 11,21% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 3 e 5 salários mínimos e habitando imóvel próprio.
- 9,44% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda superior a 20 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.
- 6,10% de homens entre 40 e 49 anos, alfabetizadas, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel alugado.
- 5,40% de mulheres entre 30 e 39 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel alugado.
- 3,71% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado.

4.3.2.8. Porto Alegre

A população não aposentada e vivendo só em Porto Alegre representava 83,14% em 1970, 72,70% em 1980, 58,22% em 1991 e 67,61% em 2000. Isto significa uma taxa de crescimento anual entre 1970 e 1991 igual a 5,45% e entre 1991 e 2000 de 6,88%.

Identifica-se a predominância da população do sexo feminino em 1970, 1980 e 2000. Porém, em 1991 a participação majoritária era de homens. Em 1970, 1980, 1991 e 2000 verifica-se um sub-segmento comum. Compreendia em 1970 17,75% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre ½ e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio, alugado ou cedido. Em 1980 correspondia a 21,31%, em 1991 a 4,37% e em 2000 a 2,47%. Em 1970 identificam-se outros sub-segmentos:

- 26,41% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel alugado.
- 21,21% de mulheres entre 40 e 49 anos, alfabetizadas, renda entre 3 e 5 salários mínimos e habitando imóvel próprio.

- 15,49% de mulheres entre 40 e 49 anos, alfabetizadas, renda entre ½ e 1 salário mínimo e vivendo em imóvel próprio.
- 9,76% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, sem renda e vivendo em imóvel próprio ou cedido.
- 6,26% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 15 e 20 salários mínimos e morando em imóvel próprio.

Identificam-se dois sub-segmentos comuns entre 1980 e 1991:

- 17,58% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel próprio. Em 1991 era igual a 8,65%.
- 8,80% de homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio. Em 1991 era igual a 6,84%.

Ainda em 1980 temos os seguintes sub-segmentos:

- 27,62% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 2 e 3 salários mínimos e morando em imóvel alugado.
- 16,86% de mulheres entre 30 e 39 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel próprio.

Verificam-se três sub-segmentos comuns a 1991 e 2000:

- 12,87% de homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio ou cedido. Em 2000 era igual a 3,77%.
- 5,73% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 3 e 5 salários mínimos e morando em imóvel próprio ou alugado. Em 2000 era igual a 13,53%.
- 2,61% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e habitando imóvel alugado. Em 2000 era igual a 14,04%.

Outros sub-segmentos compunham esta população em 1991:

- 30,46% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 5 e 10 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio ou alugado.

- 10,98% de mulheres entre 20 e 29 anos, alfabetizadas, renda entre 3 e 5 salários mínimos e morando em imóvel alugado.
- 7,76% de mulheres entre 40 e 49 anos, alfabetizadas, renda entre 2 e 3 salários mínimos e habitando imóvel próprio.
- 5,57% de mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre ½ e 1 salário mínimo e vivendo em imóvel próprio.

Em 2000 verificam-se ainda os sub-segmentos:

- 26,12% de mulheres entre 30 e 39 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e morando em imóvel próprio ou alugado.
- 7,69% de mulheres entre 20 e 29 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel alugado.
- 7,02% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda superior a 20 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.
- 6,26% de homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel próprio.
- 5,11% de homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e habitando imóvel alugado.
- 5,04% de mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 1 e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.
- 2,35% de mulheres entre 40 e 49 anos, alfabetizadas, renda entre ½ e 1 salário mínimo e morando em imóvel próprio.
- 1,99% de homens entre 50 e 59 anos, alfabetizados, renda entre 15 e 20 salários mínimos e habitando imóvel alugado.

4.3.3. As cidades e os aposentados

Esta etapa compreende os resultados que atendem ao objetivo específico de identificar os conjuntos de cidades que em 2000 possuem um mesmo sub-segmento de indivíduos que vivem sozinhos e são aposentados. Porém, como já foi sinalizado no início deste capítulo, as razões que explicam estes fenômenos constituem uma indicação para estudos futuros.

Verifica-se que os sub-segmentos, de modo geral, não são frequentes a todas as cidades. Os resultados são apresentados divididos em grupos de cidades que possuem cada qual os mesmos sub-segmentos. Cada sub-segmento apresentará também a descrição de suas características. Um sub-segmento, contudo, é comum à todas as cidades e é composto por mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo e vivendo em imóvel próprio, alugado ou cedido. Os demais grupos se distribuem de acordo com o que se apresenta:

- São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Recife e Porto Alegre:
 - Mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel próprio ou alugado.
 - Mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda superior a 20 salários mínimos e morando em imóvel próprio ou alugado.
- São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza e Porto Alegre:
 - Mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio ou alugado.
- São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre:
 - Mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 3 e 5 salários mínimos e habitando imóvel próprio.
- Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre:
 - Mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 15 e 20 salários mínimos e morando em imóvel próprio.
- São Paulo, Rio de Janeiro e Recife:
 - Mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo e vivendo em imóvel próprio.
- São Paulo e Salvador:
 - Homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 5 e 10 salário mínimos e habitando imóvel próprio.
- Homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo e morando em imóvel próprio.

- **Rio de Janeiro e Curitiba:**
- **Mulheres entre 40 e 49 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.**
- **Rio de Janeiro e Porto Alegre:**
- **Mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda superior a 20 salários mínimos e habitando imóvel próprio.**

4.3.4. As cidades e os não aposentados

Esse item relaciona os conjuntos de cidades que em 2000 possuem um mesmo sub-segmento composto por indivíduos que vivem sozinhos e não estão aposentados. Porém, não se observa nenhum sub-segmento comum a todas as cidades. Os grupos de cidades são os seguintes:

- **São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza e Recife:**
- **Homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio ou alugado.**
- **São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre:**
- **Mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 1 e 2 salários mínimos, habitando imóvel próprio ou alugado.**
- **São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Recife e Porto Alegre:**
- **Mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre ½ e 2 salários mínimos e morando em imóvel próprio ou cedido.**
- **Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Recife e Porto Alegre:**
- **Homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel próprio ou alugado.**
- **São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e Fortaleza:**
- **Homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 5 e 10 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio ou alugado.**

- São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Curitiba e Recife:
 - Mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e morando em imóvel alugado.
 - Homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 10 e 15 salários mínimos e habitando imóvel alugado.
 - Homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre ½ e 1 salário mínimo e vivendo em imóvel alugado.
- São Paulo, Salvador, Fortaleza e Recife:
 - Homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda entre 1 e 2 salários mínimos e habitando em imóvel alugado.
- São Paulo, Salvador, Belo Horizonte e Curitiba:
 - Homens entre 50 e 59 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e vivendo em imóvel alugado.
- São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador:
 - Homens entre 40 e 49 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e habitando imóvel próprio ou alugado.
- São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre:
 - Mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda superior a 20 salários mínimos e habitando imóvel próprio.
- Rio de Janeiro, Salvador e Belo Horizonte:
 - Homens entre 30 e 39 anos, alfabetizados, renda entre 2 e 3 salários mínimos e morando em imóvel em outra condição (Anexo E).
- Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba:
 - Homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 3 e 5 salários mínimos e habitando imóvel próprio.
- Belo Horizonte, Curitiba e Recife:
 - Mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda superior a 20 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.
 - Mulheres entre 50 e 59 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e morando em imóvel alugado.

- São Paulo e Rio de Janeiro:
 - Homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda entre 2 e 3 salários mínimos e habitando imóvel alugado.
- Rio de Janeiro e Porto Alegre:
 - Homens entre 20 e 29 anos, alfabetizados, renda superior a 20 salários mínimos e vivendo em imóvel próprio.
- Rio de Janeiro e Belo Horizonte:
 - Mulheres com 60 anos ou mais, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel próprio.
- Curitiba e Porto Alegre:
 - Mulheres entre 30 e 39 anos, alfabetizadas, renda entre 5 e 10 salários mínimos e habitando imóvel próprio.
- Belo Horizonte e Curitiba:
 - Mulheres entre 20 e 29 anos, alfabetizadas, renda entre 1 e 2 salários mínimos e morando em imóvel alugado.

A divergência entre o crescimento da população e do número de habitações parece que se tornará cada vez mais pronunciada nos próximos anos. Enquanto a população total cresce a uma taxa anual igual a 1,85% nos últimos trinta anos (1970 a 2000) nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Recife e Porto Alegre, a população que vive sozinha nestas cidades cresce a uma taxa anual igual a 5,13%. Acrescido o fato de que o número de domicílios vem crescendo a uma taxa anual igual a 2,94% o que representa uma redução do número de indivíduos por domicílio. Por outro lado, o segmento se compõe por uma multiplicidade de sub-segmentos variando em sexo, idade, renda, condição de aposentadoria ou não, alfabetizados ou analfabetos e da condição de seus domicílios de residência. Além do fato de se distribuírem geograficamente de maneira heterogênea entre as cidades estudadas.

O capítulo 5 seguinte formaliza as inferências que o tratamento e análise dos dados propiciou e o capítulo 6 apresenta as restrições do estudo e as recomendações para pesquisas futuras.

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES

5.1. Introdução

Este estudo, em função de sua própria natureza e estrutura, disponibiliza resultados de caráter não conclusivo, mas sim inferências. A fim de facilitar a compreensão das inferências resultantes da análise dos resultados, elas são apresentadas neste capítulo trazendo em primeiro lugar aquelas específicas a cada cidade em termos gerais, já que o detalhamento de sua segmentação foi apresentado no capítulo 4. Em segundo momento, aquelas gerais às cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Recife e Porto Alegre.

5.2. Inferências específicas – cada cidade

As inferências aqui apresentadas trazem como informação as taxas de crescimento e os principais sub-segmentos de pessoas identificados em cada cidade. O detalhamento e desdobramento destes sub-segmentos compõem as análises dos resultados já registrados no capítulo 4.

5.2.1. São Paulo

Na cidade de São Paulo os indivíduos que vivem sozinhos e são aposentados são predominantemente do sexo feminino durante todo o período compreendido entre 1970 e 2000. Este grupo tem principalmente 60 anos ou mais, são alfabetizadas, com rendimento entre as faixas de renda existentes entre $\frac{1}{4}$ e 10 salários mínimos.

A taxa de crescimento anual de aposentados que moram sós entre 1970 e 1991 era de 11,91% e entre 1991 e 2000 era de 1,82%.

Já os indivíduos que moram sozinhos e não estão aposentados são principalmente do sexo masculino com idade entre 30 e 49 anos, alfabetizados e rendimento entre as faixas de renda compreendidas entre 5 e 20 salários mínimos para todo o período entre 1970 e 2000.

A taxa de crescimento anual de não aposentados entre 1970 e 1991 era de 3,83% e entre 1991 e 2000 de 6,23%.

5.2.2. Rio de Janeiro

As pessoas aposentadas e que moram sozinhas na cidade do Rio de Janeiro são principalmente do sexo feminino, com 60 anos ou mais, alfabetizadas e distribuídas nas faixas de renda desde $\frac{1}{4}$ até superior a 20 salários mínimos em todo o período de 1970 a 2000.

A taxa de crescimento anual dos aposentados entre 1970 e 1991 era igual a 9,42% e 0,94% entre 1991 e 2000.

Verifica-se a dominância entre 1970 e 1991 de indivíduos não aposentados do sexo masculino. Entre 1991 e 2000 há a presença equilibrada dos dois sexos. A população feminina tem idade superior a 50 anos, são alfabetizadas e com renda em duas faixas. Uma primeira até 2 salários mínimos e a segunda superior a 20 salários mínimos. A população masculina compõe-se por indivíduos com idade entre 30 e 49 anos, alfabetizados e participando em três faixas de renda distintas. A primeira até 2 salários mínimos, a segunda entre 5 e 10 salários mínimos e a terceira entre 10 e 15 salários mínimos.

A taxa de crescimento anual das pessoas não aposentadas entre 1970 e 1991 era igual a 1,66% e entre 1991 e 2000 a 6,68%.

5.2.3. Salvador

Na cidade de Salvador a população aposentada se compõe majoritariamente por homens em 1970 e altera-se para mulheres a partir de 1980 até 2000. Em 1980 48,19% delas eram analfabetas com 60 anos ou mais e renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo. A partir de 1991 tem a

mesma faixa etária, mas são alfabetizadas. Em 2000 apresentam 60 anos ou mais, alfabetizadas e renda em duas faixas. Um entre 3 e 5 salários mínimos e a outra superior a 20 salários mínimos.

A taxa de crescimento de aposentados era igual a 12,83% entre 1970 e 1991 e igual a 4,86% entre 1991 e 2000.

Já a população que vive só e não é aposentada entre 1970 e 2000 apresenta predomínio de homens distribuídos em diversas faixas etárias e de renda.

A taxa anual de pessoas não aposentadas entre 1970 e 1991 era igual a 4,85% e entre 1991 e 2000 a 7,34%.

5.2.4. Belo Horizonte

A cidade de Belo Horizonte caracteriza-se pela predominância de mulheres aposentadas entre 1970 e 2000. Essas têm idade de 60 anos ou mais, são alfabetizadas e com rendas distintas. Concentram-se nas faixas de renda até 2 salários mínimos e entre 15 e 20 salários mínimos.

A taxa de crescimento anual de aposentados era de 12,08% entre 1970 e 1991 e de 3,47% entre 1991 e 2000.

Os indivíduos não aposentados concentram-se no sexo masculino em todo o período compreendido entre 1970 e 2000. Principalmente com idade entre 30 e 39 anos, alfabetizados e renda até 2 salários mínimos, ou entre 5 e 10 salários mínimos ou ainda superior a 20 salários mínimos.

A taxa de crescimento anual e pessoas não aposentadas entre 1970 e 1991 era igual a 3,50% e entre 1991 e 2000 igual a 8,41%.

5.2.5. Fortaleza

As pessoas que moram sozinhas na cidade de Fortaleza entre 1970 e 1980 concentram-se na população masculina com 60 anos ou mais. A partir de 1991 e até 2000 esta composição se altera passando para o predomínio da população feminina com 60 anos ou mais, alfabetizadas, e distribuídas em faixas de renda até 3 salários mínimos e entre 5 e 10 salários mínimos.

A taxa de crescimento anual de aposentados era igual a 14,58% entre 1970 e 1991 e 3,54% entre 1991 e 2000.

Já as pessoas não aposentadas entre 1970 e 2000 são do sexo masculino, com idade entre 30 e 39 anos, alfabetizados e renda até 2 salários mínimos ou entre 5 e 10 salários mínimos.

A taxa de crescimento anual de indivíduos não aposentados entre 1970 e 1991 era igual a 4,27% e entre 1991 e 2000 igual a 8,94%.

5.2.6. Curitiba

Os indivíduos que vivem sozinhos na cidade de Curitiba caracterizam-se pela predominância feminina entre 1970 e 2000 com 60 anos ou mais, alfabetizadas e renda até 5 salários mínimos ou superior a 20 salários mínimos.

A taxa de crescimento anual de aposentados era igual a 14,63% entre 1970 e 1991 e 3,67% entre 1991 e 2000.

Verifica-se entre os indivíduos que vivem sozinhos e não são aposentados a predominância de mulheres alfabetizadas em 1970, 1980 e 2000. Já em 1991 era masculina. Distribui-se em 2000 entre as faixas etárias compreendidas entre 20 até 59 anos e com rendimento entre as faixas de renda desde 5 salários mínimos até superior a 20 salários mínimos.

A taxa de crescimento anual de pessoas não aposentadas entre 1970 e 1991 era de 6,92% e entre 1991 e 2000 de 9,62%.

5.2.7. Recife

Na cidade de Recife a população aposentada concentra-se entre 1970 e 2000 nos indivíduos do sexo feminino, com 60 anos ou mais, alfabetizados e renda nas faixas até 2 salários mínimos e entre 5 e 10 salários mínimos.

A taxa de crescimento anual de aposentados entre 1970 e 1991 era igual a 10,53% e entre 1991 e 2000 igual a 2,83%.

Verifica-se a predominância de mulheres não aposentadas entre 1970 e 1980 e de homens não aposentados entre 1991 e 2000. Entre 1991 e 2000 essa população masculina tem principalmente idade entre 30 e 39 anos, são alfabetizados e com renda até 2 salários mínimos ou superior a 20 salários mínimos.

A taxa de crescimento anual de pessoas não aposentadas entre 1970 e 1991 era igual a 1,39% e entre 1991 e 2000 a 6,50%.

5.2.8. Porto Alegre

Os indivíduos que vivem sozinhos e são aposentados na cidade de Porto Alegre caracterizam-se pela predominância do sexo feminino entre 1970 e 2000, fundamentalmente com mais de 50 anos, alfabetizadas e renda nas faixas até 2 salários mínimos ou entre 5 e 10 salários mínimos.

A taxa de crescimento anual de aposentados entre 1970 e 1991 era de 11,98% e entre 1991 e 2000 de 2,19%.

Verifica-se a predominância de mulheres em 1970, 1980 e 2000, já em 1991 de homens entre os indivíduos que moram sozinhos e não são aposentados. Distribuem-se em diversas faixas etárias e de renda.

A taxa de crescimento anual de indivíduos não aposentados era igual a 5,45% entre 1970 e 1991 e de 6,88% entre 1991 e 2000.

5.3. Inferências gerais

As inferências apresentadas neste item focam o caráter geral das análises dos resultados por variável e pela totalidade da população. Ou seja, as grandes linhas identificadas quando se avaliam os dados relativos às oito cidades de forma agrupada.

A análise da variável que descreve a condição de aposentadoria ou não aposentadoria dos indivíduos indica uma participação crescente de aposentados durante o período entre 1970 e 1991 até uma taxa média de 39,33% em 1991. A partir de então decresce até a taxa média de 29,74% em 2000. Em 2000 as cidades de Salvador e Fortaleza exibem as maiores participações de não aposentados na composição da população que vive sozinha, iguais a 79,13% e 77,75% respectivamente.

Ao avaliar a variável sexo em 2000 identifica-se a predominância feminina superior a 55% do total dos indivíduos que moram sós. Com exceção das cidades de Salvador e Fortaleza. Em Fortaleza, em 2000, há a participação praticamente igual de homens e de mulheres. Na cidade de Salvador o sexo masculino predomina não só em 2000, mas em todo o período compreendido entre 1970 e 2000.

A variável que caracteriza a população segundo sua faixa etária indica que a faixa etária entre 20 e 29 anos apresenta comportamento declinante, chegando a 12,61% do total do segmento composto por pessoas que moram sozinhas em 2000, contra 18,07% em 1970. Já a faixa etária com 60 anos ou mais mostra comportamento crescente entre 1970 e 2000 correspondendo a mais de 1/3 do segmento em 2000 (36,73%). As faixas etárias compreendidas entre 30 e 59 anos representam metade do segmento em 2000, com 49,68%.

A descrição do segmento das pessoas que vivem sozinhas em função de serem ou não alfabetizadas aponta para a participação ainda em 2000 de analfabetos a uma taxa média para as oito cidades de 7,72% do total do segmento. As cidades de Salvador, Fortaleza e Recife têm os maiores percentuais em 2000, sendo de respectivamente 11,20%, 17,66% e 17,64%. Porém, as cidades de Curitiba e Porto Alegre ostentam para o mesmo período as menores taxas de participação de analfabetos, que corresponde a 5,28% e a 4,02%.

A distribuição de renda no segmento acontece com participação decrescente entre 1970 e 2000 das faixas de renda entre $\frac{1}{4}$ e 10 salários mínimos. Contudo, as faixas de renda superiores (de 10 até 15, 15 até 20 e de mais de 20 salários mínimos) apontam participação crescente para o mesmo intervalo de tempo.

Em 2000 as cidades de Salvador, Fortaleza e Recife apresentam as maiores participações de pessoas sem renda no total do segmento (respectivamente 11,59%, 10,35% e 10,58%). Já as cidades de Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre mostram as menores participações desta categoria na composição da população de indivíduos que vivem sozinhos (respectivamente 4,80%, 5,27% e 3,89%).

Por fim, quando em 2000 se avalia a condição dos domicílios habitados por este segmento verifica-se que, em sua maioria, são imóveis próprios (média geral para as oito cidades de 66,95%) ou alugados (24,99%).

Enquanto a população total cresce a um taxa anual igual a 1,85% nos últimos trinta anos (1970 a 2000) nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Recife e Porto Alegre, a população que vive sozinha nestas cidades expande-se a uma taxa anual igual a 5,13%. Acrescido o fato de que o número de domicílios vem crescendo a uma taxa anual igual a 2,94% o que representa uma redução do número de indivíduos por domicílio. A divergência entre o crescimento da população e do número de habitações verificada, associada às taxas de crescimento dos indivíduos que vivem sozinhos, indica que as diferenças tendem a se tornar cada vez mais pronunciadas nos próximos anos.

Por outro lado o segmento dos indivíduos que vivem sozinhos se compõe por uma multiplicidade de sub-segmentos variando em sexo, idade, renda, condição de aposentadoria ou não, alfabetizados ou analfabetos e da condição de seus domicílios de residência. Além do fato de se distribuírem geograficamente de maneira heterogênea entre as cidades estudadas. Este panorama sugere ser crucial considerar o aumento da população que vive sozinha quando falamos das questões ligadas ao consumo, à produção de bens, à organização do espaço urbano e ao meio-ambiente (em termos ecológicos). O que se acredita causará uma profunda mudança nos processos produtivos, nos hábitos de consumo e no tratamento dos resíduos industriais e residenciais.

As inferências destacadas neste capítulo mais aquelas tratadas no capítulo 4 atendem ao objetivo principal do estudo de descrever e classificar o comportamento de crescimento da população que vive sozinha e suas características socioeconômicas, bem como aos objetivos específicos de:

- Apresentar a taxa de crescimento da população que vive sozinha através das décadas e para cada cidade estudada.
- Classificar e descrever cada sub-segmento que compõe o segmento dos indivíduos que vivem sozinhos.
- Informar a taxa de evolução dos perfis indicados para cada sub-segmento.

CAPÍTULO 6 – LIMITAÇÕES DO ESTUDO E RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

6.1. Limitações do estudo

O estudo foi desenvolvido com base em dados censitários originais dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 do IBGE. Isto decorre da escassez de trabalhos sobre a população de indivíduos que vivem sozinhos. Por este motivo, há limitações em virtude da própria constituição e estrutura. Deve-se atentar para as seguintes restrições:

- Apesar de existirem Censos Demográficos anteriores a 1970 é apenas a partir desta data as informações que estão registradas em forma de banco de dados informatizados.
- Os critérios e procedimentos empregados nos recenseamentos variam entre os Censos. Têm sua origem na própria evolução da sociedade que se modifica ao longo do tempo e em função da falta de padronização por parte do IBGE. Isso resulta em impossibilidade de comparação entre todas as variáveis. Dessa maneira tem-se um número menor de variáveis para análise. Esse estudo se desenvolveu a partir de um novo banco de dados, produto de ajustes e de processo de padronização. Emprega apenas as variáveis que se mostraram comparáveis ao longo dos quatro Censos.
- O estudo restringe-se a análise de oito capitais de Estado.
- A variável relativa às atividades desempenhadas pelos indivíduos (ocupação) não proporcionou padronização já que as profissões mudaram de caráter ao longo do tempo.
- A variável que informa o número de filhos não pôde ser analisada por obedecer a conceitos distintos entre os Censos. Esta é uma pergunta apenas feita para as mulheres e para avaliar questões relacionadas à fertilidade e natalidade. Descarta a avaliação dos tipos de estrutura familiar, pois exclui os homens. Ou seja, não é possível verificar este aspecto para a população masculina que vive sozinha.

- Trata-se a composição da população em relação ao sexo apenas e não relativamente à opção sexual, que poderia refletir estruturas familiares e domiciliares distintas. Não avaliar esse fator pode distorcer e mascarar informações.
- A variável que trata do nível de escolaridade não propicia a sua padronização em virtude da sua própria organização. Perde-se também estes dados.

6.2. Recomendações para pesquisas futuras

Este estudo descreveu e classificou o comportamento de crescimento da população que vive sozinha e suas características socioeconômicas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Recife e Porto Alegre. Ainda forneceu as seguintes informações:

- Taxa de crescimento da população que vive sozinha através das décadas e para cada cidade estudada.
- Classificação e descrição cada sub-segmento que compõe o segmento dos indivíduos que vivem sozinhos.
- Taxa de evolução dos perfis indicados para cada sub-segmento.

Contudo, o trabalho gerou outras indagações, decorrentes das teorias abordadas, da metodologia de pesquisa empregada e dos resultados encontrados, que podem servir de recomendações para pesquisas ou estudos futuros. Tarefas que são registradas aqui como indicação para outros trabalhos e, conseqüentemente, complemento a este estudo. Desta maneira sugere-se investigar:

- O comportamento do segmento das pessoas que vivem sozinhas para outras capitais.
- O comportamento deste segmento para outros centros urbanos com tamanhos de população distintos.

- O comportamento do segmento para o meio rural.
- Análises anteriores a 1970.
- Os motivos que podem explicar a existência de sub-segmentos específicos de indivíduos que vivem sozinhos em determinadas cidades e em outras não.
- A composição do segmento em função da opção sexual (comportamento e hábitos de consumo decorrentes dela).
- Os motivos para a maior participação de mulheres em 2000 e a exceção que se verifica nas cidades de Salvador e Fortaleza. Levantar a situação hoje para avaliar a evolução da curva de crescimento.
- Pesquisa empregando entrevistas em profundidade com amostras significativas estatisticamente para investigação das características desta população em relação a seus valores, percepções e estilo de vida.
- Estruturar um modelo que possibilite a projeção do fenômeno.

Estas são apenas algumas das possibilidades de estudos que este tema desperta. A interpretação e a análise dos dados e os resultados registrados neste documento pode ainda produzir outras tantas perguntas, suposições e possibilidades de pesquisas e trabalhos. Apesar deste estudo procurar estabelecer algumas bases estatísticas sobre o fenômeno abre caminhos para muitas outros que certamente virão e possibilitarão ampliar a compreensão das especificidades do segmento composto por indivíduos que vivem sozinhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alone in América. The Futurist*, vol. 29. USA. Outubro, 1995. Disponível em <www.wfs.org/>. Acesso em 21/02/2005.
- ALTHAUS, F. *Young adults choose alternatives to marriage, remain single longer*. Family Planning Perspectives, vol. 23, no. 1, p. 45 – 46. USA. Janeiro, 1991. Disponível em <<http://trial.ep.net.com>>. Acesso em 21/02/2005.
- ASEFF, Marlova. Empresas estão de olho nos solteiros. *Jornal AN*. Joinville. 2000. Disponível em <www.an.com.br>. Acesso em 09/04/2003.
- BACOCINA, Denize. *Singles são novo alvo da indústria*. *Jornal da Tarde*. São Paulo. 1997. Disponível em <www.jt.estadao.com.br>. Acesso em 09/04/2003.
- BARBOSA, Mariana. **Tudo o que você queria saber sobre seu cliente**. 2001. Disponível em <<http://proquest.umi.com>> Acesso em 02/05/2003.
- BER, Alessandra. Solteiros e cobiçados. Pelo mercado. *Jornal da Tarde*. 2002. Disponível em <www.jt.estadao.com.br>. Acesso em 09/04/2003.
- BLACKWELL, Roger D., MINIARD, Paul W., ENGEL, James F. *Consumer behavior*. 9th ed. USA. South-Western – Thomson Learning. 2001.
- BRITT, Stewart Henderson. *Consumer behavior and the behavioral sciences. Theories and applications*. USA. John & Sons. 1966.
- BOONE, Louis E., KURTZ, David L. *Marketing Contemporâneo*. 8ª. ed. Rio de Janeiro. Brasil. LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 1998.
- BOONE, Louis E. Disponível em <www.al.com/news/mobileregister/featobit.ssf?/base/news/1105525071224580.xml>. Acesso em 08/03/2005.
- BORGES, Robinson. O impacto do homem só. *Jornal Valor Econômico*. Caderno Eu & Fim de Semana, p. 10 – 12. Junho, 2003.
- CAMPOS, Heloisa Camargo Moura, NANTES, José Flávio Diniz. **Embalagens convenientes: uma estratégia na diferenciação de produtos**. Departamento de Engenharia de Produção, UFSCar, São Carlos. Disponível em <<http://proquest.umi.com>>. Acesso em 02/05/2003.
- CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - VIII Recenseamento Geral 1970** . Série Nacional, Volume I, Rio de Janeiro. IBGE, 1973. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1970 - Amostra: Regiões Centro-Oeste e Sul, Rio de Janeiro. IBGE, 1973. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1970 - Amostra: Região Sudeste, Rio de Janeiro. IBGE, 2003. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1970 - Amostra: Regiões Norte e Nordeste, Rio de Janeiro. IBGE, 1973. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1970 - Amostra: São Paulo, Rio de Janeiro. IBGE, 1973. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - IX Recenseamento Geral 1980. Dados Gerais, Migração, Instrução, Fecundidade, Mortalidade, Rio de Janeiro. IBGE, 1983. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - IX Recenseamento Geral 1980. Dados Gerais, Famílias e Domicílios. Rio de Janeiro. IBGE, 1983. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1980 - Amostra, cd-rom no. 7 . IBGE, 1983. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1980 - Amostra: Rio de Janeiro (partes 1 e 2). IBGE, 1983. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1980 - Amostra: Minas Gerais (parte 1). IBGE, 1983. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1980 - Amostra: Minas Gerais (parte 2). IBGE, 1983. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1980 - Amostra: São Paulo (partes 1 e 2, a e b). IBGE, 1983. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1980 - Amostra: São Paulo (parte 3). IBGE, 1983. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1980 - Amostra: São Paulo (parte 4). IBGE, 1983. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1980 - Amostra: RS e GO. IBGE, 1983. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1980 - Amostra: PE, SE, ES, MS e MT. IBGE, 1983. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1980 – Amostra: CE, RN, PB e AL. IBGE, 1983. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1980 – Amostra: RO, AC, AM, RR, PA, AP, FN, MA e PI. IBGE, 1983. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1980 – Amostra: Região Nordeste 4 - Bahia. IBGE, 2003. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Censo Demográfico 1991 – Famílias e Domicílios – Resultados da amostra, no. 01. Rio de Janeiro. IBGE, 1996. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Censo Demográfico 1991 – Migração – Resultados da amostra, no. 01. Rio de Janeiro. IBGE, 1996. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1991 – Amostra: Região Sudeste 3 - São Paulo (parte 1 - Região Metropolitana). IBGE, 2003. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1991 – Amostra: Região Sudeste 4 - São Paulo (parte 2 - Região Metropolitana). IBGE, 2003. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1991 – Amostra: São Paulo (excluindo-se a Região Metropolitana). IBGE, 1996. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1991 – Amostra: São Paulo (meso-região de 9 à 13 e micro-região de 55 à 56 e 61 à 63). IBGE, 1996. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1991 – Amostra: Rio de Janeiro. IBGE, 1996. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1991 – Amostra: RN, PB, PE e AL. IBGE, 1996. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1991 – Amostra: MA, PI e CE. IBGE, 1996. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1991 – Amostra: MG e ES. IBGE, 1996. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1991 – Amostra: RS. IBGE, 1996. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1991 – Amostra: SE e BA. IBGE, 1996. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1991 – Amostra: PR e SC. IBGE, 1996. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1991 – Amostra: Região Nordeste 1 – MA, PI, CE, RN e PB. IBGE, 2003. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1991 – Amostra: Região Nordeste 3 – BA. IBGE, 2003. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 1991 – Amostra: Pernambuco, Alagoas, Sergipe. IBGE, 2003. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Censo Demográfico 2000 - Características da População e dos Domicílios – Resultados do Universo. Rio de Janeiro. IBGE, 2001. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Censo Demográfico 2000 - Trabalho e Rendimento – Resultados da Amostra. Rio de Janeiro. IBGE, 2003. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Censo Demográfico 2000 - Migração e Deslocamento – Resultados da Amostra. Rio de Janeiro. IBGE, 2003. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Censo Demográfico 2000 - Famílias e Domicílios – Resultados da Amostra. Rio de Janeiro. IBGE, 2003. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 2000 – Amostra: Rio de Janeiro. IBGE, 2003. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 2000 – Amostra: Volume 3 – PB, PE. IBGE, 2003. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 2000 – Amostra: Volume IV – AL, CE, SE. IBGE, 2003. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 2000 – Amostra: Volume V – Bahia. IBGE, 2003. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 2000 – Amostra: Volume 9 – Minas Gerais (parte 2). IBGE, 2003. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 2000 – Amostra: Volume 10 – São Paulo 1/3 – São Paulo (capital), Guarulhos, Campinas. IBGE, 2003. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 2000 – Amostra: Volume XIII – Paraná. IBGE, 2003. CD-ROM.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL - Microdados 2000 – Amostra: Volume XV – Rio Grande do Sul. IBGE, 2003. CD-ROM.

CURRY, David J. *The new marketing research systems. How to use strategic database information for better marketing decisions*. New York. USA. John Wiley & Sons . 1993.

CZINKOTA, Michael R., KOTABE, Masaaki, MERCER, David. *Marketing management: text and cases*. Oxford. UK. Blackwell Publishers . 1972.

CZINKOTA, Michael. Disponível em < cpd.georgetown.edu/Faculty/Czinkota >. Acesso em 08/03/2005.

DARKO, Kendra L. *A home of their own. American Demographics*. Ithaca, 1999. Disponível em < <http://proquest.umi.com> >. Acesso em 02/05/2003.

De volta ao cliente – mudanças e avanços. **Supermercado Moderno**. Brasil. Janeiro, 2002. Disponível em <www.supermercadomoderno.com.br>. Acesso em 09/04/2003. 0

Embalagens pequenas. Centro de Informações AlmapBBDO. 2000. Disponível em <www.google.com>. Acesso em 09/04/2003.

ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX. Rio de Janeiro. IBGE, 2003. CD-ROM.

FERREIRA, Vivaldo. *Single: o grande mercado do consumo individual*. 2002. Disponível em < www.google.com >. Acesso em 09/04/2003.

FINOTTI, Marcelo Abib. **Estilos de vida: uma contribuição ao estudo da segmentação de mercado**. São Paulo. Brasil. Março, 2004. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

FUSCO, Camila. **Desperdício: palavra proibida no vocabulário do brasileiro**. São Paulo. 2002. Disponível em < www.ig.com.br >. Acesso em 09/04/2003.

GALVÃO, Fernanda. **A arte de morar sozinho. Isto é Dinheiro**, p. 74. Brasil. Junho, 2003.

GREEN, Paul E., TULL, Donald S. *Research for marketing decisions*. USA. Prentice-Hall. 1970.

- GRISI, Celso Cláudio de Hidebrand e. **Contribuições ao estudo das técnicas de segmentação de mercado** – uma análise de dados sobre apostadores da Loteria Federal. São Paulo. Brasil. 1986. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
- HAIR, Joseph F. Jr., ANDERSON, Rolph E., TATHAM, Ronald L., BLACK, Willian C. **Multivariate data analysis**. 5th ed. New Jersey. USA. Prentice-Hall. 1998.
- _____. **Análise multivariada de dados**. Tradução Adonai Schlup Sant`Ana; Anselmo Chaves Neto (Org). 5ª. ed. Porto Alegre. Brasil. Bookman. 2005.
- HALEY, Russell I. **Developing effective communications strategy. A benefit segmentation approach**. USA. Ronald Press Publication. John & Sons . 1985.
- HALL, Ray, OGDEN, Philip E. **The rise of living alone in Inner London: trends among the population of working age**. **Environment and Planning A**, vol. 35, no. 5, p. 871 – 888. London. UK. Maio, 2003. Disponível em < <http://trial.ep.net.com>>. Acesso em 21/02/2005.
- HASSON, Larry. **Monitoring social change**. **Journal of the Market Research Society**, no. 37, p. 69 – 80. UK. 1995. Disponível em < <http://trial.ep.net.com>>. Acesso em 21/02/2005.
- HOUAISS, Antonio, VILLAR, Mauro de Salles, FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro. Brasil. Objetiva. 2001.
- HUNT, Shelby D. **Marketing theory – the philosophy of marketing science**. Illinois. USA. Richard Irwin. 1983.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em < www.ipea.gov.br >. Acesso em 23/02/2005.
- JANCSURAK, Joe. **Small could be big**. Appliance Manufacturer. Chicago. USA. 1999. Disponível em < <http://proquest.umi.com> >. Acesso em 02/05/2003.
- KOTABE, Masaaki. Disponível em < www.sbm.temple.edu/~mkotabe/ >. Acesso em 08/03/2005.
- KOTLER, Philip. **Administração de marketing – análise, planejamento, implementação e controle**. 4ª. ed. Tradução Ailton Bomfim Brandão. São Paulo. Brasil. Atlas. 1995.
- KOTLER, Philip, ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 7ª. ed. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro. Brasil. LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora. 1999.
- LAMBIN, Jean-Jacques. **Lê marketing strategique – fondements, méthodes et applications**. 2e. ed. Paris. France. McGraw-Hill. 1989.

_____. **Marketing estratégico**. 4ª. ed. Tradução Domingos Silva. Portugal. McGraw - Hill. 2000.

_____. Disponível em < www.mark.ucl.ac.be/membres/lambin.htm >. Acesso em 08/03/2005.

LIU, Jianguo, DAILY, Gretchen C., EHRLICH, Paul R., LUCK, Gary W. *Effects of household dynamics on resource consumption and biodiversity*. **Nature**, no. 421, p. 530 – 533. USA. Janeiro, 2003. Disponível em: < www.nature.com >. Acesso em 09/04/2003.

MADEIRA, Adriana Beatriz, GARCIA, Alex, FERRAZ, Cleber P., SILVA, Danilo N. L., VIANNA, Paulo Roberto B.. **Influência das embalagens dos produtos no hábito de compra do público *single* no distrito de Moema, na cidade de São Paulo**. Monografia, MBA – Varejo. FIA/FEA – Universidade de São Paulo. São Paulo. Brasil. 2003.

MANUAL DO RECENSEADOR - Censo Demográfico 2000- Rio de Janeiro. IGBE, 2000. CD-ROM.

MARIZ, Juliana, BOCCIA, Sandra. O Rei da Cocada. Estampa. **Valor Econômico**. Fevereiro, 2003.

MATHIAS, João, RAVAIANI, Bruno. As tendências no *mix* dos supermercados. Panorama Setorial. Gazeta Mercantil. **Supermercado Moderno**. Abril, 2001.

MANDL, Carolina. Jovem e solteiro é o perfil do novo comprador de imóveis em São Paulo. **Jornal Valor Econômico**. Caderno Empresas, p. B2. São Paulo. Brasil. Agosto, 2003.

MECER, David. Disponível em < www.uow.edu.au/arts/staff/dmercercer >. Acesso em 08/03/2005.

More americans live alone. **The Futurist**, vol. 37, no. 4.. Agosto, 2003. Disponivel em <www.wfs.org/>. Acesso em 21/02/2005.

MOHERDAUI, Bel, OYAMA, Thais, SCHELP, Diogo. 2001. Disponível em < www.veja.com.br >. Acesso em 09/04/2003.

NIGRO, Soraia. Sozinho. **Supermercado Moderno**. São Paulo. 2001. Disponível em < www.google.com >. Acesso em 11/03/2003.

NOVAES, Tereza. Lojas se adaptam a consumidor *single*. **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo. 2002. Disponível em < www.google.com >. Acesso em 09/04/2003.

OGDEN, Philip, HALL, Ray. *Households, reurbanisation and the rise of living alone in the principal French cities, 1975 – 90*. **Urban Studies**, vol. 37, no. 2, p. 367 – 390. 2000. Disponível em < <http://trial.ep.net.com> >. Acesso em 21/02/2005.

PACHECO, Paula. A lucrativa diversidade. **Carta Capital**. Disponível em < www.cartacapital.com.br >. Acesso em 09/04/2003.

PIETZSCHKE, Fritz, WIMMER, Franz. *The new Michaelis – illustrated dictionary*. Volume I – *English – Portuguese*. 39ª. ed. São Paulo. Brasil. Melhoramentos. 1985.

PINTER, Silvia. “Avulsos” são um grande filão para setor automotivo. **Jornal AN**. Joinville. Brasil. 2000. Disponível em < www.an.com.br >. Acesso em 09/04/2003.

Produtos fáceis para os singles: solteiros e separados. **Supermercado Moderno**. 1999. Disponível em < www.google.com >. Acesso 09/04/2003.

Resultados: perfil do consumidor do futuro. Pesquisa Delphi. Disponível em < www.google.com >. Acesso em 09/04/2003.

Rise of singles. The Futurist. Washington, USA. 2000. Disponível em < <http://proquest.umi.com> >. Acesso em 02/05/2003.

SIQUEIRA, Antonio Carlos Barroso de. **Contribuições ao estudo de segmentação de mercado industrial: caso da indústria brasileira de elevadores**. São Paulo. Brasil. 1997. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SMITH, Wendell R. *Product differentiation and market segmentation as alternative marketing strategies*. **Journal of Marketing**, vol. 21, p. 3/ 8, USA. July, 1956.

Solteiros alimentam futuro de quem produz comida. Joinville, Brasil. 2000. Disponível em < www.google.com >. Acesso em 09/04/2003.

Supermercadistas atestam: *singles* representam um mercado e tanto. **Supermercado Moderno**. São Paulo, Brasil. 1997. Disponível em < www.supermercadomoderno.com.br >. Acesso em 09/04/2003.

THORNTON, Arland, YOUNG – DeMARCO, Linda. *Four decades of trends in attitudes toward family issues in the United States: the 1960s through the 1990s*. **Journal of Marriage and the Family**, vol. 63, no. 4. USA. Novembro, 2001. Disponível em < <http://trial.ep.net.com> >. Acesso em 21/02/2005.

TOLEDO, Geraldo Luciano. **Segmentação de mercado e estratégia de marketing**. 1972. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

TEIXEIRA, Benedito. De bandeja. Solteiro solto no supermercado. **Jornal O Povo**. Fortaleza, Brasil. 2001. Disponível em <www.noolhar.com/opovo/almanaque>. Acesso em 09/04/2003.

The Bridget Jones economy – Singles and the city. **The Economist Newspaper**. London, England. 2001. Disponível em <<http://proquest.umi.com>>. Acesso em 02/05/2003.

TONET, Ricardo Moncorvo. O consumidor do futuro. **Agropecuária Tropical**, no. 128. Cati. 2002. Disponível em <www.google.com>. Acesso em 09/04/2003.

Vôo solo. **Carta Capital**. São Paulo. Abril, 2002.

WEINSTEIN, Art. **Segmentação de mercado**. Tradução Celso A. Rimoli. São Paulo. Brasil. Atlas. 1995.

_____. Disponível em < www.huizenga.nova.edu/about/facultybios/art.cfm >. Acesso em 08/03/2005.

WELLNER, Alison Stein. *The american family in the 21st century.* **American Demographics**, vol. 23, no. 8. USA. Agosto, 2001. Disponível em < <http://trial.ep.net.com> >. Acesso em 21/02/2005.

_____. *The Census report.* **American Demographics**, vol. 24, no. 1. USA. Janeiro, 2002. Disponível em < <http://trial.ep.net.com> >. Acesso em 21/02/2005.

WILKINSON, Helen. *Celebrate the new family.* **New Statesman**, vol. 128, no. 4448. p. 21 – 23. London. UK. Agosto, 1999. Disponível em < <http://trial.ep.net.com> >. Acesso em 21/02/2005.

ZINN, Laura. *Home alone – with \$ 660 billion.* **Business Week**, no. 3224, p. 76. New York. USA. Jul., 1991. Disponível em < <http://proquest.umi.com> >. Acesso em 05/05/2003.

ANEXOS

- ANEXO A – DOCUMENTAÇÃO DO BANCO DE DADOS VARIÁVEIS COMPARADAS**
- ANEXO B – NUMERAÇÃO, ORIGEM E CARACTERÍSTICAS DAS VARIÁVEIS COMPARADAS**
- ANEXO C – COMPARAÇÃO DAS CATEGORIAS DE VARIÁVEIS SIMILARES**
- ANEXO D – INFORMAÇÕES GERAIS – CENSOS DEMOGRÁFICOS**
- ANEXO E – CONCEITOS E DEFINIÇÕES UTILIZADOS NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1970, 1980, 1991 E 2000**
- ANEXO F – PESSOA SÓ – CONCEITOS ENVOLVIDOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA – CENSO DEMOGRÁFICO 2000**
- ANEXO G – VARIÁVEIS INVESTIGADAS**

ANEXO A - DOCUMENTAÇÃO DO BANCO DE DADOS
VARIÁVEIS COMPARADAS - CENSOS DEMOGRÁFICOS

VARI	NOME	TAM	CATEG
VC01	Situação do domicílio	1	2
	1- urbana		
	2 - rural		
VC02.2	Espécie do domicílio	1	3
	1- particular permanente		
	2 - particular improvisado		
	3 - coletivo		
VC03	Total de cômodos	2	
VC04	Total de cômodos servindo de dormitório ou dormitórios¹	2	
VC05	Condição do domicílio	1	6
	0 - sem declaração		
	1 - próprio		
	3 - alugado		
	4 - cedido		
	6 - outra		
	9 - ignorado		
VC06	Forma de abastecimento de água	1	5
	1 - rede geral		
	2 - poço ou nascente		
	3 - outra		
	6 - sem declaração		
	9 - ignorado		
VC07	Tipo de escoadouro	1	7
	0 - não tem		
	1 - rede geral		
	2 - fossa séptica		
	3 - fossa rudimentar		
	4 - outro		
	8 - sem declaração		
	9 - ignorado		
VC08	Iluminação elétrica	1	4
	0 - sem declaração		
	1 - sim		
	2 - não		
	9 - ignorado		
VC09	Existência de rádio	1	3
	0 - sem declaração		
	1 - sim		

¹ Em 2000 e 1991 o tamanho da variável foi ampliado de 1 para 2 dígitos, para poder ser comparado aos outros dois censos.

	2 - não		
	9 ignorado		
VC10	Existência de geladeira ou freezer²	1	3
	0 - sem declaração		
	1 - sim		
	2 - não		
	9 ignorado		
VC11.1	Existência de televisão	1	4
	0 - não tem		
	1 - tem		
	8 - sem declaração		
	9 - ignorado		
VC12	Existência de automóvel para uso particular	1	4
	0 - não tem		
	1 - tem		
	8 - sem declaração		
	9 - ignorado		
VC14	Pessoas no domicílio	1	2
	1 - uma pessoa		
	2 - mais de uma pessoa		
VC15	Sexo	1	2
	1 - masculino		
	2 - feminino		
VC16	Relação com a pessoa responsável³ pelo domicílio	2	13
	1 - pessoa responsável ou chefe		
	2 - cônjuge, companheiro(a)		
	3 - filho(a), enteado(a)		
	4 - pai, mãe, sogro(a)		
	7 - outro parente		
	8 - agregado(a)		
	9 - pensionista		
	10 - empregado doméstico		
	11 - parente do empregado doméstico		
	12 - individual em domicílio coletivo		
	13 - membro grupo convivente		
	14 - individual ⁴		
	15 - ignorado		
VC17	Grupos de idade	1	8
	1 - 0 a 14 anos		
	2 - 15 a 19 anos		
	3 - 20 a 29 anos		
	4 - 30 a 39 anos		
	5 - 40 a 49 anos		

² No CD 2000 foi incluído freezer (geladeira ou freezer). Nos demais censos o resultado refere-se somente a geladeira.

³ A expressão "pessoa responsável pelo domicílio" passou a ser utilizada no CD 2000. Nos demais censos o conceito adotado foi "chefe do domicílio". Ambas estão sendo utilizadas como sinônimas, uma vez que seus significados são iguais.

⁴ Essa categoria tem o mesmo significado que a 12 "individual em domicílio coletivo".

	6 - 50 a 59 anos		
	7 - 60 anos ou mais		
	8 - idade ignorada ⁵		
VC18	Religião	1	6
	0 - sem religião		
	1 - católica		
	2 - evangélica/protestante		
	3 - espírita		
	4 - outras		
	9 - sem declaração		
VC19	Tempo de moradia neste município	não incluída	
VC20	Nacionalidade	1	3
	1 - brasileiro nato		
	2 - naturalizado brasileiro		
	3 - estrangeiro		
VC21.1	UF ou continente de nascimento	3	36
	1 - Rondônia		
	2 - Acre		
	3 - Amazonas		
	4 - Roraima		
	5 - Pará		
	6 - Amapá		
	7 - Maranhão		
	8 - Piauí		
	9 - Ceará		
	10 - Rio Grande do Norte		
	11 - Paraíba		
	12 - Pernambuco		
	13 - Alagoas		
	15 - Sergipe		
	16 - Bahia		
	17 - Minas Gerais		
	18 - Espírito Santo		
	19 - Rio de Janeiro		
	21 - São Paulo		
	22 - Paraná		
	23 - Santa Catarina		
	24 - Rio Grande do Sul		
	25 - Mato Grosso		
	26 - Goiás		
	27 - Distrito Federal		
	29 - Brasil sem especificação		
	40 - América		

⁵ No CD de 1970, as crianças com menos de um mês de idade foram incluídas no grupo "idade ignorada", devido ao fato de terem recebido o mesmo código (zero) que as pessoas com idade ignorada. Quando cruzada com a variável 026 "tipo de idade", o resultado apontou a existência de 30.171 crianças com menos de um mês de idade.

	50 - Europa		
	60 - África		
	70 - Ásia		
	80 - Oceania		
	99 - País estrangeiro sem especificação		
	101 - Tocantins		
	102 - Fernando de Noronha		
	103 - Guanabara		
	104 - Mato Grosso do Sul		
VC22	Tempo de moradia na UF	3	10
	0 - menos de 1 ano		
	1 - 1 ano		
	2 - 2 anos		
	3 - 3 anos		
	4 - 4 anos		
	5 - 5 anos		
	6 - 6 anos e mais		
	997 - nasceu		
	998 - frente de seca		
	999 - sem declaração		
VC23	Situação da residência anterior	não incluída	
VC24	Sabe ler e escrever	1	3
	1 - sim		
	2 - não		
	9 - sem declaração		
VC25	Frequenta escola⁶	1	3
	1 - sim		
	2 - não		
	9 - sem declaração		
VC26	Última série concluída com aprovação	não incluída	
VC27	Grau da última série concluída	não incluída	
VC28	Estado conjugal	não incluída	
VC29	Condição de atividade	ver VC33⁷	
VC30	Providência para conseguir trabalho	não incluída	
VC31	Ocupação	não incluída	
VC32	Setor ou classe de atividade	2	10
	1 - Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca		
	2 - Indústria de transformação		
	3 - Indústria da construção		
	4 - Outras atividades industriais		
	5 - Comércio de mercadorias e prestação de serviços		
	6 - Transporte, armazenagem e comunicação		
	7 - Atividades imobiliárias e intermediação financeira		

⁶ No CD 2000 a pergunta inclui a "ou creche" e as informações sobre escolaridade não tiveram qualquer restrição etária. Nos demais censos a pergunta era feita somente para as pessoas de 5 anos e mais.

⁷ Esse resultado (condição de atividade) pode ser obtido por a partir da variável vc33 - Posição na ocupação/ estabelecimento. Somente as "pessoas ocupadas" responderam sobre "posição na ocupação". Atenção: em 70 e 80 aparece a categoria "sem declaração" para essa variável.

	8 - Administração pública, defesa e seguridade social		
	9 - Educação, saúde e serviços sociais		
	10 - Outras atividades		
VC33	Posição na ocupação/estabelecimento	1	6
	1 - empregado		
	5 - empregador		
	6 - conta própria		
	7 - parceiro/meeiro sem espec. da posição		
	8 - sem remuneração		
	9 - sem declaração		
VC34	Horas trabalhadas por semana no trabalho principal	1	5
	1 - menos de 15 horas		
	2 - de 15 a 39		
	4 - 40 horas e mais		
	8 - sem declaração		
	9 - procurando trabalho		
VC35	Rendimento em valor⁸		
VC36	Rendimento em faixas de salário mínimo	2	11
	1 - até ¼ de salário mínimo		
	2 - mais de ¼ a ½ salário mínimo		
	3 - mais de ½ a 1 salário mínimo		
	4 - mais de 1 a 2 salários mínimos		
	5 - mais de 2 a 3 salários mínimos		
	6 - mais de 3 a 5 salários mínimos		
	7 - mais de 5 a 10 salários mínimos		
	8 - mais de 10 a 15 salários mínimos		
	9 - mais de 15 a 20 salários mínimos		
	10 - mais de 20 salários mínimos		
	11 - sem rendimento		
VC38.1	Total de filhos vivos	1	8
	0 - nenhum		
	1 - filho		
	2 - 2 filhos		
	3 - 3 filhos		
	4 - 4 filhos		
	5 - 5 filhos		
	6 - 6 ou mais filhos		
	9 - ignorado		
VC40	Condição de atividade: aposentados	1	2
	1 - aposentado		
	2 - outra condição		
VC41	Município	1	8
	1 - Fortaleza		
	2 - Recife		
	3 - Salvador		
	4 - Belo Horizonte		
	5 - Rio de Janeiro ⁹		

⁸ Não utilizada.

	6 - São Paulo		
	7 - Curitiba		
	8 - Porto Alegre		

Observações

1. a variável VC13 - População residente foi excluída por ser desnecessária. O valor total da variável "sexo" (VC15) é igual a população residente;
2. as variáveis VC37 - Total de filhos nascidos vivos e a VC39 - Total de filhos nascidos mortos foram excluídas por não serem de interesse para o presente estudo.

⁹ Em 1970 foi utilizada a variável "microrregião" por ser esta a única capaz de reunir as Regiões Administrativas que compunham a então "cidade-estado" da Guanabara.

**ANEXO B - NUMERAÇÃO, ORIGEM E CARACTERÍSTICAS
DAS VARIÁVEIS COMPARADAS**

Nº da variável	tamanho	Nome da variável	Procedimento e variável de origem			
			2000	1991	1980	1970 ¹
vc01	1	Situação do domicílio	1006	1061	158	004
			igual	recode ²	recode	recode
vc02.1	1	Espécie do domicílio	201	201	201	007 e 008 ³
			igual	igual	recode	vários
vc03	2	Total de cômodos	203	211	212	020
			igual	igual	igual	igual
vc04	2	Total de cômodos servindo como dormitórios	204	212	213	021
			igual	igual	igual	igual
vc05	1	Condição de ocupação do domicílio	205	208	209	009
			recode	recode	recode	recode
vc06	1	Forma de abastecimento de água	207	205	206	012
			igual	recode	recode	recode
vc07	1	Tipo de esquadro	211	206	207	013
			recode	recode	recode	recode
vc08	1	Iluminação elétrica	213	221	217	014
			igual	recode	recode	igual
vc09	1	Existência de rádio	214	220	218	016
			igual	recode	recode	igual
vc10	1	Existência de geladeira	215	222	219	017
			igual	recode	recode	igual
vc11.1	1	Existência de televisão	221	223 e 224	220	018
			recode	compute	recode	recode

¹ O banco de dados do Censo Demográfico de 1970 inclui filtro que utilizou somente as categorias "0" (morador presente) e "1" (morador ausente) da v024 "condição de presença". Esse procedimento ajustou os resultados ao conceito de população residente, adotado nos demais censos.

² Todos os aplicativos do tipo "recode" (recodificação do programa SPSS) geraram uma nova variável.

³ Foram necessárias 3 etapas para obter a padronização dessa variável: transformação dos códigos da v008; soma das variáveis 007 e 008 (modificada) e recodificação, agregando categorias da vc02 para gerar a vc02.1.

				(vc11) e recode (vc11.1)		
vc12	1	Existência de automóvel para uso particular	222	218	221	019
			recode	recode	recode	recode
vc13	1	Total de pessoas - população residente ⁴		excluída		
vc14	1	Pessoas no domicílio ³	7100	111 e 112	1) 601 e 505 para criação variável de controle vct 777 ⁶ 2)503 recode ⁷ 3) agreg. 503.1 4)503.1- 1 recode	005
			recode	soma das var e recode v111.1	recode	recode
vc15	1	Sexo	401	301	501	023
			igual	igual	recode	recode
vc16	2	Relação com a pessoa responsável pelo domicílio	402	302	503	025
			recode	recode	recode	recode
vc17	1	Grupos de idade ⁸	4752	3072	606	027 ⁹

⁴ A população residente pode ser obtida igualmente no total da variável vc 15 "sexo".

⁵ A variável original (família) foi transformada e simplificada para focalizar o objeto do estudo: domicílios com uma só pessoa.

⁶ Fórmula utilizada: (nº do domicílio (v 601) x 10) + família a que pertence (v 505) = vct 777

⁷ Recodificação somente para chefe e individual em domicílio coletivo; ambos receberam o valor 1000. Para as demais categorias foram mantidos os valores originais.

⁸ A definição dos grupos de idade foi baseada naqueles utilizados pelo IBGE para a divulgação dos resultados do Censo de 2000. Para adequar aos objetivos do presente estudo foram associados dois diferentes grupos: um com 8 faixas e outro grupo composto por 17 faixas, resultando 8 categorias, inclusive "idade ignorada", presente no censo de 80 explicitamente e no de 70, implicitamente.

			faixas	faixas	faixas	faixas
vc18	1	Religião	4090	310	508	028
			recode	recode	recode	recode
vc19		Tempo de moradia neste município	comparação não realizada ¹⁰			
vc20	1	Nacionalidade	419	3151	511	029
			igual	igual	recode	recode
vc21.1 ¹¹	3	Código da UF ou continente de nascimento - naturalidade	4210	316	512	030
			Recode e faixas	Recode e faixas	Recode e faixas	Recode e faixas
vc22	3	Tempo de moradia na UF ¹²	422	317	516	031
			recode	recode	recode	recode
vc23		Situação da residência anterior	comparação não realizada ¹³			
vc24	1	Sabe ler e escrever	428	323	519	035
			igual	recode	recode	recode
vc25	1	Frequenta escola ¹⁴	429	324	520	036

⁹ Essa variável inclui a idade ignorada e a declarada e presumida em anos e meses. Não ocorrerem diferenças ou erros, uma vez que todos os casos estão no mesmo grupo etário (1 a 14 anos). Não foi possível incluir o "zero" na primeira faixa, porque seu resultado expressa ao mesmo tempo "idade ignorada" e "pessoas com menos de um mês". Assim, a categoria "idade ignorada" inclui as pessoas com menos de um mês. Para conhecer o número de menores de um mês é necessário realizar a cruzamento dessa variável com a v26 - tipo de idade.

¹⁰ A comparação não foi possível devido às seguintes situações: - em 2000 a referência era tempo de moradia "sem interrupção" e a pergunta não foi dirigida aos que sempre moraram; - em 1980 existia a categoria "nasceu", ou seja, a questão era dirigida a todas as pessoas. As perguntas de migração obedeceram a diferentes sequências e não devem ser vistas isoladamente, sob pena de prejudicar a compreensão de seus resultados.

¹¹ A variável vc21 foi utilizada para padronizar os códigos e a vc21.1 para criar as faixas referentes aos diversos continentes.

¹² Algumas vezes é possível comparar as categorias das variáveis, mas não é possível garantir que um mesmo conjunto de pessoas responda a questão. Em 1980, o "tempo de residência na UF" foi perguntado para todos, independentemente do fato de terem nascido na UF. Nos demais censos, a questão aparece encadeada e só é dirigida aos que não nasceram na UF de residência atual. Por esses motivos, recomenda-se especial atenção na leitura e interpretação dos resultados.

¹³ A comparação não pôde ser realizada devido às diferentes referências de tempo adotadas nos censos: - em 2000 e 1991, foi solicitado local de residência 5 anos antes da data de referência do censo e para pessoas que moravam há menos de 10 anos no local atual e - em 1980 e 1970 não foi adotada nenhuma referência de tempo. Em 80 havia uma categoria para "nasceu", indicando que a questão foi dirigida a todas as pessoas e não somente aos que chegaram após o censo anterior.

¹⁴ Em 2000 inclui "creche" porque a questão não ficou restrita às pessoas de 5 anos e mais, como nos demais censos.

			recode	recode	recode	recode
vc26		Última série concluída com aprovação	comparação não realizada ¹⁵			
vc27		Grau da última série concluída	comparação não realizada ¹⁶			
vc28		Estado conjugal	comparação não realizada ¹⁷			
vc29		Condição de atividade	comparação não realizada ¹⁸			
vc30		Providência para conseguir trabalho	comparação não realizada ¹⁹			
vc31		Ocupação	comparação não realizada ²⁰			
vc32	2	Setor ou classe de atividade ²¹	4210	316	512	030
			recode	recode	recode	recode
vc33	1	Posição na ocupação estabelecimento	447	349	533	046
			recode	recode	recode	recode
vc34	1	Horas trabalhadas por semana no trabalho	453	354	535	048 ²²

¹⁵ A questão mais adequada para indicar a escolaridade é "Espécie do curso mais elevado concluído com aprovação", presente nos censos de 70, 80 e 91, e dirigida às pessoas de 10 anos e mais. No censo 2000 essa pergunta foi feita somente para as pessoas que não frequentavam escola, não permitindo a comparação.

¹⁶ Idem a anterior.

¹⁷ A dificuldade surgiu da necessidade de reunir as respostas de mais de uma questão para obter a informação desejada: duas questões em 2000 (natureza da última união e estado civil) e três em 1991 (natureza da união, estado e situação conjugal).

¹⁸ As referências de tempo são diversas: - "semana" para 2000; - "todo ou parte dos últimos 12 meses" para 1991 e "últimos 12 meses" para 1980 e 1970. A sequência das perguntas no questionário e o número de questões (cinco em 2000) também contribuíram para dificultar a comparação.

¹⁹ Embora presente nos 4 censos, essa variável só apareceu de forma isolada em 2000. Nos demais censos a situação de "procura de trabalho" aparece agregada com outras em uma mesma categoria (70) ou como uma categoria do conjunto de "condição de atividade". Essas circunstâncias impediram a comparação.

²⁰ A forma como as ocupações mais recentes (2000) estão organizadas e agrupadas impede a comparação com os demais censos. Exemplo: em 2000 os "Técnicos de nível médio" formam um agrupamento e nos demais censos (ver 80 e 91) aparecem associados às suas áreas de atuação "Engenheiros, arquitetos e ocupações auxiliares da engenharia...".

²¹ As informações originais foram agregadas em grupamentos mais gerais, para permitir a comparação. Recomenda-se cautela na sua utilização, uma vez que algumas agregações careceram de maior exatidão. Dois exemplos ilustram bem a questão: - a existência da categoria "Profissões liberais" no censo de 1970, que impediu a distribuição desse grupo pelos diversos setores de atividades (incluído em "outras atividades") e - a categoria "Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos" encontrada no censo de 2000, que ocasionou a agregação das atividades de comércio e serviços. Seu resultado é mais indicativo do que conclusivo. Para maior detalhamento e análises mais específicas, utilizar informações das variáveis de origem.

		principal				
			recode	recode	recode	recode
vc35		Rendimento em valor ²³	não considerada			
vc36	2	Rendimento em faixas de salários mínimos	4614 ²⁴	3562	681	041
			recode	recode	recode	recode
vc37		Total de filhos nascidos vivos	excluída			
vc38	1	Total de filhos nascidos vivos que estavam vivos	463	3360	554 e 555	053
			recode	recode	compute e recode	recode
vc39		Total de filhos nascidos mortos	excluída			
vc40	1	Condição de atividade: aposentados ²⁵	456	359	529	043
			recode	recode	recode	recode
vc41	1	Município	001	5	1102	0103
			recode	recode	recode	recode

²² Exclui as atividades agropecuárias ou de extração vegetal. Para essas atividades o tempo foi registrado em meses (v048).

²³ Utilizada somente em 2000 e transformada em faixas de salário mínimo.

²⁴ A variável 4615 "total de rendimento, em salários mínimos" não foi utilizada porque não permitia a subdivisão em 1/4 e 1/2 salário mínimo.

²⁵ Essa variável foi incluída posteriormente, por ser de interesse especial para o estudo dos domicílios unipessoais. Em todos os censos foram consideradas apenas as pessoas de 10 anos ou mais de idade. Entretanto, foram verificadas algumas importantes diferenças: - em 2000 responderam ao quesito todas as pessoas (10 anos ou mais), independentemente do fato de estarem ou não ocupadas e a questão referiu-se somente aos aposentados; - em 1991 não foram consideradas as pessoas (10 anos ou mais) que haviam trabalhado (habitual ou eventualmente) e a questão considerou os aposentados e pensionistas; - em 1980 foram consideradas apenas as pessoas (10 anos ou mais) que não haviam trabalhado nos 12 meses anteriores à data do censo e a questão considerou os aposentados e pensionistas e - em 1970 foram consideradas apenas as pessoas (10 anos ou mais) que não haviam trabalhado nos 12 meses anteriores à data do censo e a questão considerou apenas os aposentados.

**ANEXO C - COMPARAÇÃO DAS CATEGORIAS
DE VARIÁVEIS SIMILARES**

Censos Demográficos de: 1970, 1980, 1991 e 2000

Arquivos de domicílios e pessoas

1. Situação do domicílio					
data	2000	1991		1980	1970
variável	1006	1061		198	004
nome					
categorias					
0					urbano
1	urbana	área urbanizada		cidade ou vila	suburbano
2	rural	área não urbanizada			rural
3		área urbana isolada		área urbana isolada	
4		aglomerado rural de extensão urbana			
5		aglomerado rural isolado ou povoado		aglomerado rural	
6		aglomerado rural isolado ou núcleo			
7		outros aglomerados		zona rural	
8		área rural, exclusive aglomerado rural			
2. Espécie do domicílio					
data	2000	1991	1980	1970¹	
variável	0201	0201	201	007	008
nome					Tipo de domicílio
categorias					
0				particular	durável
1	particular permanente	particular permanente	particular permanente	coletivo	rústico
2	particular improvisado	particular improvisado			Improvisado I Improvisado

¹ CD 1970 - para incluir a característica "permanente" e tornar a variável comparável com os demais censos, deverão ser consideradas as categorias "0" (durável) e "1" (rústico) da v 008 - tipo de domicílio.

					2
3	coletivo	coletivo	particular improvisado		
5			coletivo permanente		
7			coletivo improvisado		
3. Total de cômodos					
data	2000	1991		1980	1970
variável	203	211		212	020
nome					
categorias	numérica, com 2 dígitos				
4. Número de dormitórios ou de cômodos servindo de dormitório					
data	2000	1991		1980	1970
variável	204	212		213	021
nome	total de cômodos servindo de dormitório	cômodos servindo de dormitório		cômodos servindo de dormitório	número de cômodos servindo de dormitório
categorias	1 dígito	1 dígito		2 dígitos	2 dígitos
5. Condição do domicílio					
data	2000	1991		1980	1970
variável	205	208		209	009
nome				Condição de ocupação	
categorias					
0				outro	sem declaração 1
-				não aplicável	sem declaração 2
1	próprio já pago	próprio a construção e o terreno ²		próprio já pagou	próprio já pago
2	próprio ainda pagando	próprio só a construção			próprio em aquisição
3	alugado	alugado		próprio não pago	alugado
4	cedido por empregador	cedido por empregador			cedido
5	cedido de outra forma	cedido por particular		alugado	outra
6	outra condição	outra		cedido empregado	
7				cedido particular	
9				ignorado	

² No CD 2000, existe uma questão específica sobre a condição do terreno (v0206).

Branco	Para domicílio particular improvisado e domicílio coletivo	Domicílios improvisados ou domicílios coletivos			
6. Forma de abastecimento de água					
data	2000	1991		1980	1970
variável	0207	0205		206	012
nome					
categorias					
0				sem canalização ³ outra forma	
-				não aplicável	Sem declaração 2
1	rede geral	rede geral com canalização interna		com canalização interna rede geral	rede geral com canalização interna
2	poço ou nascente na propriedade	poço ou nascente com canalização interna			rede geral com canalização externa
3	outra	outra forma com canalização interna		com canalização interna poço ou nascente	poço ou nascente com canalização interna
4		rede geral sem canalização interna			poço ou nascente sem canalização interna
5		poço ou nascente sem canalização		com canalização interna outra forma	outra forma
6		outra forma sem canalização interna		sem canalização interna rede geral	sem declaração 1
7				sem canalização interna poço ou nascente	
9				ignorado	

³ No Censo Demográfico de 2000 existe outra variável, denominada "tipo de canalização" (v0208)

Branco	Para domicílio particular improvisado e domicílio coletivo	Domicílios improvisados ou domicílios coletivos			
7. Tipo de escoadouro					
data	2000	1991		1980	1970
variável	0211	0206		207	013
nome					Instalação Sanitária
categorias					
0		não tem		outro	sem declaração 1
-				não aplicável	sem declaração 2
1	rede geral de esgoto ou pluvial	rede geral			rede geral de esgoto
2	fossa séptica	fossa séptica ligada à rede pluvial		rede geral	fossa séptica
3	fossa rudimentar	fossa séptica sem escoadouro			fossa rudimentar
4	vala	fossa rudimentar		fossa séptica	outro escoadouro
5	rio, lago, mar	vala negra			não tem
6	outro escoadouro	outro		fossa rudimentar	
7		não sabe			
8				não tem	
9				ignorado	
Branco	Para domicílio particular improvisado, domicílio coletivo e domicílio particular permanente que tinha banheiro(s) ou sanitário	Domicílios improvisados ou domicílios coletivos			
8. Iluminação elétrica					

data	2000	1991		1980	1970
variável	0213	0221		217	014
nome	Iluminação elétrica	iluminação		Iluminação elétrica	Iluminação elétrica
categorias					
0					sem declaração 1
-				não aplicável	sem declaração 2
1	sim	elétrica com medidor			tem
2	não	elétrica sem medidor		tem com medidor	não tem
3		óleo ou querosene			
4		outra		tem sem medidor	
8				não tem	
9				ignorado	
Branco	Para domicílio particular improvisado e domicílio coletivo	Domicílios improvisados ou domicílios coletivos			
9. Existência de rádio					
data	2000	1991		1980	1970
variável	0214	220		218	016
nome					
categorias					
0		não tem			sem declaração 1
-				não aplicável	sem declaração 2
1	sim	tem		tem	tem
2	não				não tem
8				não tem	
9				ignorado	
branco	Para domicílio particular improvisado e domicílio coletivo	Domicílios improvisados ou domicílios coletivos			
10. Existência de geladeira ou freezer					
data	2000	1991		1980	1970
variável	215	222	225	219	017
nome	geladeira ou	geladeira	freezer	geladeira	geladeira

	freezer				
categorias					
0		não tem	não tem		sem declaração 1
-				não aplicável	sem declaração 2
1	sim	uma porta	tem	tem	tem
2	não	mais de uma porta			não tem
8				não tem	
9				ignorado	
Branco	Para domicílio particular improvisado e domicílio coletivo	Domicílios improvisados ou domicílios coletivos	Domicílios improvisados ou domicílios coletivos		
11. Existência de TV					
data	2000	1991		1980	1970
variável	221	223	224	220	018
nome	quantidade existente de TVs	PB	cores	televisão	televisão
categorias					
0		não tem	não tem		sem declaração 1
-				não aplicável	sem declaração 2
1		tem	um aparelho	a cores	tem
2			dois aparelhos		não tem
3			três ou mais aparelhos	a cores e PB	
5				PB	
8				não tem	
9				ignorado	
Branco		Domicílios improvisados ou domicílios coletivos	Domicílios improvisados ou domicílios coletivos		
12. Existência de automóvel					
data	2000	1991		1980	1970
variável	222	218		221	019
Nome	quantidade existente para uso particular	automóvel particular		automóvel	automóvel
categorias					

0		não tem			sem declaração 1
-				não aplicável	sem declaração 2
1		1 carro		tem uso particular	tem
2		2 carros			não tem
3		3 ou mais carros		tem para trabalho	
8				não tem	
9				ignorado	
Branco		Domicílios improvisados ou domicílios coletivos			
13. Total de pessoas – população residente					
data	2000	1991	1980	1970*	
variável	7100	301	501	005	024
nome	total de moradores do domicílio	Sexo (total de homens e mulheres)	Sexo (total de homens e mulheres)	Total de pessoas	Condição de presença
0					Morador presente
1					Morador ausente
2					Não morador presente
14. Família					
data	2000 ⁵	1991		1980	1970
variável	7401 a 7409	2011	304	505	006
nome	número de componentes da família 1 a 9	espécie de família	Tipo de família	família a que pertence	família
categorias	numérica - 2 dígitos para cada variável				
0				nos domicílios particulares única	persona só
1		nuclear	única	nos domicílios particulares convivente	única

⁴ No CD de 1970, para obter resultado comparável aos demais censos (população residente), será necessário considerar as categorias "0" (morador presente) e "1" (morador ausente) da v 024 - Condição de presença.

⁵ CD 2000 – a variável 404 indica o "número da família". Se individual em domicílio coletivo será igual a zero.

2		estendida	domicílio coletivo	1ª família nos domicílios particulares convivente 2ª família	principal
3		composta	1ª família convivente	nos domicílios particulares convivente 3ª família	secundária parente
4		unipessoal	2ª família convivente	nos domicílios coletivos	secundária não parente
5			3ª família convivente	nos domicílios coletivos individuais	
6			4ª família convivente		
7			5ª família convivente		
15. Sexo					
data	2000	1991		1980	1970
variável	401	301		501	023
nome					
categorias					
0					homem
1	masculino	masculino		homem	mulher
2	feminino	feminino			
3				mulher	
16. Condição na família ⁶					
data	2000⁷	1991⁸		1980⁹	1970¹⁰
variável	403	303		504	025
nome	relação com a pessoa responsável pela família	condição na família		relação com o chefe da família	relação com o chefe
categorias	2 dígitos	2 dígitos		1 dígito: 0 a 9	1 dígito: 0 a 9
0				Individual	ignorado
01	Pessoa responsável	Chefe		chefe	chefe da família
02	Cônjuge,	Cônjuge		cônjuge	cônjuge

⁷ CD 2000 – variável 402 – relação com a pessoa responsável pelo domicílio (mesmas categorias).

⁸ CD 1991 – variável 302 – condição no domicílio (inclui a categoria 16 – parente do(a) empregado(a) doméstico(a)).

⁹ CD 1980 – variável 503 – relação com o chefe do domicílio (mesmas categorias).

¹⁰ CD 1970 - para identificar o responsável pelo domicílio será necessário considerar as categorias "0" (pessoa só), "1" (única) e "2" (principal) da v 006 - Família.

	companheiro(a)				
03	Filho (a), enteado(a)	Filho(a)		Filho/ enteado	Filho
04	Pai, mãe, sogro(a)	Enteado(a)		Pais/sogros	Pais e sogros
05	Neto(a) ou bisneto(a)	Pai ou mãe		Genro/ nora/ outro	outro parente
06	Irmão ou irmã	Sogro(a)		agregado	agregado
07	Outro parente	Avô(ó) ou bisavô(ó)		hóspede/ pensionista	pensionista ou hóspede
08	Agregado(a)	Neto(a) ou bisneto(a)		Empregado doméstico	empregado
09	Pensionista	Genro ou nora		parente empregado	membro grupo - convivente ¹¹
10	Empregado(a) doméstico(a)	Irmão ou irmã			
11	Parente do(a) empregado(a) doméstico(a)	Cunhado(a)			
12	Individual em domicílio coletivo	Outros parentes			
13		Agregado(a)			
14		Pensionista			
15		Empregado(a) doméstico(a)			
20		Individual			
17. Idade calculada em anos completos					
data	2000¹²	1991¹³		1980¹⁴	1970¹⁵
variável	4752	3072		606	027
nome	Idade calculada em anos completos	Idade em anos completos		Idade em anos	Idade (meses e anos)
categorias	3 dígitos	3 dígitos		3 dígitos	2 dígitos
18. Religião					
data	2000	1991		1980	1970

¹¹ Religiosos em conventos, hóspedes em hotéis e similares, militares em navios ou quartéis, estudantes em internatos, asilados em instituições de assistência e grupos assemelháveis.

¹² CD 20400 – idade calculada em meses – menos de 1 ano (variável 4754 – 2 dígitos)

¹³ CD 19951 – idade em meses completos (variável 3073)

¹⁴ CD 19806 – idade em meses (variável 605 – 2 dígitos)

¹⁵ Cd 1970 – 7 necessário cruzar com variável 026 (tipo de idade: 3 - declarada em anos) e 1- declarada em meses).

variável	4090	310		508	028
nome	Código da religião	religião		religião	religião
categorias	(ver arquivo auxiliar no CD Rom)	(ver documentação 00 a 99 2 dígitos)			
0				Sem religião	Sem declaração
1				Católica/melquita	Católica romana
2				Protestante/tradicional	Evangélica
3				Protestante/pentecostal	Espírita
4				Espírita kardecista	Outra religião
5				Espírita afro	Sem religião
6				Religiões orientais	
7				Judaica/israelita	
8				Outras religiões	
9				Sem declaração	
19. Tempo de moradia neste município					
data	2000	1991		1980	1970
variável	0416	318		517	32
nome	Há quanto tempo mora sem interrupção neste município	Anos em que mora no município		Tempo de residência no município atual	Tempo de residência neste município
categorias					
0				Menos de 1 ano	Não aplicável
-				Não aplicável	
1				1 ano	- 1 ano
2				2 anos	1 ano
3				3anos	2 anos
4				4 anos	3anos
5				5 anos	4 anos
6				6 a 9 anos	5 anos
7				10 anos e +	6 a 10 anos
8				Nasceu	11 anos e +
9				Sem	

				declaração	
20. Nacionalidade					
data	2000	1991		1980	1970
variável	419	3151		511	029
nome					
categorias					
0					Brasileiro nato
1	Brasileiro nato	Brasileiro nato			Naturalizado brasileiro
2	Naturalizado brasileiro	Naturalizado brasileiro		Brasileiro nato	estrangeiro
3	estrangeiro	estrangeiro			
4				Brasileiro naturalizado	
5					
6				estrangeiro	
Branco	Par os não migrantes e os naturais da Unidade de Federação onde foi realizado o Censo de 2000	(Var 314) = código 1 ou 2			
21. Código da UF ou país de nascimento - naturalidade					
data	2000	1991		1980	1970
variável	4210	0316		512	030
nome	Código da UF ou país de nascimento	UF e município ou país estrangeiro de nascimento		UF de nascimento	naturalidade
categorias	Nome da UF em que a pessoa nasceu ou nome do país de nascimento (ver arquivo no CD Rom)				
0					brasileiro
1 a 27					Unidades da Federação e

					Distrito Federal
30 a 96					países
99					naturalizado/ estrangeiro
11 a 53		Unidades da Federação e Distrito Federal			
54		Brasil não especificado			
80		País estrangeiro ou mal definido			
99		ignorado			
Branco		(Var 314) = código 1 ou (Var 318) maior ou igual a 10			
22. Tempo de moradia na UF					
data	2000	1991		1980	1970
variável	422	317		516	031
nome	Tempo de moradia na UF	Anos em que mora na UF		Tempo de residência na UF atual	Tempo de residência nesta UF
categorias	2 dígitos sem categorias	2 dígitos sem categorias		2 dígitos	2 dígitos
0				Menos de 1 ano	Não aplicável
-				Não aplicável	
1				1 ano	Menos de 1 ano
2				2 anos	1 ano
3				3 anos	2 anos
4				4 anos	3 anos
5				5 anos	4 anos
6				6 a 9 anos	5 anos
7				10 anos e mais	De 6 a 10 anos
8				Nasceu	De 1 ^a anos e mais
9				Sem declaração	Frente de seca
23. Situação de residência anterior (com ou sem data de referência)					

data	2000	1991		1980	1970
variável	0424	320 ¹⁶		515	34 ¹⁷
nome	Onde residia em 31.07.95	Situação do domicílio de residência anterior		Município anterior que morava	Situação de residência anterior
categorias					
0					Não aplicável
-				Não aplicável	
1	Neste município, na zona urbana	Zona urbana		Zona urbana	Cidade ou vila
2	Neste município, na zona rural	Zona rural			Povoado rural 1
3	Em outro município, na zona urbana			Zona rural	
4	Em outro município na zona rural				
5	Em outro país				
6	Não era nascido				
7					
8				Nasceu	Povoado rural 2
9		Ignorado		Sem declaração	Povoado rural 3
branco	Para os não migrantes	V314=1 ou V318 maior ou = a 10			
24. Alfabetização					
data	2000	1991		1980	1970
variável	428	323		519	35
nome	Sabe ler e escrever	alfabetização		Sabe ler e escrever	alfabetização
categorias					
0					Sem declaração
-				Não aplicável	
1	Sim	Sabe ler e escrever			Sim
2	não	Não sabe		Sim	não
4				Esqueceu	

¹⁶ CD 1991 para pessoa que respondeu menos de 10 anos como tempo de residência no município atual,

¹⁷ Cd1970 corresponde a situação urbana ou rural do local de onde haviam imigrado.

6				Não sabe	
9				Sem declaração	
branco		Pessoas com menos de 5 anos			
25. Frequenta escola ou creche / série que frequenta					
data	2000	1991		1980	1970
variável	429	324		520	036
nome	Frequenta escola ou creche	Série que frequenta		Série que frequenta	Frequenta escola
categorias					
0		nenhuma		nenhuma	Sem declaração
1	Sim, rede particular	1ª série		1ª série	Sim
2	Sim, rede pública	2ª série		2ª série	não
3	Não, já frequentei	3ª série		3ª série	
4	Nunca frequentei	4ª série		4ª série	
5		5ª série		5ª série	
6		6ª série		6ª série	
7		7ª série		7ª série	
8		8ª série		8ª série	
9				Sem declaração	
branco		Pessoas com menos de 5 anos			
26. Última série concluída com aprovação					
data	2000¹⁸	1991		1980	1970
variável	433	327		523	37
nome	Última série concluída com aprovação	Última série concluída com aprovação		Última série concluída	Última série concluída
categorias	2 dígitos				
0		nenhuma		nenhuma	Nenhuma ou sem declaração

¹⁸ CD 2000 – somente para pessoas que não frequentam escola. Para incluir pessoas que frequentam escola, considerar a variável 431 (série que frequenta).

-				Não aplicável	
1	Primeira	1ª série		1ª série	Cursa a 1 s. elem
2	Segunda	2ª série		2ª série	1ª série
3	Terceira	3ª série		3ª série	2ª série
4	Quarta	4ª série		4ª série	3ª série
5	Quinta	5ª série		5ª série	4ª série
6	Sexta	6ª série		6ª série	5ª ou 6ª série
7	Sétima	7ª série		7ª série	Admissão ou vestibular
8	oitava	8ª série		8ª série	Artigo 99
9	Curso não seriado	Nunca frequentou		Sem declaração	Alfabetização de adultos
10	Nenhuma				
branco	Para os estudantes	Pessoa com menos de 5 anos			
26.1 Anos de estudo¹⁹					
data	2000²⁰	1991		1980	1970²¹
variável	4300	Derivada das variáveis 327 e 328 (pessoas de 5 anos e mais que estavam frequentando ou haviam frequentado escola)		Derivada das variáveis 523 e 524 (pessoas de 5 anos e mais que estavam frequentando ou haviam frequentado escola)	Derivada das variáveis 037 e 038 (pessoas de 5 anos e mais que estavam frequentando ou haviam frequentado algum curso)
nome	Anos de estudo	Anos de estudo		Anos de estudo	Anos de estudo
categorias	Classificação 1 a 17 anos de estudo (20=não determinado e 30=alfabetização de adultos)				Classificação 1 a 17 anos de estudo
Grupos de anos de estudo	Sem instrução e menos de 1 ano	Sem instrução e menos de 1 ano		1 a 8 – 1º grau	1 a 5 elementar
	1 a 3 anos	1 a 3 anos		9 a 11 – 2º grau	6 a 9 médio 1º ciclo

¹⁹ A classificação dos anos de estudo é obtida em função da série e do grau mais elevado concluído com aprovação.

²⁰ CD 2000 ver correspondência de cada ano no Anexo III - Conceitos e definições.

²¹ CD 1970 ver notas no Anexo III - Conceitos e definições.

	4 a 7 anos	4 a 7 anos		12 ou mais – superior, inclusive mestrado e doutorado	10 a 12 médio 2º ciclo
	8 a 10 anos	8 a 10 anos			Superior 13 a 17
	11 a 14 anos	11 a 14 anos			
	15 anos ou mais	15 anos ou mais			
	Não determinados				
27. Grau da última série concluída / curso mais elevado que frequentou, concluindo pelo menos uma série					
data	2000²²	1991		1980	1970
variável	432	328		524	038
nome					
categorias	Curso mais elevado que frequentou concluindo pelo menos uma série	Grau da última série concluída com aprovação		Grau da última série concluída	Grau da última série concluída
0		nenhum		nenhum	Sem declaração
-				Não aplicável	
1	alfabetização de adultos	Curso de alfabetização de adultos		Alfabetização de adultos	Elementar
2	Antigo primário	Primário ou elementar		Primário / elementar	Médio 1º ciclo
3	Antigo ginásio	Ginásio ou médio 1º ciclo		Ginásio médio	Médio 2º ciclo
4	Antigo clássico científico, etc	1º grau		1º grau	Superior
5	Ensino fundamental ou 1º grau	2º grau		2º grau	nenhum
6	Ensino médio ou 2º grau	Colegial ou médio 2º ciclo		Colegial ou médio	
7	Superior - graduação	Superior		Superior	
8	Mestrado ou doutorado	Mestrado ou doutorado		Mestrado / doutorado	

²² CD 2000 – somente para pessoas que não frequentam escola. Para incluir pessoas que frequentam escola, considerar a variável 430 (curso que frequenta).

9	Nenhum			Sem declaração	
branco	Para os estudantes	Pessoas com menos de 5 anos			
28. Estado conjugal					
data	2000 ²³	1991 ²⁴		1980	1970
variável	437	332	333	526	040
nome	Natureza da última união	Estado conjugal (natureza da união)	Estado conjugal (situação conjugal)	Estado conjugal	Estado conjugal
categorias					
0				viúvo	Sem declaração
-				Não aplicável	
1	Casamento civil e religioso	Casamento civil e religioso		Civil e religioso	Casamento civil e religioso
2	Só casamento civil	Só casamento civil		Só civil	Só casamento civil
3	Só casamento religioso	Só casamento religioso		Só religioso	Só casamento religioso
4	União consensual	União consensual		Outra	Consensual ou outro
5	Nunca viveu		Separado não judicialmente	Solteiro	Solteiro
6			Desquitado ou separado judicialmente	Separado	Separado
7			Divorciado	Desquitado	Desquitado
8			Viúvo	Divorciado	Divorciado
9		ignorado	ignorado	Sem declaração	viúvo
branco	Para pessoas com menos de 10 anos de idade	Pessoas com menos de 10 anos ou v330=2 (não vive ou viveu com cônjuge)	Pessoas com menos de 10 anos ou v330=2 (não vive ou viveu com cônjuge)		

²³ CD 2000 - para tornar compatível incluir também a variável 438 - estado civil (1. casado, 2. desquitado ou separado judicialmente, 3. divorciado, 4. viúvo e 5. solteiro).

²⁴ CD 1991 - para tornar compatível incluir também a variável 3342 - situação conjugal atual da pessoa (1. casada em 1ª união; 2. casada em outra união; 3. casada com número de uniões ignorado; 4. separada, desquitada, divorciada ou viúva e 5. Solteira).

29. Condição de atividade – trabalho/situação de emprego					
data	2000 ²⁵	1991	1980		1970
variável	439	345	528	529	047
nome	Na semana de 23 a 29 de julho de 2000 trabalhou remunerado	Trabalhou em todos ou em parte dos últimos 12 meses	Trabalhou nos últimos 12 meses	Ocupação atual	Ocupação na última semana
categorias					
0				trabalhou	
1	sim	habitualmente	Sim	procurou trabalho / trabalha	Só habitual
2	não	eventualmente		procurou trabalho / não trabalha	Só outra
3		não trabalhou	Não	aposentado / pensionista	Habitual e outra
4				vive de renda	Desempregado
5			Frente de seca	detento	Procurando trabalho pela primeira vez
6				estudante	Sem declaração
7				doente / inválido	
8				afazeres domésticos	
9				sem ocupação	
branco	para pessoas com menos de 10 anos de idade	pessoas com menos de 10 anos			

²⁵ CD 2000 – também são consideradas trabalho as variáveis 440 (tinha trabalho, mas estava afastado) e 441 a 443 (exercício de trabalho sem remuneração). A condição de aposentado está na variável 456 (em 07/2000 era aposentado de instituto de previdência oficial) e a procura de trabalho está na variável 455 (providência para conseguir trabalho).

30. Providência para conseguir trabalho					
data	2000		1991	1980	1970 ²⁶
variável	455	456	358	541	049
nome	Tomou alguma providência para conseguir trabalho (somente para as pessoas que não tinham trabalho)	Era aposentado do instituto de previdência oficial	Condição de atividade (se não trabalhou)	Na última semana estava	Tempo procurando trabalho
categorias					
1	sim	sim	Procurando trabalho – já trabalhou	Só em um trabalho	Menos de 3 meses
2	não	não	Procurando trabalho – nunca trabalhou	Vários trabalhos	De 3 meses e mais
3			Aposentado	Trabalhando diferenciado	Trabalha
4			Pensionista	Procurando trabalho	Sem declaração
5			Vive de renda	Aposentou-se	
6			Detento	Não trabalhava nem procurava	
7			Estudante		
8			Doente ou inválido		
9			Afazeres domésticos		

31. Ocupação

²⁶ No CD 1970 é necessário associar essa variável as seguintes: variável 043 (Situação de emprego – categoria 7.trabalha/procura/sem declaração) e variável 048 (Tempo/hora de trabalho – categoria 9. Procurando trabalho).

data	2000²⁷	1991		1980	1970
variável	4452	346		530	044
nome	código novo da ocupação	código da ocupação		cargo nos últimos 12 meses	ocupação principal
categorias	ver arquivo no CD Rom 4 dígitos	001 a 927 3 dígitos		001 a 926 3 dígitos	11 a 923 3 dígitos
0					não aplicável
924					Procurando trabalho pela 1ª vez
925					Sem declaração de ocupação
927				sem declaração	
928		Sem declaração de ocupação			
branco		Pessoas com menos de 10 anos ou v345=3 (não trabalhou)			
32. Setor ou classe de atividade					
data	2000	1991		1980	1970
variável	4462 ²⁸	347		532	45
nome	Código novo da atividade	Código da atividade		finalidade/ramo do negócio	classe de atividade
categorias	ver arquivo no CD Rom 5 dígitos	011 a 901 3 dígitos		011 a 901 3 dígitos	111 a 932 3 dígitos
0					não aplicável
902		atividades mal definidas		atividades mal definidas	
903		atividade não declarada			
933					procurando trabalho pela 1ª vez
934					atividade mal

²⁷ Para pessoas que tinham um ou mais trabalhos na semana de 23 a 29 de julho de 2000. Ocupação refere-se ao trabalho principal.

²⁸ CD 2000 – atividade principal da empresa, negócio, etc. das pessoas que informaram ocupação.

					definida
branco		peças com menos de 10 anos ou variável 345=3 (não trabalhou)			
33. Posição na ocupação / no estabelecimento					
data	2000	1991		1980	1970
variável	447	349		533	046
nome	nesse trabalho era	posição na ocupação		posição no estabelecimen to	posição na ocupação
categorias					
0				sem remuneração	sem declaração
1	trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	trab. agrícola volante		agr vol c/int	empregado público
2	trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	parceiro ou meeiro empregado		agr vol s/int	empregado particular
3	empregado com carteira de trabalho assinada	parceiro ou meeiro autônomo ou conta própria		parceiro / empregado	conta própria
4	empregado sem carteira de trabalho assinada	trabalhador doméstico empregado		parceiro / empregador	parceiro / meeiro
5	empregador	trabalhador doméstico autônomo ou conta própria		parceiro / conta própria	empregador
6	conta própria	empregado do setor privado		empregado	não remunerado proc trabalho
7	aprendiz ou estagiário sem remuneração	empregado do setor público – Serviço Público		empregador	
8	não	empregado do		conta própria	

	remunerado em ajuda membro do domicílio	setor público – Empresa Estatal			
9	trabalhador na produção para o próprio consumo	autônomo ou conta própria		sem declaração	
10		empregador			
11		sem remuneração			
branco	para pessoas com menos de 10 anos de idade e pessoas de 10 anos ou mais de idade que não tinham trabalho na semana de referência	pessoas com menos de 10 anos ou v345=3 (não trabalhou)			

34. Horas trabalhadas

data	2000	1991	1980	1970	
variável	453	354	535	048	048
nome	Quantas horas trabalhava habitualmente por semana no trabalho principal	Horas trabalhadas por semana na ocupação principal	Horas habitualment e trabalhadas por semana na ocupação principal	Tempo / hora de trabalho – se ocupação agropecuária ou de extração vegetal (em meses)	Tempo / hora de trabalho – se não for ocupação agropecuária ou de extração vegetal (em horas)
categorias	Aberta 2 dígitos	Aberta 2 dígitos			
1			Menos de 15 horas	Menos de 3 meses	
2			De 15 a 29 horas	De 3 a menos de 6 meses	
3			De 30 a 39 horas	6 a menos de 9 meses	
4			De 40 a 48 horas	Mais de 9 meses	
5			49 horas e mais		Menos de 15 horas
6					15 a 39 horas
7					40 a 49 horas
8					50 horas e

					mais
9			Sem declaração		Procurando trabalho
35. Rendimento em valor (pessoa)					
data	2000	1991		1980	1970
variável	4512	356		607	041
nome	rendimento bruto no trabalho principal	rendimento bruto da ocupação principal		rendimento bruto ocupação principal	rendimento médio mensal (pessoas de 10 anos e mais)
categorias	6 dígitos	7 dígitos		9 dígitos	4 dígitos
36. Rendimento em faixas de salários mínimos²⁹					
data	2000	1991		1980	1970
variável	4614 ³⁰	3562		681	041
nome	total de rendimentos	faixas de rendimento nominal total		classes de renda total	Rendimento médio mensal ³¹
categorias	6 dígitos	2 dígitos		2 dígitos	4 dígitos
0				Sem renda	
01		Até ¼ de SM		Até 1/8 SM	
02		Mais de ¼ a ½ SM		Mais de 1/8 a ¼ SM	
03		Mais de ½ a ¾ SM		Mais de ¼ a ½ SM	
04		Mais de ¾ a 1 SM		Mais de ½ a ¾ SM	
05		Mais de 1 a 1 1/4		Mais de ¾ a 1 SM	
06		Mais de 1 ¼ a 1 ½ SM		Mais de 1 a 2 SM	
07		Mais de 1 ½ a 2 SM		Mais de 2 a 3 SM	
08		Mais de 2 a 3 SM		Mais de 3 a 5 SM	
09		Mais de 3 a 5 SM		Mais de 5 a 10 SM	
10		Mais de 5 a 10 SM		Mais de 10 a 15 SM	
11		Mais de 10 a 15 SM		Mais de 15 a 20 SM	
12		Mais de 15 a 20 SM		Mais de 20 SM	

²⁹ Ver valores adotados para cada censo no Anexo III – Conceitos e definições.

³⁰ Foram criadas faixas constituídas por partes ou múltiplos de salários mínimos, seguindo o padrão de 1980 e 1991, com exceção de algumas subdivisões. Trabalhou-se com valores inteiros, arredondando os valores obtidos.

³¹ Idem a anterior.

13		Mais de 20 SM			
14		sem rendimentos			
15		sem declaração			
branco		individual com menos de 10 anos em domicilio coletivo			
99				Ignorado	
37. Total de filhos nascidos vivos³²					
data	2000	1991	1980		1970
variável	4620	3354	550 ³³	551	050
nome	total de filhos nascidos vivos	total de filhos(as) tidos(as) nascidos(as)vivos(as)	filhos tidos nascidos vivos	filhas tidas nascidas vivas	Filhos nascidos vivos
categorias	2 dígitos	2 dígitos	2 dígitos	2 dígitos	2 dígitos
38. Total de filhos nascidos vivos que estavam vivos					
data	2000	1991	1980		1970
variável	0463	3360	554 ³⁴	555	053
nome	total de filhos nascidos vivos que estavam vivos	total de filhos(as) vivos(as)	filhos vivos na data da pesquisa	filhas vivas na data da pesquisa	Filhos vivos
categorias	2 dígitos	2 dígitos	2 dígitos	2 dígitos	2 dígitos
39. Total de filhos nascidos mortos					
data	2000	1991	1980		1970
variável	4670	3357	552 ³⁵	553	051
nome	total de filhos nascidos mortos	total de filhos(as) tidos(as) nascidos(as)mortos(as)	filhos tidos nascidos mortos	Filhas tidas nascidas mortas	Filhos nascidos mortos
categorias	2 dígitos	2 dígitos	2 dígitos	2 dígitos	2 dígitos

³² As questões referentes às variáveis 37, 38 e 39 foram dirigidas somente para as mulheres nos 4 censos.

³³ CD 1980 necessário somar os resultados das variáveis 550 e 551 para que o resultado possa ser comparado aos demais censos.

³⁴ CD 1980 necessário somar os resultados das variáveis 554 e 555 para que o resultado possa ser comparado aos demais censos.

³⁵ CD 1980 necessário somar os resultados das variáveis 552 e 553 para que o resultado possa ser comparado aos demais censos.

40. Condição de ocupação: aposentados ¹⁶					
data	2000	1991		1980	1970
variável	456	359		529 ¹⁷	043
nome	Era aposentado do instituto de previdência oficial	Aposentado ou pensionista		Ocupação atual	Situação de emprego
categorias	1 dígito	1 dígito		1 dígito	1 dígito
0		Não é		Trabalha	Afazeres domésticos
1	sim	Aposentado		Procura trabalho ou trabalha	Estudante
2	não	Pensionista		Procura trabalho ou não trabalha	aposentado
3		Aposentado e pensionista		Aposentado ou pensionista	Vive de rendas
4				Vive de renda	Doente/inválido
5				detento	detento
6				estudante	Sem ocupação
7				Doente ou inválido	Trabalha/procura e sem declaração
8				Afazeres domésticos	
9				Sem ocupação	
41. Município					
data	2000	1991		1980	1970
Variável	0103	1102		5	001
Nome	Município	Município		Município	Microrregião
Categorias	7 dígitos	4 dígitos		4 dígitos	3 dígitos
Fortaleza	2304400	440		440	144
Recife	2611606	1160		1160	231
Salvador	2927408	2740		2740	320
Belo	3106200	620		620	426

¹⁶ Essa variável foi incorporada por ser considerada de interesse especial para o estudo dos domicílios unipessoais.

¹⁷ Essa variável é a mesma selecionada para a composição da variável 29. Condição de ocupação.

Horizonte					
Rio de Janeiro	3304557	455		455	531
São Paulo	3350308	5030		5030	638
Curitiba	4106902	690		690	701
Porto Alegre	4314902	1490		1490	851

ANEXO D - INFORMAÇÕES GERAIS - CENSOS DEMOGRÁFICOS

1. Aspectos da Divisão Territorial

No Censo Demográfico de 1970, a identificação das áreas territoriais considerou os códigos de microrregião e de município. Seguem os códigos referentes às áreas de interesse:

Nome do município	Código da Microrregião	Código do Município/RA ¹
Fortaleza	144	14403
Recife	231	23106
Salvador	320	32007
Belo Horizonte	426	42601
Rio de Janeiro ²	531	53101 a 53123
São Paulo	638	63835
Curitiba	701	70109
Porto Alegre	851	85112

Nos demais Censos, passou a ser incluída nos bancos de dados a variável Unidade da Federação, que são as seguintes, para as áreas investigadas:

Nome do município e sigla da UF	Código da UF e do município
Fortaleza - CE	23 - 04400
Recife - PE	26 - 11606
Salvador - BA	29 - 27408
Belo Horizonte - MG	31 - 06200
Rio de Janeiro - RJ	33 - 04557
São Paulo - SP	35 - 50308
Curitiba - PR	41 - 06902
Porto Alegre - RS	43 - 14902

¹ Se considerados três dígitos para município (três últimos), o primeiro número do município é igual ao último da microrregião.

² Estado da Guanabara e microrregião Guanabara composta por 23 Regiões Administrativas. Os Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara passaram a constituir único Estado sob a denominação de Rio de Janeiro pela Lei Complementar nº 20, de 1.07.1974. O Município do Rio de Janeiro passou a ser a Capital do Estado a partir de 15.03.1975, por força do disposto na Lei Complementar nº 20, de 1.07.1974.

Para os 4 censos os dados foram armazenados em ordem crescente de códigos: da microrregião para 1970 e da Unidade da Federação, para os demais anos.

As cidades investigadas nos 4 censos podem ter sofrido alterações em seu território original, ao longo das 4 décadas. O presente estudo considera, como nos censos, a situação territorial vigente na data de referência de cada um deles.

2. Processo de seleção das variáveis consideradas comparáveis

Inicialmente foram listadas todas as variáveis do Censo Demográfico de 2000, indicando seu nome, tamanho - número de dígitos e posição. Essas informações foram contribuíram para facilitar a comparação, a posterior localização e garantir a inclusão de todos os registros.

Para os demais censos, seguindo a ordem 91, 80 e 70, devido ao número decrescente de variáveis investigadas, foram listadas as mesmas informações. A partir da análise de seus nomes e categorias, as variáveis foram incluídas na mesma linha da correspondente em 2000, quando comparáveis/similares e incluídas na listagem, quando diferentes. O uso de cores diferentes para cada um dos censos auxiliou na identificação visual das similaridades. O Anexo I – Variáveis disponíveis nos Censo Demográficos de 1970 a 2000, apresenta o resultado dessa primeira comparação. Sua divisão em Parte A – Identificação e Domicílios e Parte B – Pessoas, deveu-se ao fato de 91 e 2000 estarem armazenados em arquivos separados.

A etapa seguinte consistiu na avaliação de cada variável indicada como similar ou comparável e daquelas passíveis de agregação. Esse processo seguiu o caminho inverso do registro de variáveis, ou seja, partiu de 1970, cuja existência era fundamental para a comparação. A análise da definição ou conceito de cada variável e a comparação das categorias utilizadas nas respostas foram os dois principais parâmetros para considerá-las comparáveis ou passíveis de comparação. O resultado desse processo, composto por um conjunto de 37 variáveis, encontra-se no Anexo II – Comparação das categorias de variáveis similares.

A comparação das categorias das variáveis similares apontou, em muitas situações, a necessidade de conversão de códigos para torná-las comparáveis no banco de dados. Nessa etapa, o uso dos conceitos e definições será fundamental, para que os resultados sejam

consistentes. Visando respaldar a tarefa de compatibilização e/ou a realização de análises comparativas foi preparado um documento contendo as definições adotadas nos censos demográficos, para cada uma das variáveis selecionadas. Ver Anexo III – Conceitos e definições utilizados nos Censos Demográficos.

Na reunião dos conceitos foi utilizada como uma das fontes o documento “Conceitos e definições”, contido na publicação Estatísticas do Século XX, do IBGE. Essa publicação reúne as informações produzidas ao longo do século e é baseada fundamentalmente nas tabelas divulgadas nos Anuários Estatísticos. Muitos dos temas abordados não incluem os resultados do Censo Demográfico de 2000 e outros são baseados em pesquisas realizadas pela instituição, como a por exemplo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, que não possui dados para municípios, unidade geográfica escolhida para esse estudo.

3. Grupos etários para variáveis específicas

Algumas variáveis são respondidas por grupos específicos de pessoas, em função de suas idades:

3.1. Cinco anos ou mais

Utilizada para: - migração na pergunta sobre situação do domicílio de residência 5 anos antes; alfabetização; se frequência a escola e indicação de série e grau concluídos com aprovação.

No Censo Demográfico de 2000 não houve restrição de idade para as perguntas sobre alfabetização e frequência a escola; a pergunta incluía frequência a escola ou creche. Entretanto, os resultados sobre instrução continuam sendo divulgados para as pessoas de 5 anos e mais, como nos demais censos.

3.2. Dez anos e mais

Esse recorte foi adotado nos 4 censos para: estado conjugal (natureza da união e estado civil) e todas as variáveis sobre trabalho e rendimento. Até o censo de 1980, inclusive, a “espécie do

curso concluído com aprovação” também se restringia à esse grupo; passando nos censos seguintes a ser definida pela condição de frequência a escola (presente ou passada).

3.3. Mulheres de 15 anos e mais

Específico para as questões sobre fecundidade, nos censos demográficos de 1970 e 1980.

3.4. Mulheres de 10 anos e mais

Passou a ser adotado para a investigação da fecundidade a partir do censo demográfico de 1991. O levantamento de 2000 seguiu o mesmo critério.

4. Informações sobre filhos de pessoas que moram sós

Nos censos demográficos as informações sobre filhos aparecem na variável “relação com a pessoa responsável pela família”, referindo-se a composição da família. Assim, para as famílias unipessoais, mesmo quando a pessoa possui filhos que não residem no domicílio, essa informação não existe porque refere-se às pessoas que residem no mesmo domicílio.

Os dados sobre fecundidade que exploram o número de filhos tidos, sexo, idade, etc., independentemente do fato dos filhos residirem ou não no mesmo domicílio, são registrados, devido ao próprio intuito da investigação, somente para as mulheres. Desta forma, não é possível saber se os homens que moram sós possuem ou não filhos.

5. Salário mínimo utilizado como referência nos censos demográficos

1970

NCr\$ 187,20 (vigência em 01.05.70)

1980

Cr\$ 4.149,60 (vigência em 01.05.80)

Os dados de rendimento foram apresentados por fração ou múltiplo do maior salário-mínimo vigente na data do censo.

1991

Cr\$36.161,60

Portaria do MEEP de 09/09/81, que representava o salário mínimo vigente no mês de referência do censo demográfico de 1991 (agosto), ou seja, Cr\$17.000,00 (dezessete mil cruzeiros), acrescido dos abonos que lhe foram concedidos para aquele mês, Cr\$3.000,00 (três mil cruzeiros) e Cr\$16.161,60 (dezesseis mil e cento e sessenta e um cruzeiros e sessenta centavos).

2000

R\$151,00

Valor em vigor no mês de referência do Censo.

6. Características e recomendações de uso do Banco de Dados

Foram produzidos 4 bancos de dados, um para cada Censo Demográfico. Todos contém as 8 cidades selecionadas para o estudo: Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

A fonte das informações foram os seguintes arquivos e seus respectivos *layouts*:

1. Arquivo zonado – Amostra 25% do Censo Demográfico de 1970
2. Amostra 25% do Censo Demográfico de 1980
3. Microdados da amostra do Censo Demográfico de 1991
4. Microdados da amostra do Censo Demográfico de 2000

Trabalhar com dados da amostra implica em obter resultados nem sempre exatos, mais muito próximos daqueles registrados no universo. Assim, na conferência dos principais resultados (população e domicílios) observou-se, como era esperado, pequenas diferenças oriundas das aproximações geradas pelos pesos expressos em muitas casa decimais (ver *layouts*).

Os arquivos foram transportados na íntegra e o número de cada variável preservado, correspondendo exatamente ao apresentado no *layout*. Todos estão armazenados em "SPSS for Windows" versão 10.0.

Algumas recomendações são necessários, para o uso correto dos Bancos de Dados. Todos os Bancos de Dados contém domicílios e pessoas. Os arquivos de 91 e 2000 que eram separados foram transformados em um único arquivo. Assim, para trabalhar com domicílios, em qualquer um dos bancos de dados, será preciso selecionar primeiramente a variável "chefe ou responsável pelo domicílio" e depois as demais. Os resultados da amostra costumam abranger somente os domicílios particulares permanentes.

Considerando que todos os dados armazenados referem-se aos resultados da amostra, a geração de qualquer tabulação deverá incluir a variável "peso", indicada no *layout*.

O arquivo de 1970 apresenta a seguinte especificidade: para obter o resultado correto de população é necessário selecionar apenas os moradores, presentes e ausentes; eliminando os não moradores. Selecionar a variável 24 – condição de presença e apenas os resultados menores do que 2. É esse resultado que corresponde ao conceito de "população residente" e pode ser comparado aos obtidos nos demais censos.

ANEXO E - CONCEITOS E DEFINIÇÕES UTILIZADOS NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1970, 1980, 1991 E 2000

1. Variáveis selecionadas

- 1 - Situação do domicílio

1970

A população é classificada segundo a localização do domicílio, nas áreas urbanas, suburbanas e rurais, definidas por Lei Municipal. Como Quadros urbano e suburbano, entendido o último como prolongamento do primeiro, consideram-se as áreas correspondentes às Cidades (sedes municipais) ou às Vilas (sedes distritais). O quadro rural abrange toda a área situada fora dos limites das Cidades e Vilas.

Relativamente ao Estado da Guanabara, a classificação única de Quadro urbano, decorre de dispositivos legais definidores da Divisão Administrativa do Estado.

1980-2000

Classificação segundo a localização do domicílio em área urbana ou rural, segundo a posição em relação ao perímetro urbano definido por lei municipal. A situação urbana abrange as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), vilas (sedes distritais) ou áreas urbanas isoladas; a situação rural engloba toda a área externa ao perímetro urbano.

- 2 - Espécie do domicílio

1970

Domicílio é o local de moradia, estruturalmente independente, formado por um ou mais cômodos, com entrada privativa; por extensão, foram considerados também como domicílios prédios em construção, embarcações, veículos, barracas, tendas, grutas e outros locais que estivessem sendo utilizados para moradia na data do censo; classificaram-se os domicílios

segundo a espécie em: particulares (quando servissem de moradia a no máximo três grupos familiares); as casas de cômodos (cabeça de porco, cortiço etc.) foram assemelhadas a edifícios de apartamentos, considerando-se cada unidade residencial como um domicílio particular; e coletivos (quando fossem habitados por grupos conviventes – religiosos em conventos, hóspedes em hotéis e similares, estudantes em internatos, asilados em instituições de assistência etc.; os domicílios ocupados por quatro ou mais grupos familiares ou por grupos familiares e grupos conviventes foram considerados também domicílios coletivos).

1980

Domicílio é o local de moradia estruturalmente independente, constituído por um ou mais cômodos, com entrada privativa. Por extensão, foram também considerados como domicílios os edifícios em construção, embarcações, veículos, barracas, tendas, grutas e outros locais que estivessem sendo utilizados como moradia na data do censo; Classificação dos domicílios segundo a espécie: 1 - particular permanente: servindo de moradia a no máximo três famílias, as condições básicas para caracterização de um domicílio como particular são: separação - pela qual se entende um local de habitação limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto e que permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas se isole das demais com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente; e independência - pela qual se entende o acesso direto ao local de habitação sem passar por locais de habitação de outras pessoas; domicílio permanente é o que foi construído para fins residenciais; 2 - particular ocasional: servindo de moradia a no máximo três famílias, as condições básicas para caracterização de um domicílio como particular são separação - pela qual se entende um local de habitação limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto e que permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas se isole das demais com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente; e independência - pela qual se entende o acesso direto ao local de habitação sem passar por locais de habitação de outras pessoas; domicílio de uso ocasional é o que serve ocasionalmente de moradia, normalmente usado para fins-de-semana, férias ou outro fim e cujos moradores não estavam presentes na data do censo (quando nestes domicílios seus ocupantes estavam presentes, foram recenseados como não moradores presentes); 3 - particular improvisado: servindo de moradia a no máximo três famílias, as condições básicas para caracterização de um domicílio como particular são separação - pela qual se entende um local de habitação limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto e que permite

que uma pessoa ou um grupo de pessoas se isole das demais com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente; e independência – pela qual se entende o acesso direto ao local de habitação sem passar por locais de habitação de outras pessoas; domicílio improvisado é aquele localizado em unidades não-residenciais (loja, fábrica etc.), desde que não tivesse dependências destinadas exclusivamente à moradia, como os locais que estivessem servindo de moradia em caráter transitório (prédios em construção, embarcações, carroças, vagões de estrada de ferro, tendas, barracas, grutas, pontes etc.); 4 - coletivo permanente: domicílio coletivo é o estabelecimento institucional - hotel, hospital, asilo, mosteiro, quartel, escola, prisão e assemelhados - ocupado por grupos conviventes e/ou famílias, nos quais a relação entre os moradores se restringia à subordinação de ordem administrativa e ao cumprimento de normas de convivência. Foram também considerados como coletivos os domicílios institucionais que, na data do censo, serviam de moradia a um grupo de seis ou mais pessoas sem relação de parentesco ou subordinação doméstica, e aqueles em que residiam quatro ou mais famílias. As repúblicas de estudantes também foram consideradas domicílios coletivos, independentemente do número de seus moradores; domicílio permanente é o que foi construído para fins residenciais; 5 – coletivo improvisado: domicílio coletivo é o estabelecimento institucional - hotel, hospital, asilo, mosteiro, quartel, escola, prisão e assemelhados - ocupado por grupos conviventes e/ou famílias, nos quais a relação entre os moradores se restringia à subordinação de ordem administrativa e ao cumprimento de normas de convivência. Foram também considerados como coletivos os domicílios institucionais que, na data do censo, serviam de moradia a um grupo de seis ou mais pessoas sem relação de parentesco ou subordinação doméstica, e aqueles em que residiam quatro ou mais famílias. As repúblicas de estudantes também foram consideradas domicílios coletivos, independentemente do número de seus moradores; domicílio improvisado é aquele localizado em unidades não-residenciais (loja, fábrica etc.), desde que não tivesse dependências destinadas exclusivamente à moradia, como os locais que estivessem servindo de moradia em caráter transitório (prédios em construção, embarcações, carroças, vagões de estrada de ferro, tendas, barracas, grutas, pontes etc.).

1991

Domicílio é a moradia estruturalmente independente, constituída por um ou mais cômodos, com entrada privativa. Por extensão, edifícios em construção, embarcações, veículos,

barracas, tendas, grutas e outros locais que estiverem, na data do Censo, servindo de moradia, também são considerados domicílios.

Espécie de domicílio classifica o prédio segundo o uso de suas dependências. As condições básicas para caracterização de um domicílio como particular são: a) separação - pela qual se entende um local de habitação limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto e que permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas se isole das demais com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente; e b) independência - pela qual se entende o acesso direto ao local de habitação sem passar por locais de habitação de outras pessoas. Classificam-se segundo a espécie em: 1 - particular permanente: domicílio construído para fim residencial, que serve de moradia a uma, duas, ou no máximo cinco famílias, mesmo que esteja localizado em estabelecimento industrial, comercial etc. Prédio em construção onde residam até cinco pessoas, embora sem laço de parentesco ou dependência doméstica, também é considerado como domicílio particular. Nas casas de cômodos (cabeças-de-porco, cortiços etc.) e nos edifícios de apartamentos, considera-se cada unidade residencial como um domicílio particular. As fazendas, estâncias etc., também constituem conjuntos de domicílios particulares. Nos estabelecimentos institucionais como hospitais, asilos, mosteiros, quartéis, escolas, prisões e assemelhados, são considerados como domicílios particulares os localizados em prédios independentes, ocupados por famílias cujos membros, um ou mais, sejam donos ou empregados do estabelecimento ou façam parte, ou não, da instituição ou zonas militares; 2 - particular improvisado: domicílio que não foi construído para fim residencial, embora sirva de moradia na data de referência do Censo, tal como o localizado em unidades não residenciais (lojas, fábricas etc.) que não possuem dependências destinadas exclusivamente à moradia, prédios em construção servindo de moradia ao pessoal de obra, embarcações, carroças, vagões de estrada de ferro, tendas, barracas, grutas, pontes, pátios de estações de estradas de ferro, marquises de edifícios etc., que estejam servindo de moradia na data do Censo; 3 - coletivo: domicílio ocupado por grupo convivente ou família, no qual a relação entre moradores se restringe à subordinação de ordem administrativa e ao cumprimento de normas de convivência, como hotéis, pensões, recolhimentos, asilos, orfanatos, conventos, penitenciárias, quartéis, postos militares, navios, alojamentos de trabalhadores etc. Também é classificado como coletivo o domicílio particular ocupado por um grupo de seis ou mais pessoas sem relação de parentesco e dependência doméstica (grupo convivente) ou aquele em que residam seis ou mais famílias conviventes, bem como os prédios em construção onde

residem seis ou mais operários, com ou sem relação de parentesco (não sendo incluído neste caso o domicílio que está sendo reformado ou ampliado). As repúblicas de estudantes são sempre consideradas domicílios coletivos, mesmo que tenham menos de seis estudantes.

2000

Quanto á espécie, classificou-se o domicílio como:

- Domicílio particular – quando o relacionamento entre seus ocupantes era ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência. Os domicílios particulares desagregam-se em: - Permanente, quando construído para servir, exclusivamente, à habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas; ou - Improvisado, quando localizado em unidade não residencial (loja, fábrica, etc.) que não tinha dependências destinadas, exclusivamente, à moradia, mas que, na data de referência, estava ocupado por morador. Os prédios em construção, vagões de trem, carroças, tendas, barracas, grutas, etc., que estavam servindo de moradia na data de referência, também foram considerados como domicílios improvisados.

Entendeu-se como dependência doméstica a situação de subordinação dos empregados domésticos e agregados em relação a pessoa responsável pelo domicílio, e entendeu-se por normas de convivência as regras estabelecidas para convivência de pessoas que residiam no mesmo domicílio e não estavam ligadas por laços de parentesco nem de dependência doméstica.

- Domicílio Coletivo – quando a relação entre as pessoas que nele habitavam era restrita a normas de subordinação administrativa, como em hotéis, pensões, presídios, cadeias, penitenciárias, quartéis, postos militares, asilos, orfanatos, conventos, hospitais e clínicas (com internação), alojamento de trabalhadores, motéis, camping, etc.

- 3 - Total de cômodos**1940-2000**

Cômodo: compartimento integrante do domicílio separado por paredes, inclusive banheiros e cozinha, e os existentes na parte externa do prédio, desde que constituam parte integrante do domicílio. Não são considerados os corredores, alpendres, varandas abertas e outros compartimentos utilizados para fins não-residenciais como garagens, depósitos etc.

- 4 - Número de cômodos servindo de dormitório**1970-1980-1991**

Dormitório corresponde ao cômodo integrante do domicílio que estiver servindo, em caráter permanente, de dormitório para os moradores, nele incluídos aqueles que assim são utilizados em função de não haver acomodação adequada para esta finalidade.

2000

Considerou-se como dormitório o quarto ou qualquer outra dependência, que estivesse servindo de dormitório, inclusive os cômodos integrantes do domicílio que se situam na parte externa do prédio e eram usados como dormitórios pelos moradores.

- 5 - Condição de ocupação do domicílio**1970**

Condição de ocupação dos domicílios permanentes classificados em: próprios (mesmo em aquisição, ou quando o prédio fosse de propriedade dos moradores e o terreno pertencente a terceiros); alugados; cedidos; outra condição;

1980

Condição de ocupação dos domicílios classificados em: 1 - próprio, já pagou (quando o proprietário ou co-proprietário residisse em domicílio de sua propriedade, totalmente pago, independentemente de o terreno ser ou não de sua propriedade); 2 - próprio, não pagou (quando o proprietário ou co-proprietário residisse em domicílio de sua propriedade, mas ainda não tinha pago o valor total do imóvel, independentemente de o terreno ser ou não de sua propriedade); 3 - alugado (quando o domicílio fosse alugado, mesmo que o aluguel fosse pago por pessoa não moradora, exclusive empregador de qualquer um dos moradores do domicílio; o domicílio também foi registrado como alugado quando fosse parte integrante do salário de qualquer um dos moradores uma parcela em dinheiro para complementação do aluguel); 4 - cedido por empregador (quando o domicílio fosse cedido por empregador (particular ou público) de qualquer um dos moradores, ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação, inclusive os domicílios cujo aluguel fosse pago diretamente pelo empregador de um dos moradores do domicílio); 5 - cedido por particular (quando o domicílio fosse cedido gratuitamente por particular (parente, não parente ou instituição), exclusive empregador de qualquer dos moradores); 6 - outro (quando o domicílio fosse ocupado de forma diferente das anteriormente arroladas);

1991

Condição de ocupação dos domicílios particulares permanentes classificados em: 1 - próprio, construção e terreno (quando o prédio e o terreno do domicílio forem de propriedade de um ou mais de seus componentes); 2 - próprio, só a construção (quando o prédio do domicílio for de propriedade de um ou mais de seus componentes, mas que não tem a posse do terreno em que está construído); 3 - alugado (quando o domicílio for alugado, mesmo que o aluguel seja pago por um não morador, exclusive empregador de qualquer um dos moradores do domicílio, quando o empregador de qualquer um dos moradores pagar, como parte integrante do salário, uma parcela em dinheiro para complementação do aluguel); 4 - cedido, por empregador (quando o domicílio for cedido por empregador (particular ou público) de qualquer um dos moradores, ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação. Inclui-se neste caso os domicílios cujo aluguel é pago diretamente pelo empregador de um dos moradores do domicílio); 5 - cedido, por particular (quando o domicílio for cedido gratuitamente por particular (parente, não parente, instituição), exclusive empregador de

qualquer um dos moradores); 6 – outra (quando o domicílio for ocupado de forma diferente das anteriormente arroladas como, por exemplo, quando o locatário pagar um só aluguel pelo domicílio e pela parte não-residencial (oficina, casa comercial etc.) ou quando a família residir em estabelecimento agropecuário arrendado).

2000

Quanto à condição de ocupação, classificou-se o domicílio particular permanente como: 1 – próprio, já quitado - quando o domicílio era de propriedade total ou parcial de um ou mais moradores e já estava integralmente pago; 2 – próprio, em aquisição - quando era de propriedade total ou parcial, de um ou mais moradores e ainda não estiver integralmente pago; 3 - alugado - quando o aluguel era pago por um ou mais moradores. Considerou-se, também, como alugado, o domicílio em que o empregador (de qualquer um dos moradores), pagava, como parte integrante do salário, uma parcela em dinheiro para pagamento do aluguel; 4 – cedido por empregador - quando o domicílio era cedido por empregador (particular ou público) de qualquer um dos moradores, ainda que mediante a uma taxa de ocupação ou conservação (condomínio, gás, luz, etc.). Incluiu-se, neste caso, o domicílio cujo aluguel era pago diretamente pelo empregador de um dos moradores do domicílio; 5 – cedido de outra forma - quando era cedido gratuitamente por pessoa que não era moradora ou por instituição que não era empregadora de algum dos moradores, ainda que mediante a uma taxa de ocupação (impostos, condomínio, etc.) ou de conservação. Incluiu-se, neste caso, o domicílio cujo aluguel era pago, direta ou indiretamente, por pessoa não-moradora ou por instituição não-empregadora de algum morador; ou 6 – outra condição - quando era ocupado de forma diferente das anteriormente relacionadas. Incluíram-se, neste caso: o domicílio cujo aluguel, pago por morador, referia-se à unidade domiciliar em conjunto com unidade não-residencial (oficina, loja, etc.); o domicílio localizado em estabelecimento agropecuário arrendado; e, também, o domicílio ocupado por invasão.

- 6 - Forma de abastecimento de água

1970

Abastecimento através de: rede geral, com ou sem canalização interna; poço ou nascente, com ou sem canalização interna; outra forma, com ou sem canalização interna, onde foram

considerados os abastecimentos oriundos de carro-pipa, água da chuva, fontes públicas e poços ou torneiras localizados fora do domicílio.

1980-1991

Abastecimento segundo a forma, isto é, a) com canalização interna: por rede geral, quando o domicílio fosse servido de água canalizada proveniente de rede geral de abastecimento, com distribuição interna para um ou mais cômodos; poço ou nascente, quando o domicílio fosse servido de água canalizada ligada a poço ou nascente, com distribuição interna para um ou mais cômodos; outra forma, quando o domicílio tivesse distribuição interna, mas o reservatório (ou caixa) era abastecido com águas das chuvas, por carro-pipa etc.; b) sem canalização interna: por rede geral, quando o domicílio fosse proveniente de uma rede geral, canalizada para a propriedade, sem haver distribuição interna no domicílio; poço ou nascente, quando o domicílio fosse servido de água proveniente de poço ou nascente próprios, sem distribuição interna; outra forma, quando a água utilizada no domicílio fosse apanhada em fonte pública, poço, bica etc., localizados fora da propriedade e não havia distribuição interna no domicílio.

2000

A forma de abastecimento de água do domicílio particular permanente foi classificada como: rede geral - quando o domicílio, ou o terreno ou a propriedade onde ele está localizado, for servido por água ligada à rede geral de abastecimento; poço ou nascente (na propriedade) - quando o domicílio for servido por poço ou nascente, localizado no terreno ou na propriedade onde está construído; ou outra - quando o domicílio for servido de água de reservatório (ou caixa), abastecido com água das chuvas, carro-pipa, ou ainda, poço ou nascente, localizado fora do terreno ou da propriedade onde está construído. No caso da existência de tipos diferentes de abastecimento de água, registre o que se enquadra primeiro na ordem relacionada.

Pesquisou-se a existência de canalização de água para o domicílio particular permanente ou para o terreno ou a propriedade em que se localizava. Classificou - se como: canalizada em pelo menos um cômodo - quando o domicílio era servido por água canalizada com distribuição interna para um ou mais cômodos; canalizada só na propriedade ou terreno -

quando a água utilizada no domicílio chega canalizada à propriedade ou ao terreno em que se localizava o domicílio, sem haver distribuição interna em pelo menos um cômodo; ou não canalizada - quando a água utilizada no domicílio não chegava canalizada à propriedade ou ao terreno em que se localizava o domicílio e não havia distribuição interna.

- 7 - Tipo de escoadouro – instalação sanitária

1960-1970

Existência de instalações sanitárias, classificadas por tipo de escoadouro em: rede geral, fossa séptica, fossa rudimentar e outro escoadouro (quando fossem usados diretamente, como escoadouro, rios, lagos etc.).

1980

Existência de instalações sanitárias, classificadas por tipo de escoadouro em: rede geral (quando o aparelho sanitário estivesse ligado a uma rede geral de esgoto sanitário); fossa séptica (quando o aparelho sanitário estivesse ligado à fossa séptica, mesmo que esta fosse comum a mais de um domicílio); fossa rudimentar (quando a instalação sanitária, havendo ou não aparelho, estivesse ligada à fossa rústica – fossa negra, poço, buraco etc. - , mesmo que essa fosse de uso comum a mais de um domicílio); outro (quando a instalação sanitária, havendo ou não aparelho, estivesse ligada diretamente a um escoadouro que não fosse rede de esgoto ou fossa, tal como rio, lago etc.). Foi ainda investigado se a instalação sanitária era de uso só do domicílio ou de mais de um.

1991

Banheiro ou instalação sanitária é o local que tenha, pelo menos, um espaço (vaso sanitário, buraco etc.) destinado a receber dejetos humanos. Os lavabos só são considerados como banheiros quando, além da pia, possuem vaso sanitário. Os existentes na parte externa são considerados quando constituem parte integrante do domicílio. Classificação da informação segundo o tipo de escoadouro: não tem (não existe instalação sanitária para uso dos moradores do domicílio); rede geral (aparelho sanitário ligado a uma rede geral de esgoto sanitário); fossa séptica ligada à rede pluvial (aparelho sanitário ligado à fossa séptica com

escoamento das águas servidas canalizado para a rede de águas pluviais); fossa séptica sem escoadouro (aparelho sanitário ligado à fossa séptica sem escoadouro das águas servidas - sumidouro); fossa rudimentar (instalação sanitária ligada à fossa rústica (fossa negra, poço, buraco etc.), independente de haver ou não aparelho); vala negra (instalação sanitária ligada a uma vala negra (escoadouro de águas pluviais a céu aberto), independente de haver ou não aparelho); outro (instalação sanitária ligada diretamente a um rio, lago etc., independente de haver ou não aparelho); não sabe (informante desconhece o escoadouro da instalação sanitária do domicílio, independente de haver ou não aparelho). Classificação da informação segundo a natureza do uso: não tem (inexistência de instalação sanitária para uso dos moradores do domicílio); só do domicílio (instalação sanitária de uso exclusivo do domicílio); comum a mais de um (instalação sanitária comum a mais de um domicílio).

2000

O tipo de esgotamento sanitário do banheiro ou sanitário do domicílio particular permanente foi classificado como: 1 – rede geral de esgoto ou pluvial - quando a canalização das águas servidas e dos dejetos provenientes do banheiro ou sanitário, estava ligada a um sistema de coleta, que os conduzia a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não disponha de estação de tratamento da matéria esgotada; 2 – fossa séptica - quando a canalização do banheiro ou sanitário estava ligada a uma fossa séptica, ou seja, a matéria é esgotada para uma fossa próxima, onde passava por um processo de tratamento ou decantação sendo, ou não, a parte líquida conduzida em seguida para um desaguadouro geral da área, região ou município; 3 – fossa rudimentar - quando o banheiro ou sanitário estava ligado a uma fossa rústica (fossa negra, poço, buraco, etc.); 4 - vala - quando o banheiro ou sanitário estava ligado diretamente a uma vala a céu aberto; 5 – rio, lago ou mar - quando o banheiro ou sanitário estava ligado diretamente a um rio, lago ou mar; ou 6 – outro escoadouro – qualquer outra situação não descrita anteriormente.

- 8 - Iluminação elétrica e iluminação

1960 – 1970

Existência de iluminação elétrica nos domicílios, independentemente de ser fornecida por uma rede geral.

1980

Existência de iluminação elétrica nos domicílios, independentemente de ser fornecida por uma rede geral, bem como existência de medidor ou relógio para o registro de uso exclusivo do domicílio.

1991

Forma de iluminação do domicílio, classificada quanto à origem: elétrica, com medidor (iluminação elétrica, proveniente ou não de uma rede geral, com medidor ou relógio que registre o consumo exclusivo do domicílio); elétrica, sem medidor (iluminação elétrica, proveniente ou não de uma rede geral, não tendo medidor ou relógio para registrar o consumo exclusivo do domicílio); óleo ou querosene (domicílio que não possui iluminação elétrica onde a luz é obtida por lampião a óleo, querosene ou gás liquefeito); outra (inexistência de iluminação no domicílio ou quando esta é obtida por vela, fogueira, lanterna etc.).

2000

Para o domicílio com iluminação elétrica, proveniente ou não de uma rede geral, com ou sem medidor.

- 9 a 12 - Existência de bens duráveis**1970**

Existência de bens duráveis no domicílio: fogão, não sendo considerados os fogões portáteis, com apenas uma boca, denominados fogareiros, segundo os tipos de combustível ou energia utilizados (lenha, carvão, eletricidade, gás - encanado ou de bujão -, óleo, querosene); rádio (inclusive de pilha); geladeira (exclusive as caixas construídas para depósito de gelo, com fins de refrigeração); televisão; automóvel (exclusive os de uso profissional).

1980

Investigou-se a existência de: - equipamento utilizado para cozinhar (fogão, fogão improvisado e fogareiro); - combustível usado para cozinhar (gás de botijão, gás canalizado, lenha, carvão, óleo ou querosene, álcool e eletricidade); telefone, iluminação elétrica, rádio (inclusive de pilha); geladeira (não considerados os depósitos de gelo portáteis, normalmente feitos de isopor); - televisão (além da existência, indagou-se o tipo de aparelho: a cores, a cores e preto e branco, e preto e branco); automóvel ou utilitário (de uso particular, para passeio ou locomoção dos membros do domicílio e para trabalho). Foram feitas recomendações especiais para não considerar como tendo automóvel os domicílios que só dispunham de caminhões, "pick-ups" ou camionetas de carga.

1991

Existência de bens duráveis no domicílio: filtro d'água; telefone, quando o domicílio dispuser de uma ou mais linhas, (inclusive extensão de outro domicílio); automóvel particular; automóvel para trabalho (próprio ou cedido); rádio (inclusive de pilha); geladeira (de uma ou mais de uma porta); televisão em preto e branco; televisão em cores; freezer; máquina de lavar roupa; aspirador de pó.

2000

Considerados apenas os aparelhos que estiverem em condições de uso, independente de serem próprios, cedidos ou alugados. Pesquisou-se a existência no domicílio particular permanente de: linha telefônica instalada (convencional, alugada, extensão ou ramal de central telefônica); forno de microondas; geladeira (de uma ou mais portas) ou freezer, mesmo que seja a gás ou querosene; máquina de lavar roupa (não incluídas as que não realizavam operações de enxágue e centrifugação, como tanquinho e similares); aparelho de ar condicionado (aparelhos ou cômodos servidos de ar condicionado central); rádio (qualquer tipo de aparelho, inclusive a pilha ou acoplado a outros aparelhos); o total de televisores existentes no domicílio, tanto em cores como em preto e branco, desde que em condições de uso; videocassete e microcomputador.

Considerou-se como tendo automóvel para uso particular, o domicílio em que um de seus moradores possuísse um automóvel de passeio ou utilitário para passeio ou locomoção dos membros do domicílio para o trabalho. Incluiu-se como de uso particular o veículo utilizado para desempenho profissional de ocupações como: motorista de táxi, vendedor que tem necessidade de transportar amostras de sua mercadoria para atender ou solicitar pedidos, etc., desde que fosse utilizado, também, para passeio ou locomoção de membros do domicílio.

- 13 - População residente (total de pessoas)

1970-1991

População de direito, constituída pelos moradores presentes e moradores ausentes (por período não superior a 12 meses) na data do censo.

2000

A população residente constitui-se pelos moradores em domicílios na data de referência. Considerou-se como moradora a pessoa que tinha o domicílio como local de residência habitual e que, na data de referência, estava presente ou ausente, por período que não tenha sido superior a 12 meses em relação àquela data, por um dos seguintes motivos: - viagens (a passeio, a serviço, a negócio, de estudos, etc.); - internação em estabelecimento de ensino ou hospedagem em domicílio, visando facilitar a frequência à escola durante o ano letivo; - detenção sem sentença definitiva declarada; - internação temporária em hospital ou estabelecimento similar; e - embarque a serviço (marítimos).

Nos censos de 1970 e 1980 também foi investigada a população presente ou população de fato, constituída pelos moradores presentes e não moradores presentes na data do censo.

- 14 - Família

1970-1991

Define-se como família: a) conjunto de pessoas ligadas por laço de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que morem no mesmo domicílio. (Entende-se por

dependência doméstica a situação de subordinação dos empregados domésticos e agregados em relação ao chefe da família. Entende-se por norma de convivência o cumprimento de regras estabelecidas para convivência de pessoas que residem no mesmo domicílio e não estão ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica); b) pessoa sozinha que more em domicílio particular; c) conjunto de, no máximo, 5 pessoas que morem em domicílio particular, embora não estejam ligadas por laços de parentesco e/ou dependência doméstica.

2000

Nos domicílios particulares, considere como família: - a pessoa que morava sozinha; - o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica; e - as pessoas ligadas por normas de convivência. Definem-se, como conviventes, as famílias com, no mínimo, duas pessoas cada uma, que conviviam, no mesmo domicílio particular na data de referência. São formadas por parentes com suas respectivas famílias ou pessoas não aparentadas com suas respectivas famílias, tais como: - pai e filho, com suas respectivas famílias, que residiam em um mesmo domicílio; - irmãos, com suas respectivas famílias, que residiam em um mesmo domicílio; - patrões e empregados, com suas respectivas famílias, que residiam em um mesmo domicílio; - amigos ou colegas, com suas respectivas famílias, que residiam em um mesmo domicílio.

- 15 - Sexo

1970-1980

Sexo da pessoa recenseada: Homem ou Mulher.

1991-2000

Sexo da pessoa recenseada: Masculino ou Feminino.

- 16 - Condição no domicílio e na família

1970

Na classificação das pessoas, segundo a condição no domicílio, efetuou-se a distinção entre famílias, assim considerados os conjuntos de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica, e grupos conviventes, ou sejam, os religiosos em conventos, hóspedes em hotéis e similares, militares em navios ou quartéis, estudantes em internatos, asilados em instituições de assistência e grupos assemelháveis.

Relação de convivência entre cada morador e o chefe do domicílio: chefe de família (pessoa responsável pela família); cônjuge (pessoa que vivesse maritalmente com o chefe, existindo ou não vínculo matrimonial); filhos (inclusive adotivos e exclusive os de criação); enteado; pais e sogros (inclusive padrastos e madrastas); outros parentes; agregados (pessoas que residissem no domicílio, sem laços de parentesco e fora das condições de hóspedes, pensionistas ou empregados); pensionista (pessoa que, sem ser parente, tivesse residência fixa no domicílio, pagando hospedagem); hóspede (pessoa, parente ou não, que não tendo residência fixa no domicílio, ali se encontrava na data do censo); empregados (pessoas que prestassem serviços remunerados no domicílio, ali dormindo habitualmente).

1980

Relação com o chefe do domicílio: individual; chefe; cônjuge; filho/enteado; pais/sogros; genro/nora/outro; agregado; hospede/pensionista; empregado; parente empregado.

Discriminaram-se os componentes da família segundo as seguintes condições: chefe – pessoa responsável pela família; cônjuge – pessoa que vivesse maritalmente com o chefe, existindo ou não vínculo matrimonial; filho (inclusive adotivo ou de criação) ou enteado; pais ou sogros (inclusive padrasto e madrastra); outros parentes; agregado – pessoa que residisse no domicílio, sem ser parente, pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado; pensionista – pessoa que, sem ser parente, tivesse residência fixa no domicílio, pagando hospedagem; empregado doméstico – pessoa que prestasse serviços domésticos remunerados aos moradores do domicílio, ali dormindo habitualmente; e parente do empregado – pessoa parente do empregado doméstico que não prestasse serviços domésticos remunerados aos moradores do domicílio, ali dormindo habitualmente.

No censo de 1980, diferentemente dos anteriores, o empregado doméstico e o parente do empregado doméstico que, por conveniência ou natureza de suas obrigações, dormissem no domicílio onde aquele trabalhasse, geralmente retornando à sua residência nos fins de semana ou quinzenalmente, não foram considerados como moradores no domicílio do patrão, e sim na sua residência.

1991

Discriminou-se cada componente do domicílio segundo as seguintes condições: Chefe – pessoa (homem ou mulher) responsável pelo domicílio ; Cônjuge – pessoa (homem ou mulher) que vivesse conjugalmente com o chefe do domicílio, existindo ou não vínculo matrimonial; Filho(a) – inclusive filho adotivo ou filho de criação; Enteado(a) – filho somente do cônjuge, mesmo que o cônjuge já tivesse falecido ou não morasse no domicílio; Pai ou Mãe – inclusive padrasto e madrasta; Sogro(a) – mesmo que não fosse parente do cônjuge atual; Avô(ó) ou Bisavô(ó) – inclusive só do cônjuge; Genro ou Nora – inclusive só do cônjuge; Irmão ou Irmã; Cunhado(a) – mesmo que não fosse parente do cônjuge atual; Outro Parente – sobrinho, tio , primo, inclusive só do cônjuge; Agregado(a) – pessoa que residisse no domicílio, sem ser parente, pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado, sem pagar hospedagem; Pensionista – pessoa que, sem ser parente, tivesse residência fixa no domicílio, pagando hospedagem; Empregado(a) Doméstico(a) – pessoa que prestasse serviços domésticos remunerados aos moradores do domicílio; e , Parente do(a) Empregado(a) Doméstico(a) – pessoa que fosse parente do(a) empregado(a) doméstico(a) e que não prestasse serviços domésticos remunerados aos moradores do domicílio.

Discriminou-se cada componente das famílias segundo as seguintes condições: Chefe – pessoa (homem ou mulher) responsável pelo domicílio ; Cônjuge – pessoa (homem ou mulher) que vivesse conjugalmente com o chefe do domicílio, existindo ou não vínculo matrimonial; Filho(a) – inclusive filho adotivo ou filho de criação; Enteado(a) – filho somente do cônjuge, mesmo que o cônjuge já tivesse falecido ou não morasse no domicílio; Pai ou Mãe – inclusive padrasto e madrasta; Sogro(a) – mesmo que não fosse parente do cônjuge atual; Avô(ó) ou Bisavô(ó) – inclusive só do cônjuge; Genro ou Nora – inclusive só do cônjuge; Irmão ou Irmã; Cunhado(a) – mesmo que não fosse parente do cônjuge atual; Outro Parente – sobrinho, tio , primo, inclusive só do cônjuge; Agregado(a) – pessoa que residisse no domicílio, sem ser parente, pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado,

sem pagar hospedagem; Pensionista – pessoa que, sem ser parente, tivesse residência fixa no domicílio, pagando hospedagem; Empregado(a) Doméstico(a) – pessoa que prestasse serviços domésticos remunerados aos moradores do domicílio. A condição de parente do(a) empregado(a) doméstico(a) não constou da condição na família, porque o mesmo, na composição da família, seria membro da família do(a) empregado(a) doméstico(a).

2000

Pessoa responsável pelo domicílio: para o homem ou mulher responsável pelo domicílio particular ou que assim era considerado(a) pelos demais moradores do domicílio.

As categorias que definem a relação de cada morador com a pessoa responsável pelo domicílio são as mesmas adotadas para registrar a relação com o responsável pela família.

Cada pessoa foi classificada em função da sua relação com a pessoa responsável pela família a que pertencia no domicílio particular, de acordo com as seguintes definições:

- Pessoa responsável – para o homem ou a mulher responsável pela família ou que assim era considerado(a) pelos demais membros da família;
- Cônjuge, companheiro(a) – para homem ou mulher que vivia conjugalmente com a pessoa responsável pela família, existindo ou não vínculo matrimonial;
- Filho(a), enteado(a) – para o(a) filho(a) ou enteado(a), inclusive o(a) filho(a) adotivo(a) ou de criação, da pessoa responsável e, também, para o(a) filho(a) somente do(a) cônjuge, mesmo sendo o(a) cônjuge já falecido(a) ou não morando mais no domicílio;
- Pai, mãe, sogro(a) – para o pai, a mãe ou o(a) sogro(a), inclusive o padrasto ou a madrasta, da pessoa responsável pela família;
- Neto(a), bisneto(a) – para o(a) neto(a) ou bisneto(a) da pessoa responsável pela família, inclusive para o(a) neto(a) ou bisneto(a) somente do cônjuge;
- Outro parente – para o irmão ou irmã da pessoa responsável pela família, inclusive os que não tinham laços consangüíneos (adotivos ou de criação); para o(a) avô(ó), o(a) bisavô(ó), o genro, a nora, o(a) cunhado(a), o(a) tio(a), o sobrinho(a) ou o primo(a) da pessoa responsável pela família, inclusive para a pessoa que tinha um destes laços de parentesco somente com o cônjuge;
- Sem parentesco:

- Agregado – para a pessoa que, sem ser parente, pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico, não pagava hospedagem nem contribuía para as despesas de alimentação e moradia da família;
- Pensionista – para a pessoa que, sem ser parente, pagava hospedagem ou contribuía para as despesas de alimentação e moradia da família;
- Empregado(a) doméstico(a) – para a pessoa que prestava serviços domésticos remunerados a um ou mais membros da família;
- Parente do(a) empregado(a) doméstico(a) – para a pessoa que era parente do(a) empregado(a) doméstico(a) e que não prestava serviços domésticos remunerados a membro da família.

- 17 - Idade calculada em anos completos

1970-1991

Idade, em anos completos, na data de referência do censo.

A idade é calculada com base no dia, mês e ano de nascimento do informante; se este não souber sua data de nascimento, declara a idade que supõe ter; quando a pessoa não souber nem mesmo presumir a sua idade e nenhum outro morador for capaz de fazê-lo adequadamente, depois de esgotados todos os recursos para obtenção desta idade, o recenseador estima a idade da pessoa.

2000

A idade foi calculada em relação a 31 de julho de 2000. A investigação foi feita por meio da pesquisa do mês e ano de nascimento e, também, da idade da pessoa em 31 de julho de 2000, em anos completos ou em meses completos para as crianças menores de 1 ano. Para a pessoa que não sabia o mês e o ano do nascimento foi investigada a idade presumida.

- 18 - Religião ou culto

1970

Na investigação foram discriminadas as religiões: Católica romana, Evangélica e Espírita. As demais foram agrupadas em "Outras". Figuram no grupo "Sem religião" as pessoas que fizeram expressamente essa declaração. As que não apresentaram resposta à indagação sobre religião professada foram contadas no grupo "Sem declaração". Nos últimos dois casos, quando se tratava de crianças, foi atribuída a religião materna.

1980-1991

Seita, culto ou ramo da religião professada.

2000

Conhecer quais as religiões ou cultos declarados pela população e o número de seus adeptos. O registro identificou a seita, culto ou ramo da religião professada, como por exemplo: Católica apostólica romana, Católica ortodoxa, Católica brasileira, Anglicana, Episcopal, Luterana, Batista,...Esotérica, etc.

- 19 a 23 - Migração

1970

Para migrações internas foram investigadas as seguintes características: distribuição dos brasileiros natos presentes, por unidade da federação de nascimento; saldos ativos ou passivos das trocas de população entre as diversas unidades da federação; movimentos migratórios (imigração, emigração e saldo migratório) segundo as grandes regiões e unidades da federação.

1980

A investigação das migrações abrangeu os seguintes aspectos: nacionalidade, naturalidade, migrações intramunicipais e migrações intermunicipais. Não foi considerada como migrante a pessoa que se ausentou temporariamente do município por motivo de frequência à escola, tratamento de saúde, assistência a parente ou conhecido, serviço militar, estágio profissional, bolsa de estudo ou tarefa de trabalho agrícola, retornando logo após ter cessado o motivo de afastamento. Foram também considerados como naturais do município de residência as pessoas nas seguintes condições: a) residentes na mesma área em que nasceram, embora esta tenha mudado de nome ou se tenha transformado ou incorporado a uma nova unidade de federação ou município; b) tenham nascido em maternidade, casa de parente etc. localizada fora do município de residência materna, mas que voltaram logo após o nascimento. A população foi classificada quanto à nacionalidade em: brasileiros natos; naturalizados brasileiros; estrangeiros. Foram investigados, para os brasileiros natos, a unidade da federação de nascimento e para os naturalizados brasileiros e estrangeiros, o país de nascimento. Para as pessoas residentes, naturais ou não do município de residência na data de referência, foi indagado se naquele município, havia morado: a) só na zona urbana; b) só na zona rural; c) nas zonas urbana e rural. Para as pessoas que não nasceram no município de residência e para os nascidos que retornaram, foram investigados: a) situação do domicílio (urbana ou rural) no município onde moravam anteriormente; b) tempo de residência ininterrupta na unidade da federação e no município; c) município ou país estrangeiro de residência anterior, para as pessoas que migraram há menos de 10 anos. Na investigação da situação do domicílio anterior, quando houvesse sido alterada após a mudança, a informação pedida era da situação da época de residência. Para o natural da unidade da federação ou do município que tivesse migrado e depois retornado, a informação investigada era a do tempo de residência após o último retorno.

1991

A investigação das migrações abrangeu aspectos das: - Migrações internacionais, para as pessoas naturalizadas e para as estrangeiras investigou-se o País estrangeiro de nascimento e o ano em que elas fixaram residência no Brasil; - Migrações intramunicipais, para todas as pessoas residentes, naturais ou não do município de residência na data de referência do Censo, foi indagado se naquele município havia morado "só na zona urbana", "só na zona rural"

,"nas zonas urbana e rural" e há quantos anos se deu a última mudança; - Migrações intermunicipais, que abrangeu aspectos da migração de retorno, da última migração realizada no decênio anterior à data de referência do censo e da migração no quinquênio anterior ao Censo, baseada no local de residência em 1º de setembro de 1986 (para as pessoas de 5 anos ou mais de idade) e – Migrações interestaduais, que abrangeu também aspectos da migração entre o lugar de nascimento e a unidade da federação de residência à época do Censo e da migração de retorno.

2000

Foram investigados o lugar de nascimento, o tempo ininterrupto de residência na Unidade da Federação, o lugar de residência anterior e o lugar de residência em 31 de julho de 1995.

Nos 4 censos considerados foram investigadas a nacionalidade e a naturalidade. A nacionalidade, condição própria de cidadão de um país, quer por naturalidade, quer por naturalização. A classificação mais geral de nacionalidade adotada pelos censos é: brasileiros natos (pessoas que nasceram no Brasil ou em país estrangeiro e foram registradas como brasileiras, segundo as leis do Brasil); naturalizados brasileiros (pessoas estrangeiras que obtiveram a nacionalidade brasileira por meio de título de naturalização ou valendo-se de disposição da legislação brasileira); estrangeiros (pessoas nascidas em país estrangeiro ou nascidas no Brasil e registradas em representações estrangeiras, que não se naturalizaram brasileiras).

Naturalidade: local de nascimento das pessoas, assim considerada a Unidade da Federação para os brasileiros natos e o país de nascimento para os brasileiros naturalizados e estrangeiros.

- 24 a 27 - Alfabetização e instrução

1970-2000

A investigação das características de instrução abrangeu os seguintes aspectos: alfabetização, anos de estudo, frequência à escola, curso e série concluídos.

1970

Foram consideradas como alfabetizadas as pessoas capazes de ler e escrever um bilhete simples em um idioma qualquer; as que assinassem apenas o próprio nome foram consideradas analfabetas.

1980

Foram consideradas com alfabetizadas as pessoas capazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecessem. Aquelas que aprenderam a ler e escrever mas esqueceram e as que apenas assinassem o próprio nome foram consideradas analfabetas.

1991

Pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece.

2000

Considerou-se como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecia. Aquela que aprendeu a ler mas esqueceu e a que apenas assinava o próprio nome foi considerada analfabeta.

Como resultado da investigação de série e grau mais elevado concluído pelas pessoas de 5 anos e mais, que estavam frequentando ou haviam frequentado escola, foi possível obter, nos 4 censos, os anos de estudo. As classificações adotados em cada um deles são apresentadas a seguir:

1970

De 1 a 17 anos de estudo: - 1 a 5, elementar; 6 a 9, médio 1º ciclo; 10 a 12, médio 2º ciclo e 13 a 17, superior. Frequência a curso de admissão e Artigo 99 foi considerada "última série do elementar"; Artigo 99 (2º ciclo), "última série do médio 1º ciclo" e vestibular, como "última série médio 2º ciclo".

1980

De 1 a 8, 1º grau; de 9 a 11, 2º grau e 12 ou mais, superior – inclusive curso de mestrado e doutorado.

1991

Sem instrução e menos de 1 ano, para os que não haviam freqüentado escola ou se haviam, não concluíram a 1ª série do Primário, Elementar ou 1º grau; 1 a 3 anos, Primário ou Elementar e 1º grau (incompletos); 4 a 7 anos, Primário ou Elementar completos, 1º grau, Ginásial ou Médio 1º ciclo (incompletos); 8 a 10 anos, 1º grau, Ginásial ou Médio 1º ciclo (completos), 2º grau, Colegial ou Médio 2º ciclo (incompletos); 11 a 14 anos, 2º grau, Colegial ou Médio 2º ciclo (completos) e Superior (incompleto); e 15 anos ou mais, Superior (completo), Mestrado e Doutorado.

2000

A classificação dos anos de estudo foi estabelecida com o objetivo de compatibilizar os sistemas de ensino anteriores e atual. Essa classificação foi obtida em função da última série concluída com aprovação no nível ou grau mais elevado que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, sendo a correspondência feita da seguinte forma:

- sem instrução e menos de um ano, para a pessoa que nunca frequentou escola ou embora tenha frequentado, não concluiu pelo menos a 1ª série do ensino fundamental, 1º grau ou elementar;
- 1 ano de estudo, para a pessoa que concluiu curso de alfabetização de adultos, ou a 1ª série do ensino fundamental, 1º grau ou elementar;
- 2 anos de estudo, para a pessoa que concluiu a 2ª série do ensino fundamental, 1º grau ou elementar;
- 3 anos de estudo, para a pessoa que concluiu a 3ª série do ensino fundamental, 1º grau ou elementar;
- 4 anos de estudo, para a pessoa que concluiu a 4ª série do ensino fundamental ou 1º grau, ou, no mínimo, a 4ª série e, no máximo, a 6ª série do elementar;
- 5 anos de estudo, para a pessoa que concluiu a 5ª série do ensino fundamental ou 1º grau, ou a 1ª série do médio 1º ciclo;

- 6 anos de estudo, para a pessoa que concluiu a 6ª série do ensino fundamental ou 1º grau, ou a 2ª série do médio 1º ciclo;
- 7 anos de estudo, para a pessoa que concluiu a 7ª série do ensino fundamental ou 1º grau, ou a 3ª série do médio 1º ciclo;
- 8 anos de estudo, para a pessoa que concluiu a 8ª série do ensino fundamental ou 1º grau, ou, no mínimo, a 4ª série e, no máximo, a 5ª série do médio 1º ciclo;
- 9 anos de estudo, para a pessoa que concluiu a 1ª série do ensino médio, 2º grau ou médio 2º ciclo;
- 10 anos de estudo, para a pessoa que concluiu a 2ª série do ensino médio, 2º grau ou médio 2º ciclo;
- 11 anos de estudo, para a pessoa que concluiu, no mínimo, a 3ª série e, no máximo, a 4ª série do ensino médio, 2º grau ou médio 2º ciclo;
- 12 anos de estudo, para a pessoa que concluiu a 1ª série do superior;
- 13 anos de estudo, para a pessoa que concluiu a 2ª série do superior;
- 14 anos de estudo, para a pessoa que concluiu a 3ª série do superior;
- 15 anos de estudo, para a pessoa que concluiu a 4ª série do superior;
- 16 anos de estudo, para a pessoa que concluiu a 5ª série do superior;
- 17 anos de estudo ou mais, para a pessoa que concluiu a 6ª série do ensino superior ou mestrado ou doutorado;
- não determinados, para a pessoa que frequentava ensino fundamental ou 1º grau não-seriado.

Os grupos de anos de estudo definidos para a apresentação dos resultados foram: - sem instrução e menos de 1 ano; - 1 a 3 anos; - 4 a 7 anos; - 8 a 10 anos; 11 a 14 anos; - 15 anos ou mais e não determinados.

- 28 - Estado conjugal

1970

Condição das pessoas em relação ao fato de viverem em companhia de cônjuge, em decorrência de casamento civil, religioso, civil e religioso, ou de união consensual estável. Assim, a noção de estado conjugal não corresponde rigorosamente à do estado civil, considerado como a condição jurídica das pessoas em relação ao matrimônio. A classificação abrange os casados, segundo o tipo da união e oferecem-se elementos que permitem o

conhecimento do estado civil das pessoas que não viviam em companhia de cônjuge. As pessoas foram distribuídas nas seguintes classes: casadas (que houvessem contraído matrimônio civil, religioso, civil e religioso, e vivessem em companhia de cônjuge, assim como as que vivessem em união consensual estável sem vínculo civil ou religioso); solteiras (as que não houvessem contraído casamento civil ou religioso e nem vivessem em união consensual estável); separadas (as casadas em matrimônio civil ou religioso que se tivessem separado sem desquite ou divórcio); desquitadas (as que tivessem este estado civil homologado por decisão judicial e não vivessem em companhia de cônjuge); divorciadas (as casadas segundo leis estrangeiras, que houvessem obtido divórcio e não vivessem em companhia de cônjuge); viúvas (as pessoas de quem tivessem morrido os cônjuges, aos quais estivessem ligadas por casamento civil, religioso ou civil e religioso, e que não houvessem contraído novo casamento nem vivessem em união consensual estável).

1980

Condição das pessoas em relação ao fato de viverem em companhia de cônjuge, em decorrência de casamento civil, religioso, civil e religioso, ou de união consensual estável. Assim, a noção de estado conjugal não corresponde rigorosamente à do estado civil, considerado como a condição jurídica das pessoas em relação ao matrimônio. A classificação abrange os casados, segundo o tipo da união e oferecem-se elementos que permitem o conhecimento do estado civil das pessoas que não viviam em companhia de cônjuge. As pessoas foram distribuídas nas seguintes classes: casadas (que houvessem contraído matrimônio civil, religioso, civil e religioso, e vivessem em companhia de cônjuge, assim como as que vivessem em união consensual estável sem vínculo civil ou religioso); solteiras (as que não houvessem contraído casamento civil ou religioso e nem vivessem em união consensual estável); separadas (as casadas em matrimônio civil ou religioso que se tivessem separado sem desquite ou divórcio); desquitadas (as que tivessem este estado civil homologado por decisão judicial e não vivessem em companhia de cônjuge); divorciadas (as que tivessem este estado civil homologado por decisão judicial e não vivessem em companhia de cônjuge); viúvas (as pessoas de quem tivessem morrido os cônjuges, aos quais estivessem ligadas por casamento civil, religioso ou civil e religioso, e que não houvessem contraído novo casamento nem vivessem em união consensual estável).

1991

Condição das pessoas em relação ao fato de viverem em companhia de cônjuge, em decorrência de casamento civil, religioso, civil e religioso, ou de união consensual estável. As pessoas foram distribuídas nas seguintes classes: casamento civil e religioso (pessoa que vive em companhia de cônjuge com quem é casada no civil e no religioso, inclusive aquela que, embora só tenha comparecido à cerimônia religiosa, regularizou o ato civil de acordo com a legislação vigente); só casamento civil (pessoa que vive em companhia do cônjuge com quem é casada somente no civil); só casamento religioso (pessoa que vive em companhia do cônjuge com quem é casada somente no religioso, em qualquer religião ou seita); união consensual (pessoa que vive em companhia de cônjuge, sem ter realizado com ele casamento civil ou religioso); separado não judicialmente (pessoa casada, no civil, civil e religioso, só religioso, ou em união consensual que tenha se separado do cônjuge, sem desquite ou divórcio homologado, e não vive em companhia do cônjuge); desquitado ou separado judicialmente (pessoa casada (civil, civil e religioso, só religioso) ou em união consensual que tenha se separado do cônjuge, sem desquite ou divórcio homologado, e não vive em companhia do cônjuge); divorciado (pessoa que tenha este estado civil homologado por decisão judicial e não viva em companhia do cônjuge); viúvo (pessoa cujo cônjuge seja falecido e ao qual estava ligada por casamento civil, civil e religioso ou somente religioso, ou por união consensual e não viva em companhia de outro cônjuge).

2000

Conhecer a natureza da união conjugal e o estado civil da população, para a realização de estudos sobre estrutura familiar e padrões de nupcialidade.

Natureza da união: 1 – casamento civil ou religioso - para a pessoa que vive ou viveu em companhia de cônjuge, com quem é (era) casado no civil e no religioso, inclusive para a pessoa que, embora somente tenha comparecido à cerimônia religiosa, regularizou o ato civil de acordo com a legislação vigente; 2 – só casamento civil - para a pessoa que vive ou viveu em companhia de cônjuge, com quem é(era) casada somente no civil; 3 – só casamento religioso - para a pessoa que vive ou viveu em companhia de cônjuge, com quem é(era) casada somente no religioso, em qualquer religião ou culto; 4 – união consensual - para a pessoa que vive ou viveu em companhia de cônjuge, com quem não contraiu casamento civil

ou religioso. 5 – nunca viveu - para a pessoa que nunca viveu em companhia de cônjuge ou companheiro (a).

Estado civil: 1 – casado (a) - para a pessoa que tenha o estado civil de casada; 2 - desquitado(a) ou separado(a) judicialmente - para a pessoa que tenha o estado civil de desquitado ou separado, homologado por decisão judicial; 3 - divorciado(a) - para a pessoa que tenha o estado civil de divorciado ou separado, homologado por decisão judicial; 4 - viúvo(a) - para pessoa que tenha o estado civil de viúvo; 5 - solteiro(a) - para pessoa que tenha o estado civil de solteiro.

Para as pessoas com 10 anos ou mais de idade (nascidas até 31/07/1990).

- 29 e 30 - Condição de atividade (situação de emprego) e Providência para conseguir trabalho

1970

Condição econômica de atividade das pessoas de 10 anos e mais, classificadas em pessoas economicamente ativas (pessoas que trabalharam nos doze meses anteriores à data do censo, mesmo que na referida data estivessem desempregadas, em gozo de licença ou férias, ou presas aguardando julgamento, e as que estivessem procurando trabalho pela primeira vez); e pessoas não economicamente ativas (pessoas sem ocupação, estudantes, aposentadas, pensionistas, detidas em cumprimento de pena, inválidas, que viviam de rendas ou exerciam atividades domésticas não remuneradas). O censo de 1970, diferentemente dos anteriores, incluiu na População Economicamente Ativa as pessoas que Procuravam trabalho pela primeira vez. Para os desempregados na data do Censo, foi pesquisado o tempo de procura de trabalho.

1980

Condição econômica de atividade das pessoas de 10 anos e mais, classificadas em pessoas economicamente ativas (pessoas que, durante todos os 12 meses anteriores à data do censo ou parte deles, exerceram trabalho remunerado, em dinheiro e/ou produtos ou mercadorias, inclusive as licenciadas, com remuneração, por doença, com bolsas de estudos etc., e as sem

remuneração que trabalharam 15 horas ou mais por semana numa atividade econômica, ajudando à pessoa com quem residiam ou à instituição de caridade, beneficente ou de cooperativismo ou, ainda, como aprendizes, estagiárias etc., e também as que não trabalharam na data nos 12 meses anteriores à data do censo mas que nos últimos dois meses tomaram alguma providência para encontrar trabalho); e pessoas não economicamente ativas (pessoas que, durante todos os 12 meses anteriores à data do censo, somente tiveram uma ou mais das seguintes situações: afazeres domésticos no próprio lar, estudavam, viviam de rendimentos de aposentadoria ou de aplicação de capital, estavam detidas cumprindo sentença, doentes ou inválidas sem serem licenciadas do trabalho, não desejavam trabalhar ou, desejando, deixaram de procurar trabalho porque não encontraram).

1991

Condição econômica de atividade das pessoas de 10 anos e mais, considerando-se como tendo trabalhado a pessoa que durante todos os últimos 12 meses, ou parte deles, exerceu um trabalho remunerado em dinheiro, em produtos ou mercadorias, inclusive a licenciada com remuneração (encostada pelo INAMPS), bolsa de estudo, gestação, amamentação etc. e a sem remuneração que trabalhou habitualmente pelo menos 15 horas semanais numa atividade econômica ajudando pessoa com quem residia ou colaborando com instituições de caridade, beneficente, social, de cooperativas, ou como estagiário, aprendiz etc. De acordo com este critério, as pessoas de 10 anos e mais foram classificadas em: a) trabalhou habitualmente: pessoa que exerceu uma ocupação remunerada, mesmo que durante algumas horas diárias, semanais ou mensais como assalariado, conta-própria ou empregador, e a não remunerada que trabalhou habitualmente pelo menos 15 horas semanais; b) trabalhou eventualmente: pessoa que somente exerceu durante um período trabalho remunerado, sem possibilidade de continuar devido a situações diversas (tais como: estudante em período de férias, falta de oferta de trabalho para as pessoas que só trabalham em estabelecimentos industriais ou serviços de confecção em época de produção intensiva, em estabelecimentos comerciais ou de serviços durante eventos periódicos – festas religiosas, festejos carnavalescos ou de aflusos turísticos-, por não desejar ou por falta de oferta só trabalha ocasionalmente, mais conhecida como "biscateiro" ou que faz "bicos"); c) não trabalhou: pessoa que, durante todos os últimos 12 meses anteriores à data do censo, estivesse somente procurando emprego, exercendo afazeres domésticos no próprio lar, estudando, vivendo de rendimentos, de aplicação de capital, de aposentadoria, de pensão deixada por outra pessoa, de pensão alimentícia, doente

ou inválida sem ser licenciada do trabalho, ou a que não trabalhou por não querer ou tenha desistido de procurar emprego por não encontrar, e ainda pessoa não remunerada que trabalhou habitualmente menos de 15 horas semanais, religiosas que se dedicam exclusivamente ao estudo ou meditação, e detentos em cumprimento de pena, mesmo que tenham exercido atividade produtiva no presídio.

2000

As pessoas foram classificadas, quanto à condição de atividade na semana de referência, em economicamente ativas e não-economicamente ativas. As pessoas economicamente ativas na semana de referência compuseram-se das pessoas ocupadas e desocupadas nessa semana. Foram definidas como não-economicamente ativas na semana de referência as pessoas que não foram classificadas como ocupadas nem desocupadas nessa semana.

- Pessoas Ocupadas – foram classificadas como ocupadas na semana de referência às pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte deste período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência por motivo de férias, licença, greve, etc.

- Trabalho – considerou-se como trabalho em atividade econômica o exercício de:

- Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou somente em benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) na produção de bens ou serviços;

- Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) no serviço doméstico;

- Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana:

a) em ajuda a membro do domicílio que tinha trabalho como conta própria ou empregador;

b) em ajuda a membro do domicílio que tinha trabalho como empregado na produção de bens primários; ou

c) como aprendiz ou estagiário.

Ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades de agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à alimentação de, pelo menos, um morador do domicílio.

Pessoas desocupadas – foram classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho nessa semana que tomaram alguma providência efetiva na procura de trabalho no período de referência de 30 dias.

Procura de trabalho – definiu-se como procura de trabalho a tomada de alguma providência para conseguir trabalho, tais como: consultar a empregador; participar ou inscrever-se em concurso; consultar a agência de emprego ou sindicato; colocar ou responder anúncio; consultara parente, amigo ou colega; tomar providência para iniciar negócio próprio; ou outra providência qualquer que efetivamente tivesse com o objetivo conseguir trabalho.

- 31 - Ocupação

1970-1991

Ocupação é o cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa, ainda que estivesse de licença ou presa aguardando julgamento, independente de sua especialização profissional.

2000

Foi considerada como ocupação, a função, cargo, profissão ou ofício desempenhado por uma pessoa numa atividade econômica. Investigou-se a ocupação no trabalho principal.

- 32 - Setor ou classe de atividade

1970-1980

Setor de atividade, isto é, a finalidade ou ramo de negócio da organização, empresa ou entidade a que a pessoa recenseada era vinculada, ou a natureza da atividade exercida para a pessoa que trabalhava por conta própria, nos 12 meses anteriores à data de referência do Censo.

1991

Investigou-se a finalidade ou ramo de negócio da organização, empresa ou entidade a que o recenseado era vinculado ou natureza da atividade exercida para a pessoa que trabalhava por conta-própria.

2000

Investigou-se a atividade do trabalho principal. Foi considerada a atividade principal do empreendimento em que a pessoa trabalhava, ou seja, a principal finalidade ou o ramo do negócio, da firma, da instituição, da empresa ou da entidade a que ela prestava serviços ou, para a pessoa que trabalhava por conta própria, a natureza da atividade exercida.

- 33 - Posição na ocupação

Posição na ocupação define a relação de trabalho existente entre a pessoa e o estabelecimento, negócio ou instituição onde trabalhou no período de referência; as categorias de posição na ocupação variam de acordo com a cronologia a seguir:

1970

Empregados: pessoas que trabalhavam mediante remuneração em dinheiro, espécie ou utilidade; **empregadores:** pessoas que exploravam uma atividade econômica com o auxílio de um ou mais empregados; **autônomos:** os que exerciam suas atividades por conta-própria, individualmente ou com auxílio de pessoas da família que não recebiam remuneração; **não remuneradas:** pessoas que, sem remuneração, auxiliavam o trabalho de pessoas da família e os que trabalhavam nesta mesma condição para instituições religiosas e beneficentes; as pessoas que procuravam trabalho pela primeira vez foram incluídas na categoria não remunerada.

1980

Empregado: pessoa que tivesse um trabalho fixo, prestando serviço a um empregador, remunerada em dinheiro ou em dinheiro e mercadoria, também tendo sido considerados empregados os aprendizes e estagiários, remunerados ou não, e os empregados domésticos

que recebiam somente em benefícios (moradia, alimentação, roupa etc.); trabalhador agrícola volante com intermediário: pessoa sem trabalho fixo, que prestasse serviço num ou mais estabelecimentos agropecuários ou de extração vegetal, remunerada por tarefa, dia ou hora, contratada ou arregimentada por um intermediário, de quem recebia pagamento; trabalhador agrícola volante sem intermediário: pessoa sem trabalho fixo, que prestasse serviço num ou mais estabelecimentos agropecuários ou de extração vegetal, remunerada por tarefa, dia ou hora, que oferecesse seus serviços diretamente ao responsável pelo estabelecimento, dele recebendo o pagamento; parceiro ou meeiro: pessoa que explorasse uma atividade econômica (agricultura, pecuária, extração vegetal, pesca ou garimpo), recebendo pelo trabalho parte da produção ou pagando pelo uso da terra com parte da produção (quando o parceiro ou meeiro era auxiliado por empregado(s), era classificado como parceiro empregador; quando o parceiro ou meeiro não tinha empregado(s) e não tinha autonomia em relação a quem lhe cedia parceria, era classificado como parceiro empregado); empregador: pessoa que explorasse uma atividade econômica com auxílio de um ou mais empregados (não foi considerada empregadora a pessoa que só tinha empregado doméstico); conta-própria: pessoa que exercesse uma atividade individualmente ou com ajuda de pessoa não remunerada moradora no domicílio; sem remuneração: pessoa que exercesse uma atividade econômica sem remuneração, trabalhando pelo menos 15 horas por semana, em ajuda a membro do domicílio, ou ainda em ajuda a instituição religiosa, de caridade ou beneficente; os sacerdotes, ministros de igreja, rabinos, frades, freiras foram classificados como empregados quando recebiam em dinheiro, e como sem remuneração quando recebiam somente em benefícios.

1991

Trabalhador agrícola volante: pessoa sem trabalho fixo, que presta serviço em um ou mais estabelecimentos agropecuários ou de extração vegetal, remunerada por tarefa, dia ou hora, que ofereça seus serviços diretamente ao responsável pelo estabelecimento, dele recebendo o pagamento ou, quando contratada ou arregimentada por intermediário, de quem recebe o pagamento; **parceiro ou meeiro – empregado:** pessoa que explora uma atividade econômica (agricultura, extração vegetal, pesca ou garimpo), recebendo pelo trabalho parte da produção ou pagando pelo trabalho parte da produção pelo uso da terra, da embarcação ou pelo trecho do garimpo, auxiliada ou não por outra não remunerada, moradora do domicílio e não tendo autonomia a quem lhe cede a parceria; **parceiro ou meeiro - conta-própria:** pessoa que explora uma atividade econômica (agricultura, extração vegetal, pesca ou garimpo), recebendo pelo

trabalho parte da produção ou pagando pelo trabalho parte da produção pelo uso da terra, da embarcação ou pelo trecho do garimpo, auxiliada ou não por outra não remunerada, moradora do domicílio e tendo autonomia em relação a quem lhe cede a parceria; doméstico – empregado: pessoa que presta serviços domésticos remunerados em casa do patrão, diariamente e a um só patrão, ali dormindo ou não, geralmente remunerada mensalmente; doméstico - conta-própria: pessoa que presta serviços domésticos remunerados em casa do patrão, normalmente a mais de um patrão, não diariamente, em geral recebendo por dias efetivamente trabalhados; empregado no setor privado: pessoa que presta serviços a uma firma, negócio, instituição etc. de caráter privado em sociedade anônima, de cotas, capital aberto etc.; servidor público: pessoa que presta serviços ao Governo, quer seja na administração direta, autarquia ou fundação, regido por Estatuto do Servidor Público ou pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho); empregado de estatal: pessoa que presta serviços à empresa pública ou de economia mista, cujo laço empregatício em geral é regido pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), podendo também em alguns casos ser regido pelo Estatuto do Servidor Público; conta-própria: pessoa que exerce uma atividade individualmente ou com ajuda não remunerada de outra pessoa moradora no domicílio; empregador: pessoa que explora uma atividade econômica com auxílio de um ou mais empregados; sem remuneração: pessoa que exerce uma atividade econômica sem remuneração, trabalhando pelo menos 15 horas por semana, em ajuda a membro do domicílio ou, ainda, em ajuda a instituição religiosa, de caridade ou beneficente.

2000

- Posições na ocupação no trabalho principal:

Empregado: para a pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, uma remuneração em dinheiro, mercadoria, produtos ou benefícios, como moradia, alimentação, roupa, etc. Incluiu-se nesta posição na ocupação: - a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório; - o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros religiosos; e – o aprendiz ou estagiário sem remuneração (definido como pessoa que exerceu uma ocupação sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana de referência, na qualidade de aprendiz, de uma profissão ou ofício ou em cumprimento de estágio obrigatório ou voluntário ligado a uma profissão). Os empregados foram desagregados em dois subgrupos: a) Trabalhador doméstico – para a pessoa que prestava serviço doméstico

remunerado em um ou mais domicílios; e b) Demais empregados – para os demais empregados.

- **Empregador:** para a pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento com pelo menos mais um empregado;

- **Conta própria:** para a pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado, ainda que contando com ajuda de trabalhador não-remunerado;

- **Não-remunerado em ajuda a membro do domicílio:** para pessoa que trabalhou sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana de referência, em ajuda a membro do domicílio que era empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades de agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal ou mineral, caça, pesca ou piscicultura) ou em ajuda no trabalho de membro do domicílio que era conta própria ou empregador em qualquer atividade; **Trabalhador na produção para o próprio consumo:** para a pessoa que trabalhou, durante pelo menos uma hora na semana de referência, na produção de bens do ramo que compreende as atividades de agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, pesca ou piscicultura, destinados exclusivamente à alimentação de pelo menos um morador do domicílio.

- 34 - Horas trabalhadas

1970

para as pessoas que trabalharam no período compreendido pelos doze meses anteriores à data do censo indagaram-se: o número de meses trabalhados no período de referência, para as pessoas que declararam como ocupação habitual uma ocupação classificada nas atividades agropecuárias ou de extração vegetal; e o número de horas trabalhadas na semana anterior à data do censo, para as pessoas que, tendo trabalhado na semana de referência, declararam outras ocupações habituais não classificadas nas referidas atividades.

1980

Para as pessoas que exerceram uma ocupação habitual foram indagados: horas habitualmente trabalhadas por semana em todas as ocupações exercidas.

1991

Para as pessoas que exerciam uma ocupação habitual foram indagados: horas habitualmente trabalhadas por semana na ocupação e horas habitualmente trabalhadas por semana em outra (ou outras) ocupação (ou ocupações).

2000

Pesquisou-se o número de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal e nos demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência.

- 35 e 36 - Rendimentos**1970**

Foram considerados como rendimentos:

- a) os do último mês, para os que auferissem rendimentos fixos (salários, ordenados, vencimentos contratuais, soldos de militares, etc.);
- b) a renda média dos últimos doze meses, para os que percebessem importâncias variáveis (honorários de profissionais liberais, comissões de venda ou corretagens, pagamento pela prestação de serviços, etc.);
- c) o rendimento fixo do último mês acrescido da renda média dos últimos doze meses da parte variável, quando o rendimento total fosse composto de parte fixa e parte variável;
- d) a média das importâncias mensalmente recebidas provenientes de donativos regularmente recebidos, de aluguéis, e de retiradas de empresários de negócios;
- e) as diferenças entre os preços de aquisição e de venda (lucro operacional) para as pessoas que vivessem de tal atividade (vendedores de imóveis, automóveis, objetos usados, etc.);
- f) quantias auferidas pelo usufruto de bens; e

g) quantias recebidas periodicamente por seguros de renda vitalícia.

Classificaram-se como “Sem declaração de rendimento” as pessoas que não responderam ao quesito específico, mas cujas informações sobre as demais características econômicas indicavam a existência de renda. Como “Sem rendimentos” foram consideradas não só as pessoas que declararam expressamente esta situação, como também as que, embora sem declaração expressa, responderam as demais perguntas sobre as características econômicas de forma a admitir-se a inexistência de rendimentos.

A investigação foi realizada através de declarações individuais, relativas ao total da importância auferida, a fim de obter-se, além do rendimento das pessoas, o rendimento familiar (soma dos rendimentos dos componentes da família – exclusive os empregados e pensionistas) e o Rendimento domiciliar (soma dos rendimentos de todos os moradores do domicílio).

Nas tabelas relativas a Rendimento Familiar e Rendimento Domiciliar, foram classificadas como “Sem declaração de rendimento” as unidades nas quais qualquer dos componentes tivesse sido classificado naquela condição.

Salário mínimo: NCr\$187,20.

1980

Para as pessoas de 10 anos ou mais que exerceram alguma ocupação habitual foram feitas as seguintes indagações sobre o rendimento de trabalho: a) rendimento médio mensal bruto recebido em dinheiro na ocupação habitual: para os rendimentos fixos, compreendeu a importância bruta recebida no mês de agosto de 1980; no caso de não ter trabalhado no mês de agosto de 1980, a importância fixa recebida no último mês trabalhado; para os rendimentos variáveis, compreendeu a média dos últimos 12 meses anteriores à data do censo, ou à média dos meses trabalhados para os que trabalharam menos de 12 meses; no caso de a ocupação habitual ser exercida em mais de um estabelecimento, negócio ou instituição, compreendeu a importância correspondente à soma dos rendimentos recebidos; b) rendimento médio mensal bruto auferido pelo recebimento de produtos ou mercadorias na ocupação habitual; o valor médio, real ou estimado, dos produtos ou mercadorias comercializados nos últimos doze meses anteriores à data do censo, recebidos pelo trabalho da ocupação habitual; não foram

computados os valores da produção para o próprio consumo; c) rendimento médio mensal auferido na(s) ocupação (ões) exercida(s) simultaneamente com a ocupação habitual;

Para todas as pessoas de 10 anos ou mais, rendimentos provenientes de outras fontes: a) rendimento bruto mensal percebido de aposentadoria ou pensão; b) rendimento médio mensal proveniente de aluguel ou arrendamento de imóveis, móveis, veículos; c) rendimento médio mensal regularmente recebido, proveniente de doação ou mesada; d) média mensal de outros rendimentos de emprego de capital.

Considerou-se como rendimento familiar a soma dos rendimentos dos componentes da família, exclusive os empregados e pensionistas.

Salário mínimo: Cr\$4.149,60.

1991

Para as pessoas de 10 anos e mais:

- Rendimento bruto proveniente do trabalho principal, em cruzeiros: a) Para o empregado (inclusive trabalhador agrícola volante), o valor da remuneração bruta (partes fixas e variáveis) inclusive o valor do imposto pago na fonte, contribuição da Previdência de sindicatos etc., recebido no mês de agosto de 1991. Não inclui o 13o salário nem a participação nos lucros recebidos pelos empregados mesmo quando pagos sob a forma de salários (14o, 15o, 16o, etc.). Também não inclui os valores de outros benefícios ou vantagens auferidas (tais como tíquete refeição, vale transporte etc.); b) Para o empregador que tiver uma retirada fixa mensal, foi registrada esta importância. Quando receber parte variável, foram corrigidos monetariamente os valores recebidos nos últimos 12 meses (lucro, verba de representação etc.) de forma a que a média calculada representasse o valor atualizado para o mês de agosto de 1991. Para o que não realizou trabalho no mês de agosto de 1991, o registro foi o valor correspondente ao valor médio atualizado para o último mês trabalhado; c) Para o conta própria, os rendimentos recebidos referentes a honorários do livre exercício da profissão liberal, prestação de serviços, representação, corretagens, lucros de exploração individual, de contratos de empreitada de qualquer natureza e remuneração de qualquer outro trabalho autônomo, permanente ou eventual, corrigidos monetariamente, de forma a que a média calculada represente o valor atualizado para o último mês trabalhado, descontadas as despesas usuais e normais, necessárias ao exercício da atividade.

- Rendimento bruto proveniente de outras ocupações diferentes do trabalho principal declarado, exercidas simultaneamente com este, em cruzeiros: a) Para o empregado (inclusive trabalhador agrícola volante), o valor da remuneração bruta (partes fixas e variáveis) inclusive o valor do imposto pago na fonte, contribuição da Previdência de sindicatos etc., recebido no mês de agosto de 1991. Não inclui o 13o salário nem a participação nos lucros recebidos pelos empregados mesmo quando pagos sob a forma de salários (14o, 15o, 16o, etc.). Também não inclui os valores de outros benefícios ou vantagens auferidas (tais como lúquete refeição, vale transporte etc.); b) Para o empregador que tiver uma retirada fixa mensal, foi registrada esta importância. Quando receber parte variável, foram corrigidos monetariamente os valores recebidos nos últimos 12 meses (lucro, verba de representação etc.) de forma a que a média calculada representasse o valor atualizado para o mês de agosto de 1991. Para o que não realizou trabalho no mês de agosto de 1991, o registro foi o valor correspondente ao valor médio atualizado para o último mês trabalhado; c) Para o conta própria, os rendimentos recebidos referentes a honorários do livre exercício da profissão liberal, prestação de serviços, representação, corretagens, lucros de exploração individual, de contratos de empreitada de qualquer natureza e remuneração de qualquer outro trabalho autônomo, permanente ou eventual, corrigidos monetariamente, de forma a que a média calculada represente o valor atualizado para o último mês trabalhado, descontadas as despesas usuais e normais, necessárias ao exercício da atividade.

- Rendimento bruto de aposentadoria ou pensão.

- Rendimento bruto do mês de agosto de 1991, ou média mensal de outros rendimentos (aluguéis, arrendamentos, salário-família, pensão alimentícia (espontânea ou judicial), abono permanência, complementação salarial ou da pensão proveniente de fundos privados, doações e média dos últimos 12 meses para rendimentos provenientes de lucros auferidos e emprego de capitais, etc).

Salário mínimo: Cr\$36.161,60.

2000

Rendimento nominal mensal:

Considerou-se como rendimento nominal mensal da pessoa de 10 anos ou mais de idade a soma do rendimento nominal mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes.

- a) Rendimento nominal mensal de trabalho – pesquisou-se o rendimento nominal mensal do trabalho principal e dos demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência.
- b) Rendimento nominal mensal de outras formas – pesquisou-se o rendimento nominal mensal de aposentadoria, pensão, aluguel, pensão alimentícia, mesada ou doação recebida de não-morador, renda mínima, bolsa-escola ou seguro-desemprego, relativo ao mês de referência e, também, investigou-se o rendimento habitualmente recebido a título de abono de permanência em serviço, pensão paga integralmente por seguradora ou entidade de previdência privada aberta, juros de aplicações financeiras, dividendos, etc., relativo ao mês de referência.

Salário mínimo: R\$151,00.

- 37 a 39 - Fecundidade

1970

A pesquisa sobre reprodução efetiva foi realizada para mulheres de 15 anos e mais; foram inquiridos o número de filhos nascidos vivos, com discriminação dos nascidos no ano anterior à data do censo, o número de filhos nascidos mortos e o número de filhos vivos na data do censo, residentes ou não no domicílio.

1980

A pesquisa sobre reprodução efetiva foi realizada para mulheres de 15 anos e mais; foram inquiridos o sexo, o número de filhos nascidos vivos, o número de filhos nascidos mortos, o número de filhos vivos na data do censo, residentes ou não no domicílio.

1991

A pesquisa sobre reprodução efetiva foi realizada para mulheres de 10 anos e mais; foram inquiridos o sexo, o número de filhos nascidos vivos, o número de filhos nascidos mortos, o número de filhos vivos na data do censo, residentes ou não no domicílio.

2000

Conhecer a história reprodutiva das mulheres através do número de filhos tidos, bem como a sobrevivência dos mesmos para a realização de estimativas sobre padrões e níveis de fecundidade e mortalidade. Essas estimativas fornecem os parâmetros demográficos e são utilizados na projeção da população.

A pesquisa sobre reprodução efetiva foi realizada para mulheres de 10 anos e mais de idade (nascidas até 31/07/1990); foram inquiridos o sexo, o número de filhos nascidos vivos, o número de filhos nascidos mortos, o número de filhos vivos na data do censo, residentes ou não no domicílio.

ANEXO F - PESSOA SÓ - CONCEITOS ENVOLVIDOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA - CENSO DEMOGRÁFICO 2000

1. Amostra

Formada por domicílios particulares e pessoas nele residentes e pelas famílias e pessoas sós residentes em domicílios coletivos.

2. Morador

- é a pessoa que tem o domicílio como local habitual de residência e nele se encontrava na data de referência ou embora ausente, tem o domicílio como residência habitual e desde que a ausência não seja superior a 12 meses, por um dos seguintes motivos: viagens; internação em estabelecimentos de ensino ou em outros domicílios visando facilitar a frequência à escola durante o ano letivo; detenções sem sentença definitiva; internação temporária em hospital e embarque a serviço (marítimos);
- em pensionatos e que não tinham outro local habitual de residência;
- internados permanentemente em sanatórios, asilos, conventos e similares, e condenados com sentença definitiva.

2. Espécie de domicílio

- **domicílio coletivo:** quando no estabelecimento ou instituição a relação entre as pessoas que nele habitavam na data de referência era restrita a normas de subordinação administrativa. Exemplos: hotéis, pensões, presídios, cadeias, penitenciárias, quartéis, postos militares, asilos, orfanatos, conventos, hospitais, clínicas (com internação), alojamento de trabalhadores, motéis, campings, etc.

Unidades dentro dos domicílios coletivos: apartamento, quarto, cama, leito, rede. No domicílio coletivo a pessoa responsável está relacionada a essa unidade.

Os domicílios coletivos fizeram parte da amostra e passaram por processo de seleção igual ao adotado para os domicílios particulares. Foram selecionadas famílias e pessoas sós neles residentes.

- **domicílio particular:** é a moradia onde o relacionamento entre seus ocupantes é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência. Os domicílios particulares classificam-se em: **permanentes** (construído para servir exclusivamente à habitação e, na data de referência, tinha finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas. Nota: os cortiços constituem conjuntos de domicílios particulares permanentes); e **improvisados** (localizado em unidade não residencial (loja, fábrica, etc.) que não tinha dependências destinadas exclusivamente à moradia, mas que na data de referência estava ocupado por moradores. Nota: incluem prédios em construção, vagões de trem, carroças, tendas, barracas, trailers, grutas e aqueles situados sob pontes e viadutos, etc.).

3. Famílias

- nos **domicílios particulares** são considerados como famílias: - a pessoa que morava sozinha; - o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica (a situação de subordinação dos empregados domésticos e dos agregados em relação à pessoa responsável pelo domicílio ou pela família); - as pessoas ligadas por normas de convivência (as regras estabelecidas para convivência de pessoas que residiam no mesmo domicílio e não estavam ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica).

As "famílias conviventes" possuem no mínimo duas pessoas cada uma e viviam no mesmo domicílio particular, na data de referência.

- nos **domicílios coletivos**, são consideradas com família apenas as pessoas que tinham laços de parentesco ou dependência doméstica.

Nos domicílios coletivos, caso a família seja composta apenas por pessoas menores de 10 anos (quase sempre orfanatos, SOS Criança, etc.) deverá ser preenchido um questionário para cada pessoa.

Para as famílias residentes em domicílio coletivo, a relação ou dependência no domicílio será sempre em relação à pessoa responsável pela família.

Variáveis relacionadas aos principais conceitos

Variável	2000	1991	1980	1970
Total de pessoas no domicílio	v7100	Somatória de v111 e v112		v005
Família	v7401 a 7409	v304	v505	v006
Espécie de família		v2011		
Relação com o chefe (da família)	v403	v303	v504	v025
Relação com o chefe do domicílio	v402	v303	v503	
Espécie de domicílio	v201	v201	v201	v007
Tipo de domicílio				v008

ANEXO G – VARIÁVEIS SELECIONADAS

Variável	1970	1980	1991	2000
Sabe ler e escrever	Pessoas de 5 anos ou mais	Pessoas de 5 anos ou mais	Pessoas de 5 anos ou mais	Todos (sem limite de idade)
Freqüenta escola	Pessoas de 5 anos ou mais	Pessoas de 5 anos ou mais	Pessoas de 5 anos ou mais	Todos (sem limite de idade) Obs: inclui Creche
Posição na ocupação e setor ou classe de atividade	Pessoas de 10 anos ou mais que trabalham nos últimos 12 meses ou estavam procurando trabalho	Pessoas de 10 anos ou mais que trabalham nos últimos 12 meses	Pessoas de 10 anos ou mais que trabalham nos últimos 12 meses	Pessoas de 10 anos ou mais que trabalham na semana de 23 a 29 de julho de 2000, em atividade remunerada ou não
Rendimento	Pessoas de 10 anos ou mais	Pessoas de 10 anos ou mais	Pessoas de 10 anos ou mais	Pessoas de 10 anos ou mais
Aposentado	Pessoas de 10 anos ou mais que não trabalhavam e nem procuravam trabalho. Obs: contempla todos dessa faixa etária porque possui a alternativa “trabalha ou procura trabalho”	Pessoas de 10 anos ou mais que não trabalhavam nos últimos 12 meses	Pessoas de 10 anos ou mais que não trabalhavam nos últimos 12 meses	Pessoas de 10 anos ou mais. Inclui os que trabalhavam e os que não trabalham
Total de filhos vivos	Mulheres de 15 anos ou mais	Mulheres de 15 anos ou mais	Mulheres de 10 anos ou mais	Mulheres com 10 anos ou mais
Nacionalidade	Todos	Todos	Somente para os que não nasceram no município de residência atual	Somente para os que não nasceram no município de residência atual